

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# **GEOGRAFIA:**

**A Terra como palco das relações  
entre sociedade e meio**

# **2**

**Adilson Tadeu Basquerote**  
(Organizador)



**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# **GEOGRAFIA:**

**A Terra como palco das relações  
entre sociedade e meio**

# **2**

**Adilson Tadeu Basquerote**  
(Organizador)



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Geografia: a terra como palco das relações entre sociedade e meio 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Adilson Tadeu Basquerote

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia: a terra como palco das relações entre sociedade e meio 2 / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-622-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.222212211>

1. Geografia. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.

CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A obra: **Geografia: A Terra como Palco das Relações entre Sociedade e Meio 2**”, da mesma forma que no primeiro livro, reúne estudos que destacam a Geografia, por meio da compreensão das relações entre natureza e sociedade e da sociedade em si, interseccionando distintas áreas do conhecimento. Conferindo um caráter contributivo ao entendimento do cenário atual, apresenta e alisa estudos recentes e contextualizados, pautados na construção do Espaço Geográfico.

Fruto de esforços de pesquisadores de diferentes regiões e instituições brasileiras, o livro é composto por dez capítulos, resultantes de pesquisas empíricas e teóricas, cujo fio condutor é a relação sociedade natureza. Aborda estudos que abrangem impactos ambientais, turismo, problemas urbanos, gestão ambiental, o território, a educação inclusiva, o ensino de geografia, entre outros. A obra reflete um panorama de realidades socioculturais variadas e distintas entre si, proporcionado maior abrangência e análise espacial, riqueza cultural e diversidade de sujeitos.

Por fim, destaca-se que a obra apresenta pluralidade de ideias acerca dos elementos constitutivos Espaço Geográfico na atualidade. Para mais acredita-se que ela possa conduzir a reflexões na busca de ações que envolvam a construção de uma sociedade sócio-ambientalmente mais harmônica e cidadã, respeitando as diversidades humanas e naturais.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote




## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAL E SOCIAL NA PRAIA DO CACAU NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ NO PERÍODO DE VERANEIO

Daiane Araujo Avelino Bezerra

Denielle de Sousa Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2222122111>


### **CAPÍTULO 2..... 12**

AVALIAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DOS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO TURISMO EM CANOA QUEBRADA-CE

Davi Rodrigues Rabelo

Lucas Cavalcante Lima


Marcos Ronielly da Silva Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2222122112>

### **CAPÍTULO 3..... 25**

DIAGNÓSTICO ESPACIAL E PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA-RS

Eduardo Samuel Riffel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2222122113>


### **CAPÍTULO 4..... 47**

EXPANSÃO URBANA E VULNERABILIDADE AMBIENTAL NO DISTRITO SEDE DE SENADOR CANEDO – GO 2008 – 2018

Antônio Henrique Capuzzo Martins

Beatriz Ribeiro Soares


João Dib Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2222122114>

### **CAPÍTULO 5..... 59**

LEVANTAMENTO PRÉVIO DE ATRIBUTOS SOCIOESPACIAIS E AMBIENTAIS PARA A REALIZAÇÃO DE TRABALHO DE CAMPO NO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT

Paulo Daniel Curti de Almeida


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2222122115>





### **CAPÍTULO 6..... 70**

O TRABALHO DE CAMPO E O USO DE GEOTECNOLOGIAS COMO ESTRATÉGIA PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DE CONCEITOS DE GEOGRAFIA FÍSICA PARA ALUNOS DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO

Bruno Machado Carneiro

Victor Hugo Amâncio do Vale

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2222122116>

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>83</b>
A MAQUETE TÁTIL NO ENSINO DA GEOGRAFIA PARA O ALUNO DEFICIENTE VISUAL	
Grazielle Macedo Barreto Sensolo	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2222122117">https://doi.org/10.22533/at.ed.2222122117</a>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>95</b>
LUGAR DE FESTA E MEMÓRIA: ESPACIALIDADES DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO CENTRO HISTÓRICO DE PORANGATU	
Marcos Roberto Pereira Moura	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2222122118">https://doi.org/10.22533/at.ed.2222122118</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>109</b>
PERFIL SÓCIO ESPACIAL DO IMIGRANTE ITALIANO EM CAMPOS NO PERÍODO DA GRANDE EMIGRAÇÃO ITALIANA	
Elaine Guimarães Godinho	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2222122119">https://doi.org/10.22533/at.ed.2222122119</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>124</b>
TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	
Valéria Carneiro de Mendonça	
Regina Glória Nunes Andrade	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.22221221110">https://doi.org/10.22533/at.ed.22221221110</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>134</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>135</b>

# CAPÍTULO 1

## ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAL E SOCIAL NA PRAIA DO CACAU NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ NO PERÍODO DE VERANEIO

*Data de aceite: 01/11/2021*

### **Daiane Araujo Avelino Bezerra**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Santa Fé, Especialista em Administração Educacional pela Faculdade Einstein. Mestranda do Curso de Mestrado em Gestão da Universidade Atlântica é Pedagoga da Prefeitura Municipal de Imperatriz-MA. Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMANET)

### **Denielle de Sousa Silva**

Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMANET)

**RESUMO:** O presente projeto tem como objetivo trazer algumas análises acerca dos impactos ambientais e sociais na praia do Cacau, localizada Município de Imperatriz no período de veraneio. De início, o método utilizado para a constituição da pesquisa foi o de bibliográfica com autores da área ambiental e artigos científicos e de caráter quantitativa, em que se optou por realizar um estudo de campo o qual se deu por meio de questionários de perguntas fechadas direcionadas a dois grupos de amostras: frequentadores e donos de barracas e finalizando os procedimentos com a tabulação, análise e discussão dos dados se teve as reflexões das descrições abordadas. A pesquisa identificou que existe um consenso quanto às

mudanças ocorridas na paisagem, haja vista que parte da vegetação nativa às margens do rio não existe mais, em consequência do processo de desenvolvimento da atividade de veraneio diante das praias que surgem nesse período e representam uma modificação na paisagem e grande fluxo de pessoas que se deslocam para usufruir das áreas de banho, representando um aquecimento na economia local que se configura como uma mudança na rotina social da cidade. Os resultados apontam para a ideia de que as praias podem ser aproveitadas sem que haja impactos ambientais e sociais do ponto de vista das amostras, o que se contrapõe ao observado, pois a grande quantidade de lixo observada na orla é notória. Assim, os fatos relatados nestes textos permitirão que as pessoas reflitam em seu meio ambiente, procurando entender principalmente as dinâmicas naturais e sociais como também perceber o quanto ele se encontra bem alterado, degradado, impactado e tão próximo, de cada um.

**PALAVRAS- CHAVE:** Impactos ambientais e sociais, rio Tocantins e praia do Cacau.

### ANALYSIS OF THE ENVIRONMENTAL AND SOCIAL IMPACTS ON PRAIA DO CACAU IN THE MUNICIPALITY OF IMPERATRIZ IN THE SUMMER PERIOD

**ABSTRACT:** This project aims to bring some analysis about the environmental and social impacts on Cacau beach, located in the municipality of Imperatriz during the summer season. Initially, the method used for the constitution of the research was the bibliographic method with authors from the environmental

area and scientific articles of a quantitative nature, in which it was decided to carry out a field study which was carried out through directed closed-question questionnaires to two groups of samples: patrons and stall owners and ending the procedures with the tabulation, analysis and discussion of the data, reflections on the descriptions addressed were made. The research identified that there is a consensus regarding the changes that have occurred in the landscape, given that part of the native vegetation on the banks of the river no longer exists, as a result of the development process of the summer activity on the beaches that appear in this period and represent a change in the landscape and large flow of people who move to enjoy the bathing areas, representing a heating in the local economy that configures a change in the social routine of the city. The results point to the idea that the beaches can be used without having environmental and social impacts from the point of view of the samples, which is contrary to what was observed, since the large amount of garbage observed on the shore is notorious. Thus, the facts reported in these texts will allow people to reflect on their environment, seeking to understand mainly the natural and social dynamics as well as realizing how well it is altered, degraded, impacted and so close to each one.

**KEYWORDS:** Environmental and social impacts, Tocantins river and Cacau beach.

## 1 | INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto que o rio Tocantins é o segundo maior rio inteiramente brasileiro, perdendo somente para o São Francisco, já que sua nascente ocorre no estado de Goiás, e no seu decorrer, ele ainda se torna o limítrofe entre os estados do Tocantins e Maranhão, e depois passeia pelo estado do Pará até se unir às águas do Amazonas. Tendo a área de sua bacia em aproximadamente 803.200 km<sup>2</sup>, seu potencial e importância para esses quatro Estados revelam-se na dependência direta ou indireta dos recursos hídricos nos diversos setores ambiental, social e econômico.

A presente pesquisa se justificou no atual cenário do município de Imperatriz- MA, considerando que o decurso do período de veraneio, responsável pelo fluxo relevante de pessoas nas praias da orla do rio Tocantins, mais especificamente na praia do Cacau, considerada uma das mais antiga e expressiva. Diante desse cenário pensou-se como problemática a ser investigada, os impactos ambientais e sociais ocasionados durante esse período na praia do cacau para o rio Tocantins, já que as mudanças ocorridas no ecossistema do rio Tocantins, tem sido constatado e amplamente divulgado pelas autoridades competentes.

Pensando na relevância desse rio, o presente artigo propõe fazer uma análise acerca dos impactos ambientais e sociais ocasionados pelo período de veraneio na praia do Cacau para o rio Tocantins no município de Imperatriz- MA. Buscando analisar esses impactos, para tanto, traçou-se objetivos para o desenvolvimento da pesquisa que foram: Averiguar as transformações no ambiente físico e nos componentes bióticos do rio Tocantins e Identificar os impactos ambientais e sociais causados ao rio Tocantins em consequências do período de veraneio da praia do Cacau.

Sobre a necessidade urgente de estudo dessa natureza, estudiosos da área afirmam conforme Clauzet, Ramires e Barrella (2005) apud Castro (2009) que os estudos ecológicos podem levar a sociedade civil e as autoridades competentes a dialogarem alternativas e repensarem para amenizar as causas e consequências advindas do declínio dos recursos naturais, e a “importância da conservação e do desenvolvimento sustentável às presentes e futuras gerações” (CLAUZET, RAMIRES e BARRELLA 2005, p. 2).

Ainda endossando a importância de estudos dessa natureza, Rodrigues (1998) destaca o homem como produtor do espaço geográfico, cria toda uma gama de arquétipos e paisagens artificiais através de sua apropriação do mesmo, de modo a se evidenciar que toda ação de “produção e consumo do e no espaço” gera impactos diretos e indiretos no meio.

Segundo Condini (2007) as mudanças ocasionadas pelo homem ao “meio”, contribuem para contaminação de cursos d’água, destruição ou fragmentação de habitats naturais e da vegetação, desapropriações e remanejamento de populações. (CONDINI, 2007, p.10).

Sobre essas interferências e mudanças advindas das ações do homem sobre o rio Tocantins diversas pesquisas de autores como Bermann (1998) dentre outros, alertam para os impactos causados que vão desde as mudanças na paisagem natural que interfere no social, haja vista que o rio Tocantins representa a mais prazerosa opção de lazer e abastece os lares do município de Imperatriz, até impactos ambientais com as possíveis perdas de espécies bióticas e os impactos econômicos, pois diversas populações dependem diretamente ou indiretamente do rio para sua sobrevivência.

Diante da relevância fundamentada no fato, do alto potencial do referido rio supracitado tem na vida de inúmeras populações, inclusive a nível nacional, já que o mesmo representa uma fonte de energia nacional, pois abriga um gigantesco complexo hidrelétrico e apresenta uma diversidade biológica impar. A pesquisa optou por uma metodologia de caráter quantitativa em que se optou por realizar um estudo de campo, que consistiu na pesquisa de literaturas, pesquisas e estudos investigativos que visaram analisar os impactos ambientais e sociais que o período de veraneio nos meses de junho a setembro na praia do Cacau, ocasiona ao rio Tocantins para o município de Imperatriz- MA.

A abordagem esteve alicerçada no método comparativo das amostras e se utilizou da coleta de dados os quais foram aplicados através de questionários a banhistas e proprietários de barraca, sendo utilizado um questionário para cada dono de barraca, totalizando 15 questionários e 60 questionários destinados aos banhistas, em geral, tendo como amostra uma proporção em cada barraca. Enfim, foi aplicado 75 questionários, utilizou-se pesquisa bibliográfica e de campo, com posterior análise e discussão dos resultados outrora coletados. Foi também utilizado o método hipotético indutivo, em que há uma premissa, que não pode ser colocada em dúvida, a qual se aplicou aos casos particulares. Após considerar um número suficiente de casos particulares, concluiu-se uma

tese.

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu no período entre junho a agosto em que foram aplicados dois tipos de questionários conforme anexo no corpo do artigo.

## 2 | DESENVOLVIMENTO

Ao debruçar-se em referências bibliográficas, verificou-se que o rio Tocantins desde meados da década de 50, tem recebido grandes e pequenos empreendimentos governamentais e particulares ao longo de seu curso. Dentre os quais destacamos investimentos da prefeitura em infraestrutura para a consolidação do período de veraneio em que iluminação, palco e diversas barracas são montadas na orla da denominada praia do cacau.

A iniciativa do governo citada acima abre oficialmente esse período marcado pelo fluxo alto de pessoas que vão a essa praia com intuito de usufruir do lazer proporcionado pelas águas do rio Tocantins que, no entanto, geram modificações no cenário ambiental e social às margens, especificamente o rio tem vital importância já que é a fonte de abastecimento de água utilizada pela CAEMA- Companhia de águas e esgotos do Maranhão. De acordo com Rodrigues (1998), o homem como produtor do espaço geográfico cria toda uma gama de arquétipos e paisagens artificiais através de sua apropriação do mesmo, de modo a se evidenciar que toda ação de “produção e consumo do e no espaço” gera impactos diretos e indiretos no meio.

Segundo Condini (2007) as mudanças ocasionadas pelo homem ao “meio”, contribuem para contaminação de cursos d’água, destruição ou fragmentação de habitats naturais e da vegetação, desapropriações e remanejamento de populações. (CONDINI, 2007, p.10).

Diversas pesquisas de autores como Bermann (1998) dentre outros alertam para os impactos causados que vão desde as mudanças na paisagem natural que interfere no social, haja vista que o rio Tocantins representa a mais prazerosa opção de lazer e abastece os lares do município de Imperatriz, até impactos ambientais com as possíveis perdas de espécies bióticas e os impactos econômicos, pois diversas populações dependem diretamente ou indiretamente do rio para sua sobrevivência.

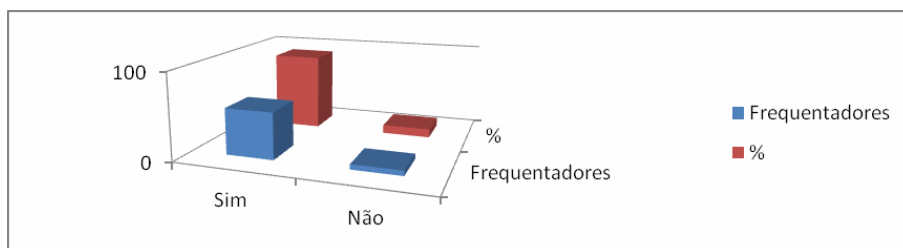
Diante da relevância desse rio e o período de veraneio para população a de Imperatriz, observa-se diversos setores particulares e públicos, que alertam para as consequências desse período nessa praia, para modificações ambientais e sociais ao rio Tocantins, revelada por notícias nos meios de comunicações e mesmo na pauta de autoridades governamentais. Essa preocupação com a situação do rio Tocantins nesse viés, revela quão importante e urgente de se fazer pesquisas e estudos que contemplem a investigação dos impactos ambientais, sociais e econômicos. Diante disso, o artigo traz a análise e discussões dos resultados da referida pesquisa, que foi realizada com dois

segmentos envolvidos no período de veraneio na praia do cacau, representado por uma amostra e, tendo como referência o número de barracas disposta na orla da praia do cacau que somam um total de 75 questionários.

A análise e discussões dos questionários da pesquisa que foi estruturado com questões fechadas serão dispostas em forma de gráficos conforme a questão que contemple o segmento com sua respectiva resposta ao questionamento e respeitando as respectivas legendas, sendo fiel a integridade da resposta dos respondentes da pesquisa.

### QUESTIONÁRIO FREQUENTADORES - I

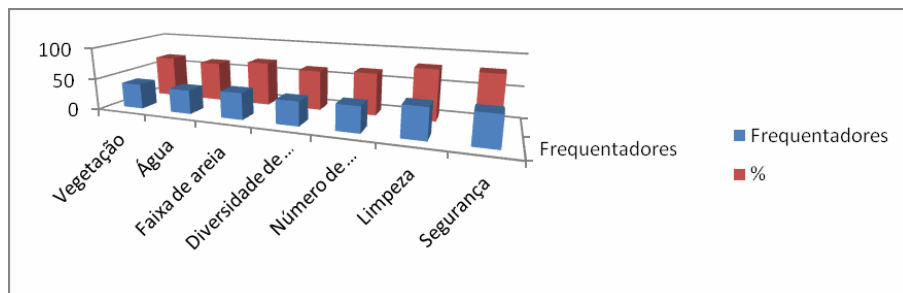
#### 1) Nesse período de frequência a essa praia observou mudanças?



Fonte: Próprios autores.

No período de frequência à praia, 54 (90 %) das pessoas entrevistadas responderam sim, que observaram mudanças na praia e 6 (10%) responderam que não observaram mudanças.

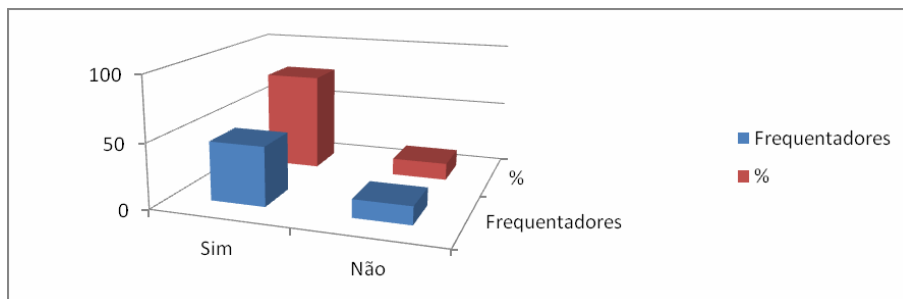
#### 2) Se você respondeu sim. Quais foram as mudanças observadas?



Fonte: Próprios autores.

Das pessoas que observaram mudanças na praia, 48 (80%) responderam que a praia está mais limpa, 48 (80%) que aumentou a segurança, 42 (70%) que houve mudanças na faixa de areia, 40 (66,67%) que houve mudanças na vegetação, 40 (66,67%) viram mudanças no número de frequentadores, 38 (63,33%) observaram alteração nas águas e 38 (63,33%) responderam que houve diminuição na diversidade de animais.

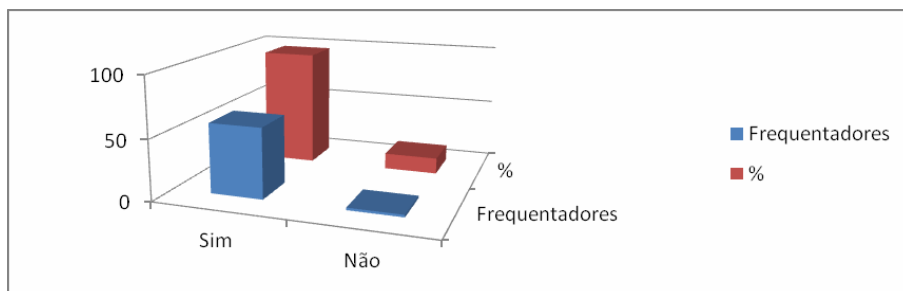
**4) Para você a estrutura montada para período de veraneio causa impactos ambientais e sociais para rio Tocantins?**



Fonte: Próprios autores.

Se os frequentadores acreditam que a estrutura montada para o período de veraneio causa impactos ambientais e sociais para o rio Tocantins, 46 (76,67%) responderam sim, e 14 (13,33%) disseram que não causa impactos.

**5) Em sua opinião, é possível desfrutar de todos os benefícios das águas do rio Tocantins sem ocasionar impactos ambientais e sociais ao rio?**



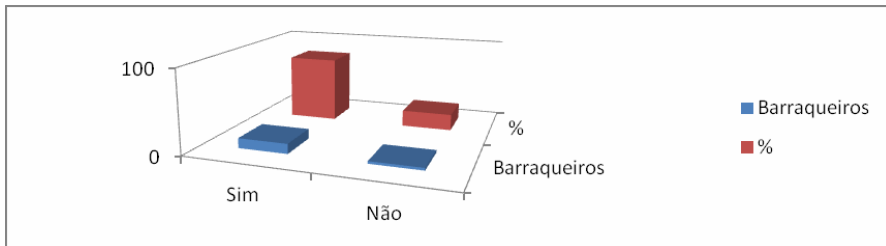
Fonte: Próprios autores.

Na opinião dos entrevistados, se é possível desfrutar dos benefícios das águas do rio Tocantins sem ocasionar impactos ambientais e sociais, 58 (96,67%) disseram que sim, é possível e 2 (13,33%) responderam que não é possível.



## QUESTIONÁRIO BARRAQUEIROS – II

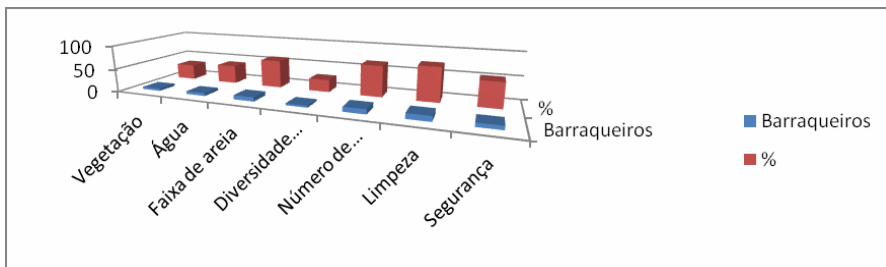
### 1) Nesse período como barraqueiro você observou mudanças na praia?



Fonte: Próprios autores.

Observa-se nessa questão que, 12 (doze) pessoas, (80%) do grupo pesquisado, disse ter verificado algum tipo de mudança na praia, durante esse período em que passou a exercer um trabalho no local, e somente 3 (três) ou (20%), não viu transformações no lugar.

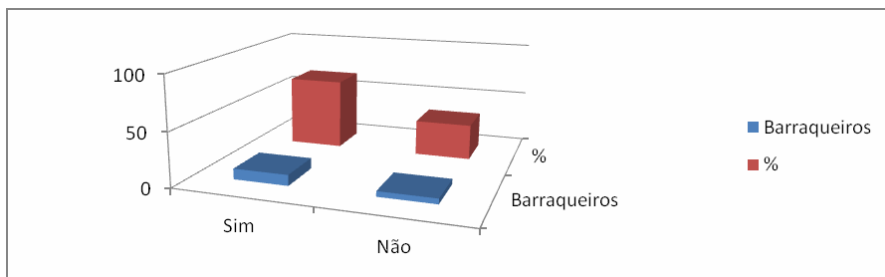
### 2) Se respondeu sim. Quais foram as mudanças observadas?



Fonte: Próprios autores.

Dentre os 12 (doze), em um total de 15 (quinze), que responderam “sim” na pergunta anterior, agora eles deveriam expor em qual área seria essas mudanças observadas e que eles poderiam destacar quantas fossem suas percepções de alterações na praia, dentro das opções expostas, e 33,33% (5), dos que responderam o questionário disseram ter visto mudanças na vegetação, 40% (6) na água, para 60% (9) houve modificação na faixa de areia, 26,66% (4) notaram alguma diferença na diversidade de animais, (10) 66,66% sentiram uma variação no número de frequentadores, 73,33% (11) perceberam mudanças na limpeza e um total de (8) 53,33% viram alteração na segurança.

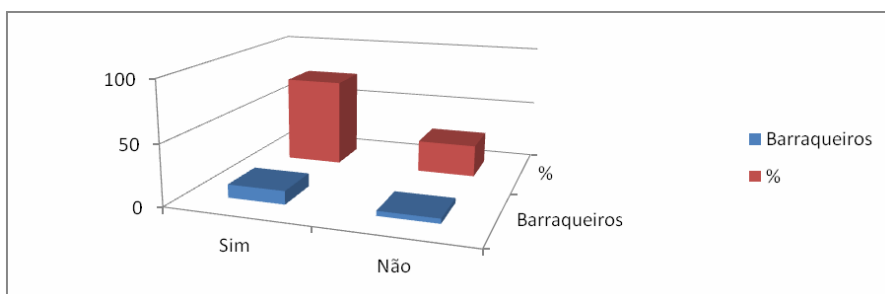
### 3) Para você a estrutura montada para o período de veraneio causa impactos ambientais e sociais para o rio Tocantins?



Fonte: Próprios autores.

Observa-se nas respostas a essa pergunta que, 66,66% (10) a maioria dos questionados consideram que a estrutura montada na Praia do Cacau, causa algum tipo de impacto ambiental ou social para o rio, e para 33,33% (5) julgam não haver nenhum tipo de ação impactante ao meio.

### 4) Em sua opinião é possível desfrutar de todos os benefícios das águas do rio Tocantins sem ocasionar impactos ambientais e sociais ao rio?



Fonte: Próprios autores.

Nota-se que a maior parte, (11) 73,33% dos proprietários de barracas na praia do cacau, acredita que é possível desfrutar das águas do rio Tocantins sem causar impactos sociais e ambientais, já (4) 26,66% dos barraqueiros imaginam não ser verossímil fazer uso da praia sem ocasionar choques ambientais.

## 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se da importância do rio Tocantins para Nação Brasileira em especial para três estados desde Maranhão, Tocantins e Pará que têm na dependência direta ou indireta dos recursos hídricos nos diversos setores ambiental, social e econômico. Sob essa perspectiva de grande relevância desse rio, o presente artigo propôs fazer uma análise acerca dos

impactos ambientais e sociais ocasionados pelo período de veraneio na praia do Cacau para o rio Tocantins no município de Imperatriz- MA.

Diante das pesquisas bibliográficas e resultados da visita in loco e respostas aos questionários direcionadas aos frequentadores e donos de barracas, foi possível perceber que o período de veraneio acarreta impactos ambientais e sociais confirmado pelas respostas das amostras e observações realizadas.

Ressalva-se que a pesquisa identificou que existe um consenso quanto às mudanças ocorridas na paisagem, haja vista que parte da vegetação nativa às margens do rio não existe mais. Em consequência do processo de desenvolvimento da atividade de veraneio, diante das praias que surgem nesse período e representam uma modificação na paisagem e grande fluxo de pessoas que se deslocam para usufruir das áreas de banho representando um aquecimento na economia local que configura-se como uma mudança na rotina social da cidade.

Destaca-se que os resultados apontam para a ideia de que as praias podem ser aproveitadas sem que haja impactos ambientais e sociais do ponto de vista das amostras o que se contrapõe ao observado tendo em vista a grande quantidade de lixo observada na orla.

De modo, espera-se que esse trabalho fomente outros estudos, que busque soluções que atenuem os impactos sofridos pelo rio Tocantins nesse período garantindo, dessa forma, o usufruto permanente desse tão importante rio brasileiro. Assim, os fatos relatados nestes textos permitirão que as pessoas reflitam em seu meio, no seu entorno, em seu ambiente, principalmente procurando entender as dinâmicas naturais e sociais do mesmo, como também perceber o quanto o meio ambiente encontra-se bem alterado, degradado, impactado e tão próximo, de cada um. As diversas degradações ambientais ocorridas de muitas formas é uma problemática mundial que atinge as pequenas, as médias e as mega cidades.

## ANEXOS







## REFERÊNCIAS

BERMANN, Celio - **Política Energética no Brasil - Encontro Nacional do MAB. Reassentamento São Francisco**. Cascavel, dez 1998.

CASTRO, Vonínio Brito. **As Transformações do trabalho e no ambiente da pesca no povoado Cajueiro, Palmeirante – TO**, Manaus, 2009, p. 113. Dissertação (Mestrado) -Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas.

CETRA, M. (1998). **Ecologia da pesca artesanal no médio rio Tocantins Imperatriz (MA)**, São Carlos, 1998. 72p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

FONSECA, **Iniciação ao Estudo dos Resíduos Sólidos e da Limpeza Urbana**. João Pessoa: União. 1999.122p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamento de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Cotidiano da navegação no Tocantins na virada do século XIX para o XX**. In: XI Encontro Regional de História: Democracia e Conflito, 2004, Rio de Janeiro. Democracia e Conflito/ XI Encontro Regional de História: Democracia e Conflito. Rio de Janeiro: ANPUH/UFRJ, 2004.

RAMIRES, Milena. CLAUZET Mariana. ROTUNDO Matheus Marcos. BEGOSSI Alpina. **A pesca e os pescadores artesanais de Ilhabela (SP), BRASIL**. Disponível em [https://www.pesca.sp.gov.br/38\\_3\\_231-246.pdf](https://www.pesca.sp.gov.br/38_3_231-246.pdf). Acesso em 18/07/18.

RODRIGUES, A.M. **Produção e Consumo do e no espaço; problemática ambiental urbana**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

# CAPÍTULO 2

## AVALIAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DOS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO TURISMO EM CANOA QUEBRADA-CE

Data de aceite: 01/11/2021

Data de submissão: 06/08/2021

### **Davi Rodrigues Rabelo**

Departamento de Geografia da Universidade  
Estadual do Ceará  
Fortaleza – Ceará  
<http://lattes.cnpq.br/7215145306170121>

### **Lucas Cavalcante Lima**

Departamento de Engenharia Ambiental da  
Universidade de Fortaleza  
Fortaleza – Ceará  
<http://lattes.cnpq.br/5540916764081293>

### **Marcos Ronielly da Silva Santos**

Departamento de Ciências Ambientais da  
Universidade Federal do Pará  
Belém – Pará  
<http://lattes.cnpq.br/5695152705442948>

**RESUMO:** Seguindo a tendência de turismo de sol e praia do nordeste brasileiro, a zona costeira cearense é procurada pelo turismo devido as suas belezas naturais, sendo uma das regiões mais visitadas por pessoas de todo o mundo. Contudo, junto a esta atividade, impactos ambientais, negativos e positivos, são causados pelos aspectos que fazem parte da composição do setor turístico. A especulação imobiliária, alterações da paisagem, uso indevido do solo, mudança de comportamento da população são fatores que podem ser apontados como negativos. Os impactos positivos são ligados a melhoria de infraestrutura,

aumento na arrecadação do município, saneamento e na geração de emprego e renda. A praia de Canoa Quebrada está inserida na zona litorânea cearense, e, portanto, faz parte desta dinâmica do turismo, obtendo seus malefícios e benefícios. Este trabalho acadêmico visa avaliar como tais impactos afetaram a qualidade de vida e do meio ambiente, e como foram as alterações no intervalo de 20 anos em relação a esses aspectos, utilizando metodologias de Sistemas de Informações Geográficas e Check-list. A partir da aplicação dessas metodologias, foram constatados impactos negativos e positivos, como transformação do espaço físico e da paisagem, uso inadequado do solo, geração de emprego e renda, arrecadação do município dentre outros aspectos que são abordados durante os resultados do estudo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo. Zona Costeira. Impactos Ambientais. Sistemas de Informações Geográficas. *Check-list*.

### SPACE-TIME EVALUATION OF ENVIRONMENTAL IMPACTS CAUSED BY TOURISM IN CANOA QUEBRADA-CE

**ABSTRACT:** Following the trend of sun and beach tourism in northeastern Brazil, the coastal area of Ceará is sought after by tourism due to its natural beauty, being one of the regions most visited by people from all over the world. However, along with this activity, environmental impacts, both negative and positive, are caused by aspects that are part of the composition of the tourism sector. Real estate speculation, changes in the landscape, improper use of the soil, changes in the behavior of the population are

factors that can be identified as negative. The positive impacts are linked to the improvement of infrastructure, increase in the collection of the municipality, sanitation and the generation of jobs and income. The beach of Canoa Quebrada is inserted in the coastal zone of Ceará, and, therefore, is part of this dynamic of tourism, obtaining its harms and benefits. This academic work aims to assess how such impacts have affected the quality of life and the environment, and how the changes in the 20-year interval have been in relation to these aspects, using methodologies from Geographic Information Systems and Check-list. From the application of these methodologies, negative and positive impacts were found, such as transformation of the physical space and the landscape, inadequate land use, generation of employment and income, collection of the municipality, among other aspects that are addressed during the results of the study.

**KEYWORDS:** Tourism. Coastal Zone. Environmental impacts. Geographic Information Systems. Check list.

## 1 | INTRODUÇÃO

Em razão do desenvolvimento econômico, a sociedade vem se apropriando dos recursos naturais de forma insustentável. O homem ao longo do tempo expande seus meios econômicos nas mais variadas formas em relação ao meio ambiente, causando assim uma degradação acumulativa, que vai gerando impactos que, previamente, não eram observados. Após revoluções industriais, globalização e outros fatores econômicos, as ações antrópicas aumentaram os níveis de degradação da natureza, contudo, junto com esses avanços, o acesso a informação ganhou mais espaço e a sociedade se tornou mais atenta a enxergar o meio ambiente de uma forma mais cuidadosa, e tratar do assunto com mais importância, por entender melhor a situação de degradação cada vez mais acentuada (PEREIRA, 2009)

Um dos tipos de exploração econômica dos recursos naturais é o turismo, que de acordo com dados da Organização Mundial de Turismo – OMT (2003), cresceu entre as décadas de 1950 e 1990 aproximadamente 7% ao ano, tornando-se uma das principais fontes de renda e um dos segmentos econômicos mais fortes no mundo. Esse crescimento se dá ao fato de que o turismo é um setor que é composto por diversas atividades econômicas, associadas entre si como os meios de transporte, setor de aviação lojas de souvenir, restaurante e outras atividades. Assim, tornando-se um dos setores da economia que mais gera empregos e investimentos (MOESCH, 2002).

Nessa perspectiva, as zonas costeiras estão entre as áreas mais exploradas e urbanizadas do mundo, devido a disposição de vários atrativos turísticos e recursos naturais que proporcionam o desenvolvimento de centros urbanos e suas atividades. O ecossistema costeiro possui um alto índice de diversidade, composta por biota marinha, terrestre e aérea, e também são sistemas de suma importância para a reprodução e sobrevivência das espécies que habitam essa zona, dessa forma, sendo um ambiente fundamental para

o equilíbrio do planeta (VASCONCELOS e CORIOLANO, 2008).

O Estado do Ceará possui um vasto território costeiro com cerca de 573 km de extensão, segundo dados da SEMACE (2006). A região litorânea carrega consigo atividades, e dentre estas, uma das mais desenvolvidas é o turismo, que apesar de ser importante para a economia, muitas vezes é mal planejado acaba inviabilizando sua boa relação com o meio ambiente, principalmente por sua geração de passivos ambientais através da construção civil e do próprio comportamento do ser humano ligado a poluição e degradação devido a sua falta de educação ambiental.

A praia de Canoa Quebrada, no litoral leste do Estado, vem se alterando em razão das práticas de atividades turísticas, além das mudanças no aspecto socioeconômico, está contribuindo para a modificação da composição dos sistemas ambientais naturais da zona litorânea. Diante disso, este trabalho acadêmico avalia através de uma análise espaço-temporal, quais impactos socioambientais foram mais observados pelo exercício do turismo na Praia, visto que esta é a principal atividade econômica da região.

## **2 | MATERIAIS E MÉTODOS**

### **2.1 Caracterização da área de estudo**

A área de estudo compreende-se no litoral leste do estado do Ceará, na localidade de Canoa Quebrada, em Aracati-CE (Figura 1). A praia de Canoa Quebrada fica localizada no município de Aracati, criado em 1747. O clima é considerado Tropical Quente Semiárido Brando, com pluviosidade de aproximadamente 936 mm, possuindo temperatura média entre 26°C e 28°C. O tipo de relevo predominante é composto por Planície Litorânea, Tabuleiros Pré-Litorâneos e uma parte da Chapada do Apodí (IPECE, 2005).

Canoa Quebrada é compreendida como Área de Preservação Ambiental (APA), possuindo uma área de 4.000 hectares, sendo criada em 1998, pela Lei nº 40/98 de 20 de março. A APA, que vai do Porto Canoa até a foz do Rio Jaguaribe, fica em ecossistema costeiro e é localizada a uma distância de 12 km da sede, município de Aracati (SEMACE, 2006).

A praia de Canoa Quebrada teve sua iniciação perante ao turismo entre 1960 e 1970, onde até então era uma área ocupada apenas por indígenas e pescadores. As características de um local isolado e de belezas naturais chamou a atenção de turistas, majoritariamente de origem europeia, denominados hippies. A população local, conhecida por sua hospitalidade acolheu o turismo, oferecendo muitas vezes, suas casas para a hospedagem dos visitantes (SEMACE, 2006).

Canoa Quebrada é conhecida internacionalmente, recebendo turistas de diversas nacionalidades, dispendo de uma boa infraestrutura, com um bom custo-benefício, oferecendo assim a oportunidade para o turismo de diversas classes sociais. Um dos



pontos de referência mais conhecidos de Canoa Quebrada é a principal rua, Broadway, onde se localiza os principais restaurantes, pontos comerciais e pousadas. Outros serviços relacionados ao turismo oferecidos em Canoa Quebrada são: Passeios de jangada, passeios de Buggy, trilhas em motos e quadrículos, bem como visitação de empreendimentos que oferecem atividades esportivas como tirolesas e “skibunda” (SEMACE, 2006).

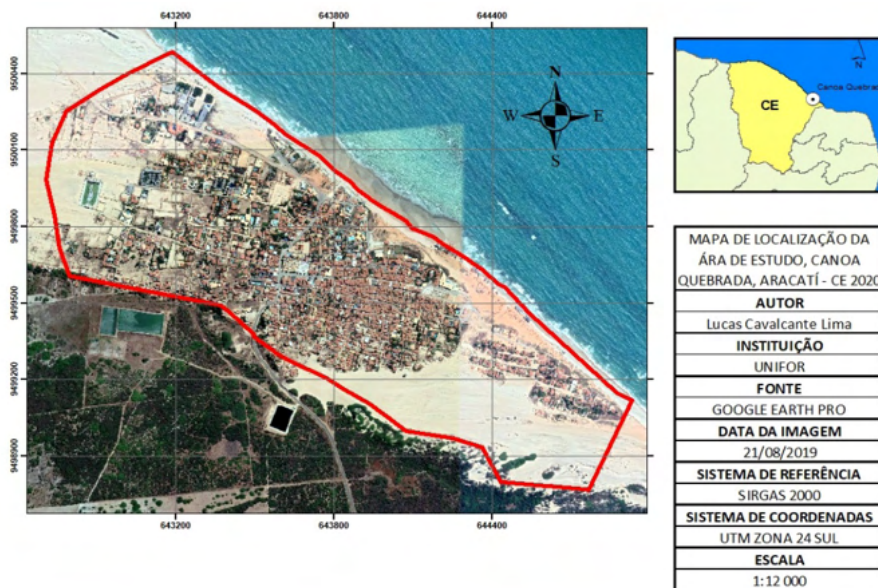


Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo, Canoa Quebrada, Aracati – CE, 2020

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

## 2.2 Procedimentos metodológicos

O presente estudo é referente a uma pesquisa qualitativa e quantitativa de cunho multidisciplinar, com ênfase no estudo de impacto ambiental utilizando Sistemas de Informações Geográficas, presente no contexto tipológico descritivo e exploratório, baseado no método hipotético-dedutivo.

Os dados referentes ao processo de avaliação espaço-temporal foram obtidos do software *Google Earth Pro*, através de produtos do sensoriamento remoto com imagens orbitais. Após análises feitas a partir desse material, elaborou-se dois mapas temáticos de uso e ocupação do solo, sendo um referente ao ano de 2004 e o outro a 2019, contendo classificações de quadras, dunas, falésias, faixa de praia, vias e áreas ocupadas por barracas de praia com enfoque na parte quantitativa da identificação dos impactos socioambientais acarretados pelo turismo na praia de Canoa Quebrada.

A partir dos mapas elaborados, calculou-se a área ou extensão das classificações

presentes na delimitação de Canoa Quebrada, local no qual o desenvolvimento da atividade na região é baseado no turismo, facilitando a avaliação através de uma análise espaço-temporal das mudanças de uso e ocupação. Dessa forma foi possível relacionar os impactos socioambientais causados pelo setor turístico.

Posteriormente, realizou-se em campo, visita técnica na praia de Canoa Quebrada, nos dias 06 e 07 de novembro de 2020, para validação do mapeamento dos sistemas ambientais: campos de dunas, faixa de praia, falésias, bem como nas áreas ocupadas por barracas de praias e urbanização para coleta de dados, bem como registros fotográficos.

### 2.3 Mapeamento

Para vetorização das classificações adotadas, foram utilizadas duas imagens de satélite disponibilizadas pelo software Google Earth Pro, sendo devidamente georreferenciadas utilizando o programa ArcMap 10.5. As imagens são datadas de 16/09/2004 e 21/08/2019, possibilitando uma visualização satisfatória na mudança das características ambientais e, proporcionando uma análise através da comparação entre os mapas gerados, de maneira visual bem como através dos dados calculados de área para cada classificação através da função de cálculo dos atributos existente no próprio programa de SIG.

O procedimento foi feito de forma manual, atentando-se as características visuais das imagens de satélite, e utilizando a ferramenta de criação de shapefiles, foi possível elaborar mapas com foco no uso e ocupação do solo, abrangendo aspectos como: urbanização, falésias, vias, campos de dunas, faixa de praia, oceano e município. Para aferição dos dados visualizados nas imagens de satélite, foi realizado uma visita técnica ao local para confirmação das classificações vetorizadas. A coleta de dados em campo foi feita no período entre 06 e 08 de novembro de 2020, tendo como objetivo verificar a fidelidade das classificações dos mapas temáticos.

### 2.4 Check-list

De acordo com Medeiros (2010) e Sanchez (2013) o método de check-list ou listagem de controle é amplamente usada em estudos ambientais de formato preliminar para a identificação de possíveis impactos mais relevantes. É uma técnica considerada simples de utilizar, visto que é uma listagem de parâmetros ambientais que servem como referência, abordando os fatores mais importantes. O check-list identifica e enumera os impactos de acordo com um diagnóstico, que deve conter os meios físico, biótico e socioeconômico. Posteriormente, deve-se relacionar os impactos verificados nas fases de implantação e operação das atividades ou empreendimentos, e classificar os impactos entre negativos e positivos (COSTA *et al.*, 2005).

A metodologia do check-list tem como vantagens a facilidade da compreensão de informações e a utilização de forma imediata na avaliação qualitativa dos impactos ambientais, oferecendo um desempenho satisfatório em relação a priorização das

informações. A técnica reúne os impactos com maior probabilidade relacionados ao projeto em estudo, facilitando a sua compreensão para o público em geral. (MEDEIROS, 2010; STAMM, 2003)

Para o presente trabalho, essa metodologia foi aplicada a partir de variáveis determinadas pela revisão bibliográfica, tomando como referência os autores Coriolano e Vasconcelos (2008) e Lohnmann e Panosso Netto (2008). As variáveis relacionadas aos impactos positivos são: Introdução de recursos, geração de empregos e infraestrutura como o saneamento. Como impactos negativos foram destacados: Uso inadequado do solo, transformação do espaço físico, verticalização dos centros urbanos, erosões em trilhas de turismo e transformação da paisagem.

Os dados quantiqualitativos das variáveis escolhidas, mencionadas previamente, para o check-list, foram obtidas através de constatação por visita técnica e de informações disponibilizadas pela SETUR-CE e do IPECE referentes ao município de Aracati, onde está inserida a praia de Canoa Quebrada.

## **3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **3.1 Avaliação Espaço-Temporal de uso e ocupação**

Utilizando a imagem de satélite obtida do software Google Earth Pro, com data de 19/05/2004, foram classificadas as vetorizações em 5 classes principais: Vias, Barracas de Praia, Urbanização, Falésias, Faixas de Praia e Dunas, além do município de Aracati, onde Canoa Quebrada está localizada, e o oceano para melhor contextualização da área de estudo.

A composição das classes em Canoa Quebrada no ano de 2004 pode ser observada através da Figura 2 abaixo, bem como a sua quantificação, contendo área e percentual sobre a área total será abordado na Tabela 1.

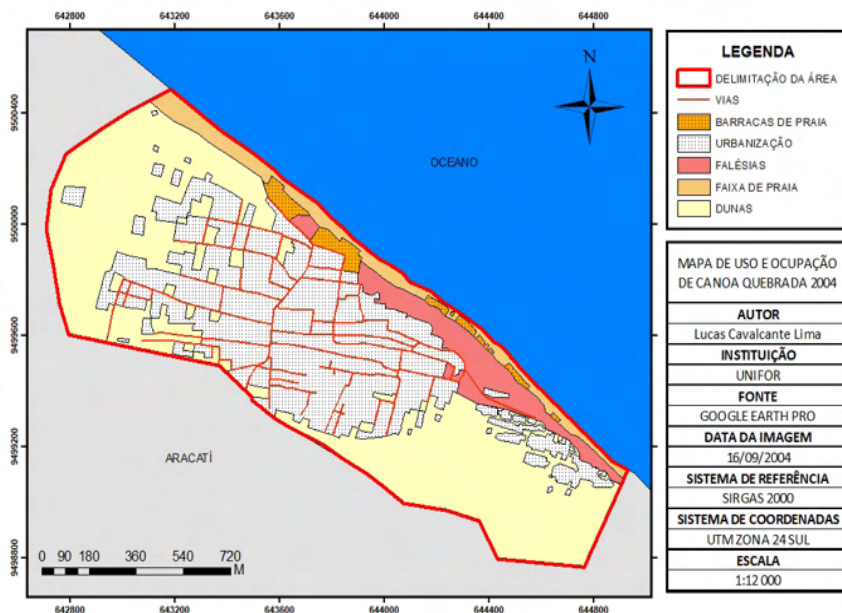


Figura 2 – Mapa de uso e ocupação de Canoa Quebrada, 2004

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Tabela 1		
Classificação	Área (ha)	% da Área Total
Área Delimitada	163,4864	100%
Barracas de Praia	3,33218	2%
Urbanização	65,2081	40%
Falésias	10,7308	7%
Faixa de Praia	8,97232	5%
Dunas	75,243	46%

Tabela 1 – Tabela de classificação de 2004

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A seguir, utilizando os mesmos aspectos metodológicos do mapa temático de 2004, na Figura 2 é apresentado o mapa de uso e ocupação de Canoa Quebrada em 2019, notando-se visualmente uma mudança na composição do uso e ocupação da área de estudo, alterações essas que podem ser comprovadas através da Tabela 2 contendo as áreas e percentuais calculados.

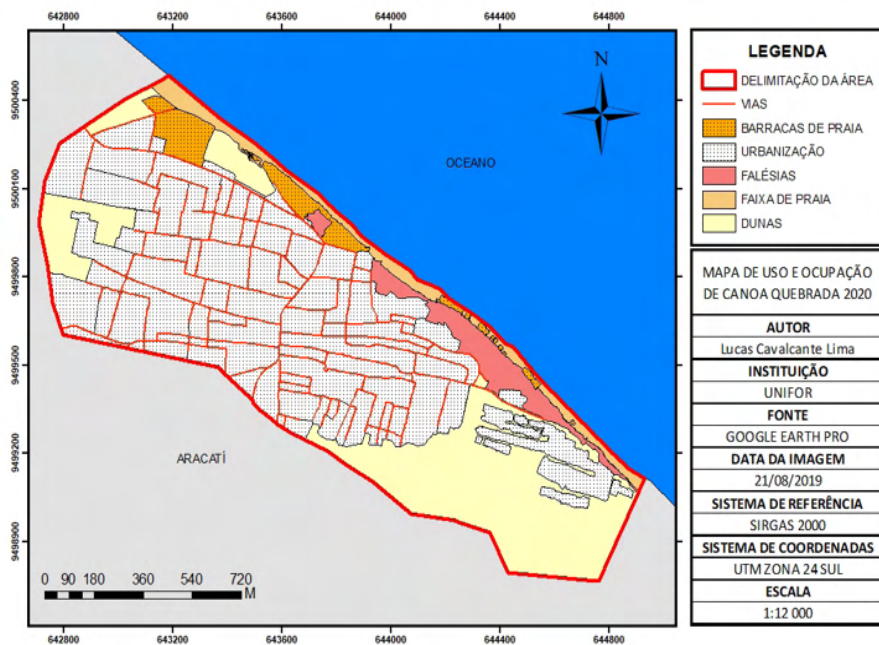


Figura 2 – Mapa de uso e ocupação de Canoa Quebrada, 2020.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Tabela 2		
Classificação	Área (ha)	% da Área Total
Área Delimitada	163,25134	100%
Barracas de Praia	6,58243	4%
Urbanização	101,155	62%
Falésias	7,21545	4%
Faixa de Praia	7,02506	4%
Dunas	41,2734	25%

Tabela 2 – Tabela de classificação de 2020

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A partir dos dados obtidos, elaborou-se uma planilha para avaliar a transformação do espaço de Canoa Quebrada, mostrada na Tabela 3, demonstrando quantitativamente as alterações de uso e ocupação ocasionadas pelas atividades antrópicas, sendo essas oriundas do turismo na região. Os sistemas ambientais de Dunas, Falésias e Faixa de Praia foram degradados, com maior alteração das Dunas, com uma perda de 21% da sua composição sobre a área total, dando espaço para a Urbanização que cresceu 22% sua ocupação em Canoa Quebrada.

<b>Tabela 3</b>			
<b>Classificação</b>	<b>% da Área Total</b>		<b>Alteração</b>
	<b>2004</b>	<b>2019</b>	
Barracas de Praia	2%	4%	2%
Urbanização	40%	62%	22%
Falésias	7%	4%	-3%
Faixa de Praia	5%	4%	-1%
Dunas	46%	25%	-21%

Tabela 3 – Tabela de comparação das participações sobre a área

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Nota-se que a o sentido oeste foi onde ocorreu um crescimento mais acentuado de modificações antrópicas, tendo aumento significativo em urbanização e novas barracas de praia, estas mais estruturadas que as remanescentes de períodos anteriores. Houve também um aumento na extensão das vias, de 11,4375 Km em 2004 para 16,63 em 2019.

### 3.2 Avaliação Espaço-Temporal dos dados socioeconômicos

A partir de dados relacionados ao aspecto socioeconômico de Canoa Quebrada, município de Aracati - Ceará, obtidos pelo IPECE e SETUR-CE, pode-se estabelecer os impactos mais acentuados em relação aos aspectos econômicos, sociais e de infraestrutura da praia. Estabeleceu-se as variáveis de acordo com as referências bibliográficas já mencionadas previamente no estudo, e para a melhor visualização da comparação dos dados no intervalo temporal, foi elaborado o Quadro 3 contendo as informações de cunho econômico e financeiro.

<b>Economia e Finanças</b>					
<b>Produto Interno Bruto</b>	<b>2002</b>	<b>2015</b>	<b>Finanças Públicas</b>	<b>2001</b>	<b>2015</b>
PIB Total	153.910	1.162.090	Receita total (R\$ MIL)	23.211	158.859
PIB per capita	2.241	15.979	Despesa total (R\$ MIL)	23.105	157.909
PIB por setor (%)	100%	100%	<b>Empregos</b>	<b>2006</b>	<b>2017</b>
Agropecuária	7%	12%	Formais	39.759	73.555
Indústria	32%	22%	Informais	46.733	106.370
Serviços	62%	66%	Total	86.492	179.925

Quadro 3 - Economia e Finanças

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

No aspecto do saneamento, foi constatado aumento do abastecimento de água,

com 10.140 em 2002 para 16.276 em 2016 no parâmetro de ligações reais no município. Em relação ao esgotamento sanitário, o crescimento foi ainda maior, passando de 156 ligações reais em 2002 para 4.463 em 2016, significando um aumento de quase 3.000%.

A geração de empregos é impacto socioambiental presente na região. Com dados obtidos da Secretaria de Turismo do Ceará – SETUR-CE, pode-se observar no Quadro 4 a quantidade de empregos gerados por meio do setor turístico, bem como a sua categoria. Segundo a própria secretaria, Aracati é responsável por 8,37% da demanda turística do Ceará, e em 2016 recebeu cerca de 312.000 turistas, tendo como principal ponto turístico a praia de Canoa Quebrada, dessa promovendo-se com a geração de empregos.

	Ano	Alojamento	Alimentação	Transportes	Agência de Viagem	Aluguel de transportes	Lazer	Total
Formais	2006	6.542	20.637	8.399	987	378	2.816	39.759
	2017	11.812	41.083	10.792	1.451	1.757	6.660	73.555
Informais	2006	1.963	41.274	9.112	1.421	1.461	4.034	59.265
	2017	3.543	82.166	10.792	1.451	1.757	6.660	106.369
Total	2006	8.505	61.911	17.511	2.408	1.839	6.850	99.024
	2017	15.355	123.249	21.586	2.902	3.514	13.320	179.926

Quadro 4 - Geração de emprego através do turismo, por ano, no Ceará.

Fonte: Adaptado da SETUR-CE, 2020.

Em campo, é possível confirmar tais mudanças visualmente a transformação, em um período de 20 anos, em infraestrutura da rua Broadway, principal local em termos de comércio e serviços de Canoa Quebrada.

### 3.3 Análise do check-list

Por meio da metodologia de check-list, observa-se a presença de todos os impactos utilizados como variáveis nesse estudo, como mostra o Quadro 5, demonstrando as alterações socioambientais oriundas da atividade turística. O Quadro foi preenchido de acordo com os impactos observados através da coleta e interpretação dos dados ambientais e socioeconômicos, baseados também nas referências bibliográficas mencionadas da metodologia.

<b>Impacto</b>	<b>Parâmetro</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
<b>Impactos Positivos</b>	Introdução de Recursos	X	
	Geração de Empregos	X	
	Saneamento	X	
	Infraestrutura	X	
<b>Impactos Negativos</b>	Uso inadequado do solo	X	
	Transformação do Espaço Físico/ Paisagem	X	
	Verticalização dos Centros Urbanos	X	
	Erosões em Trilhas de Turismo	X	

Quadro 5 - check-list de impactos socioambientais preenchido

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

O impacto negativo de verticalização dos centros urbanos foi o menos frequente em Canoa Quebrada, ainda assim é possível notar empreendimentos com maiores estaturas e que são próximos a faixa de praia, barrando de certa forma a circulação de vento e descaracterizando o local. A respeito da erosão de trilhas turísticas, é bastante comum notar em diversas falésias, desenhos ou escrituras de turistas que passam pelo sistema ambiental, promovendo o aceleração dos processos erosivos, dessa forma prejudicando um dos próprios cartões postais da praia. Nas dunas e faixa de praia, também é possível notar alterações na propriedade do solo, marcas de trilhas de veículos e resíduos. Tais trilhas podem promover o afugentamento de fauna além de alterar a qualidade do solo, pois emitem ruído e fazem a compactação do solo.

## 4 | CONCLUSÃO

De acordo com a coleta e análise dos dados obtidos, utilizando metodologias de Sobreposição de cartas e Check-list, aliados a revisão bibliográfica e a visita em campo, a avaliação espaço-temporal da praia de Canoa Quebrada mostrou-se satisfatória no que diz respeito a visualização e quantificação dos impactos socioambientais. As classificações vetorizadas foram confirmadas pela visita técnica com auxílio de aparelho GPS, sendo assim as representatividades dos mapas temáticos foram excelentes para o estudo da interferência do setor turístico em relação aos aspectos ambientais, econômicos e sociais nesta área litorânea.

Optou-se por explorar não somente os impactos socioambientais negativos do setor, mas também os positivos, visto que o desenvolvimento econômico deve ser exercido, mas



sempre buscando a sustentabilidade. Contudo, é possível ver que o aspecto ambiental foi deixado em segundo plano e que a economia, principalmente através de especulação imobiliária foi favorecida. É possível notar tal fato a partir da diminuição do sistema ambiental de dunas, que era predominante na área delimitada em 2004 possuindo 46% de representatividade sobre a área total e que deu espaço principalmente para a urbanização, tendo perdido 21% de área em 2019.

É importante ressaltar a importância da sustentabilidade principalmente nas zonas litorâneas, onde o dinamismo é relevante e os impactos ambientais podem fazer efeito com maior dano a dinâmica do meio ambiente, promovendo prejuízo a fauna e a flora. Além disso, a conservação é indispensável para a manutenção dessas áreas e caso não seja exercida, a médio e longo prazo os danos serão sentidos pela natureza e impossibilitará a geração de riquezas através daquele ambiente.

O turismo é um setor importante na composição da economia, em vários países no mundo, no Brasil, e principalmente em Canoa Quebrada. Esta atividade gera emprego e renda para a população local, tendo participação média em 60% do PIB ao longo dos anos avaliados, e sua manutenção é válida. Contudo, o exercício dessa atividade deve ser acompanhado de estudos ambientais, que avaliem os impactos das atividades associadas e dos empreendimentos que operam ou estejam em análise de instalação. Medidas de conservação dos sistemas ambientais devem ser adotadas, bem como a educação ambiental da população local e a instrução para os turistas. Dessa forma, esse setor pode promover ganhos sociais, econômicos de forma sustentável, garantindo a todos emprego e renda e também qualidade ambiental.

## REFERÊNCIAS

COSTA, M.V.; CHAVES, P.S.V; OLIVEIRA, F.C. **Uso das Técnicas de Avaliação de Impacto Ambiental em Estudos Realizados no Ceará**. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Anais. Rio de Janeiro, 2005.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Aracati\\_2005.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Aracati_2005.pdf)>. Acessado em: 05 de novembro de 2020.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

MEDEIROS, R. D. **Proposta metodológica para Avaliação de Impacto Ambiental aplicada a projetos de usinas eólio-elétricas**. Dissertação de Mestrado – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, São Paulo, 2010.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico / Marutschka MartiniMoesch**. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Turismo internacional: uma perspectiva global**. 2ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PEREIRA, J. V. I. **Sustentabilidade: diferentes perspectivas, um objectivo co-mum**. Economia Global e Gestão, Lisboa, v. 14, n. 1, p. 115-126, abr. 2009 .

SANCHEZ, L.E. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de textos, 2013.

SEMACE; LABOMAR. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Ceará –Zona Costeira**. Fortaleza. 2006

STAMM, H. R. **Método para Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) em projetos de grande porte: Estudo de caso de uma usina termelétrica**. Tese de Doutorado (Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2003.

VASCONCELOS, F. P; CORIOLANO, L. N. **Impactos sócio-ambientais no litoral: um foco no turismo e na gestão Integrada da zona costeira no estado do ceará/Brasil**. Revista de Gestão Costeira Integrada 8(2):259-275 (2008). Disponível em: <[http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-134\\_vasconcelos.pdf](http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-134_vasconcelos.pdf)>. Acesso em: 22 jun 2020.

## DIAGNÓSTICO ESPACIAL E PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA-RS

Data de aceite: 01/11/2021

Data de submissão: 08/09/2021

**Eduardo Samuel Riffel**

Instituto Federal Farroupilha  
Campus Alegrete-RS

<https://orcid.org/0000-0003-0051-8259>

**RESUMO:** O município de Santa Rosa está localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, e possui sua economia baseada na agricultura. A partir de uma análise sistêmica do município e da região noroeste, foi realizado um diagnóstico municipal com o objetivo de subsidiar um plano de desenvolvimento, para isso foram utilizadas teorias de planejamento espacial, sendo que a teoria utilizada foi a teoria dos polos, proposta por Perroux. A partir do diagnóstico realizado foi possível identificar a dependência dos setores econômicos relacionado ao setor agrário, o qual é bastante vulnerável devido principalmente aos eventos climáticos. Diante disso, constata-se a necessidade de fortalecer e diversificar o setor industrial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diagnóstico municipal; Plano de Desenvolvimento; Análise Geográfica; Análise Sistêmica; Geografia Urbana;

**ABSTRACT:** The municipality of Santa Rosa is located in the northwest region of the state of Rio Grande do Sul, and its economy is based on agriculture. From a systemic analysis of the municipality and the northwest region, a municipal

diagnosis was carried out in order to support a development plan. For this, spatial planning theories were used, and the theory used was the theory of poles, proposed by Perroux. From the diagnosis carried out, it was possible to identify the dependence of economic sectors related to the agrarian sector, which is quite vulnerable mainly due to climatic events. Therefore, there is a need to strengthen and diversify the industrial sector.

**KEYWORDS:** Municipal diagnosis; Development Plan; Geographical Analysis; Systemic Analysis; Urban Geography.

### 1 | INTRODUÇÃO

Frente a realidade e a dinâmica socioespacial e econômica que envolvem os municípios, emerge a necessidade da realização dos diagnósticos municipais facilitando a atividade de planejamento. O diagnóstico constitui-se num momento inicial da atividade de planejamento do espaço e, a partir dele resultará um prognóstico, que se materializará em metas e ações a serem desenvolvidas a fim de que se atinja o *optimum* no planejamento. O apoio das teorias espaciais contribui para que se pense o espaço de forma ampla e se busque a (re)organização espacial.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo realizar o diagnóstico do município de Santa Rosa/RS, a fim de subsidiar um plano de desenvolvimento, para o qual se buscará o respaldo nas teorias no planejamento espacial,

de modo que se visualize o arcabouço teórico ideal, constituindo-se a teoria de planejamento a ser usada. Entretanto, para realizar esta complexa tarefa, não se pode deixar de pensar o município no contexto microrregional, contextualizando com as demais escalas de análise geográfica.

A respeito do planejamento regional que deve ser pensado de forma integrada, este tem como ponto de partida, conforme CABO (1997, p. 27): “a disponibilidade de recursos; as possibilidades produtivas; o estado da técnica e a estrutura institucional do sistema; e as possibilidades sociais: eleições individuais, decisões governais e distribuição espacial”, eis que surge a necessidade do diagnóstico e do estabelecimento do perfil de determinado espaço.

O município de Santa Rosa faz parte da Microrregião Geográfica que leva o seu nome e localiza-se na porção noroeste do estado, fazendo parte do Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Noroeste. A microrregião é composta por treze municípios: Alecrim, Cândido Godói, Independência, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi (figura 1).

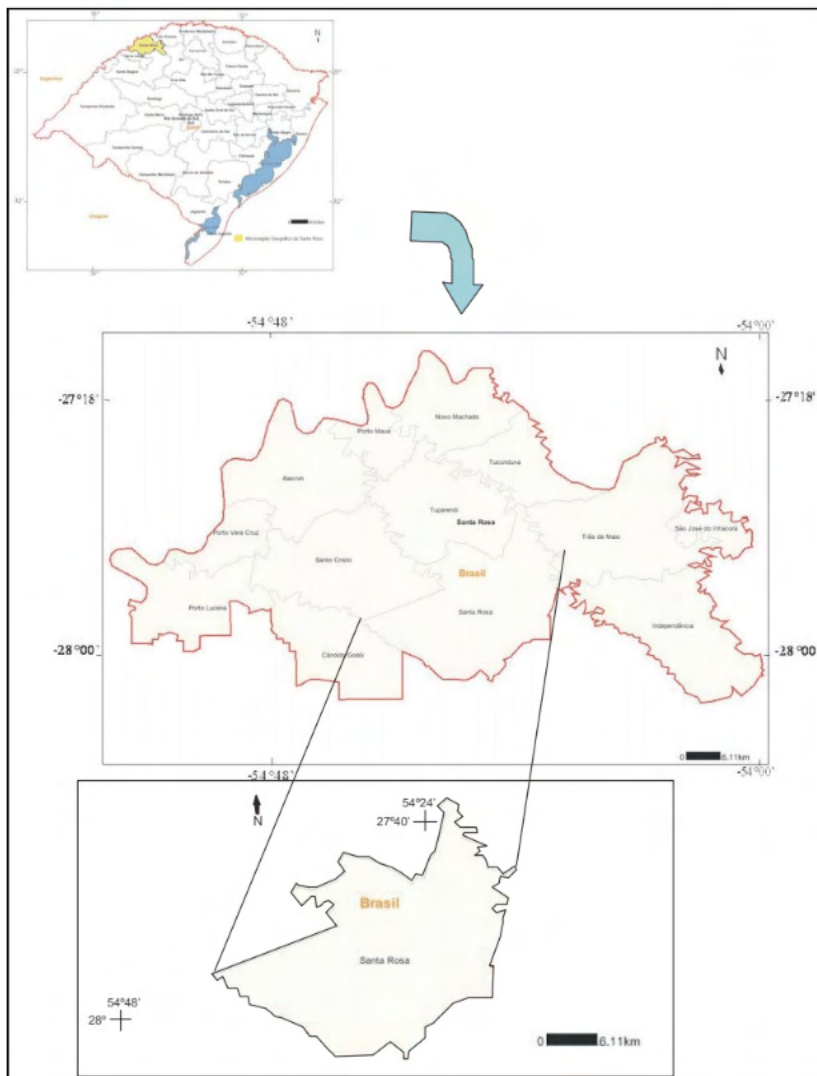


Figura 1 – Mapa de localização do município e da Microrregião Geográfica de Santa Rosa.

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>.

## 2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS<sup>1</sup>

Para compreender a realidade atual faz-se necessário um breve resgate histórico do município, como por exemplo, identificando as influências culturais dos povos que colonizaram o local. Primitivamente, esta porção do Estado era habitada por índios, sendo que, os jesuítas espanhóis, a partir de 1626, iniciaram um trabalho reducional

<sup>1</sup> A base do resgate histórico foi realizando a partir da publicação Conhecendo a Região da Fronteira Noroeste, da Secretaria de Educação de Santa Rosa e com informações do site da Prefeitura Municipal.

para catequizar os nativos. Entre 1626 a 1642 estabeleceram-se os primeiros povoados missionários que foram posteriormente dizimados pelos bandeirantes paulistas.

Já na segunda metade do século XXVII, os jesuítas espanhóis fundaram os Sete Povos das Missões. Os grupos indígenas (principalmente guaranis e tapes) que se estabeleceram nas reduções jesuíticas praticavam a agricultura, utilizavam a técnica da queimada ou da coivara. Eles povoavam todas as matas do Alto Uruguai e seus afluentes principais.

Os Sete Povos das Missões entraram em decadência a partir de 1750, com a assinatura do Tratado de Madri entre Portugal e Espanha. Suas terras passaram a ser ocupadas por fazendeiros, posseiros e depois, e especialmente a porção noroeste do Estado pelos imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos vindos das colônias antigas, mas também houve imigração russa, polonesa e de outras nacionalidades.

A região, dentro de uma evolução cronológica, pertenceu sucessivamente a Porto Alegre, Rio Pardo, Cruz Alta e, finalmente a Santo Ângelo. No ano de 1876, o Município de Santo Ângelo foi subdividido, com isso foi criado o Distrito de Santa Rosa. O governo do Estado buscou expandir a colonização e promover a formação de colônias mistas.

A Colônia Santa Rosa foi criada para assentar muitas famílias de nacionais ou caboclos que ocupavam as terras próximas ao rio Santo Cristo. Depois destes, os primeiros povoadores foram os funcionários da Comissão de Terras. Este povoamento cresceu muito com a chegada dos imigrantes. A ocupação destas terras aconteceu rapidamente, sendo que, em 1920, a Colônia já contava com 11.215 habitantes.

A ideia da emancipação surgiu em 1927, quando a Colônia já estava com 35.000 pessoas e uma boa arrecadação. Em 1929, a luta pela emancipação crescia rapidamente e o maior argumento dos emancipacionistas era a crescente arrecadação. No dia 1º de julho de 1931, o general José Antônio Flores da Cunha (Interventor do Estado) assinou o decreto nº. 4823 de emancipação do município de Santa Rosa. A solenidade de instalação do município de Santa Rosa aconteceu no dia 10 de agosto de 1931. Neste mesmo dia, tomou posse o primeiro prefeito, Arthur Ambros, nomeado pelo Interventor Federal do Estado.

A população cresceu rapidamente nas primeiras décadas da colonização, sendo que a grande maioria vivia no campo, devido a sua atividade predominantemente agrícola, com pequenas propriedades e produção agrícola diversificada, esse quadro só vai se alterar a partir da década de 60, no momento em que novos processos produtivos foram introduzidos, já com o advento da revolução verde.

Logo, ocorreu uma acentuada mecanização na lavoura, inserção das monoculturas, principalmente da soja, num momento posterior os financiamentos agrícolas foram facilitados. Por este motivo houve a dispensa de parte da mão-de-obra no campo e, conseqüentemente, aumentou a população urbana.

Segundo a secretaria municipal de Educação de Santa Rosa, 2003, podem se distinguir seis fases econômicas na região, que de maneira sucinta serão abordadas.

Na 1ª fase os colonizadores que chegaram por volta do início do século passado desenvolviam atividades agrícolas voltadas para a subsistência (feijão, arroz, milho, trigo, mandioca entre outros), nessa época quase não havia comércio, as vias de comunicação eram precárias e os centros comerciais ficavam muito distantes. Os moinhos, serrarias, olarias e funilarias foram algumas das primeiras indústrias artesanais e se instalaram na região.

A 2ª fase econômica que vai até por volta de 1955 é marcada pela comercialização dos produtos excedentes com municípios distantes, como Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. A indústria, já mais dinâmica, fabricava trilhadeiras, óleos vegetais, farinha de trigo, gaitas e produtos de origem animal, que alcançaram um certo destaque no Estado.

Na 3ª fase econômica, conhecida como o ciclo da pecuária, também chamado de “Ciclo do Porco”, o milho assegurava a alimentação do rebanho suíno, paralelamente surgem os primeiros cultivos da soja de forma mais expressiva.

A 4ª fase econômica vai aproximadamente de 1960 a 1967, apresentando mudanças significativas nas atividades econômicas. A cultura da soja assume posição de destaque, dando origem ao novo ciclo econômico regional, avançando em área sobre as demais culturas.

Quando a agricultura começou a suplantiar a pecuária, teve início a 5ª fase econômica. Os fatores mais importantes nessa fase estão ligados ao comércio. Os vários estímulos dados à soja permitem um grande desenvolvimento do produto.

Na 6ª fase econômica da Região, que é a atual, a supremacia da agricultura permanece, cuja realidade será abordada mais adiante.

### 3 | METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizado o levantamento bibliográfico disponível relacionado à caracterização do Município de Santa Rosa e depois, a pesquisa nos principais sites que disponibilizam dados relacionados às variáveis de desenvolvimento do município, tais como: Prefeitura Municipal e suas secretarias, IBGE, FEE, Secretaria da Fazenda e da Agência de Desenvolvimento de Santa Rosa.

A partir dos dados pesquisados, foi realizada a caracterização do município, destacando os elementos para diagnóstico regional básico, caracterizados pela indústria, agricultura, e qualidade de vida da população. Depois se abordou as relações de 1º grau relacionando o município com o mercado mundial e as perspectivas de comércio para o futuro. Em seguida adentrou-se as relações de 2º grau, que caracterizam os meios de transporte e as fontes de energia.

O diagnóstico municipal teve como parâmetro os demais municípios da microrregião, visando identificar a função do município, bem como os pontos fortes e aqueles que precisam ser melhorados.

Concluída essa etapa e com base na realidade constatada, buscou-se o respaldo da teoria dos polos, formulada por *Francois Peraux* que analisava o processo de desenvolvimento econômico das a partir de polos de desenvolvimento.

Para realizar todas as etapas mencionadas anteriormente, a pesquisa valeu-se de uma concepção sistêmica, identificando os atributos espaciais e as interações entre os mesmos em vários níveis. Dessa forma, levando em consideração aspectos econômicos, sócias, culturais e ambientais, onde o resgate histórico, demonstrando as transformações socioeconômicas também se faz importante.

Diante dessa abordagem, vale destacar o papel do Geógrafo no processo de planejamento,

A abordagem sistêmica precisa ser utilizada nos processos de previsão e planejamento. Por esse motivo o Geógrafo (...) deve participar dos grupos de trabalho, não apenas na qualidade de consultor mas sim, principalmente, como principal co-executor (chief co-executor) do projeto e, mais tarde, como técnico na avaliação crítica do trabalho (SOTCHAVA, 1977, p. 48).

## 4 | DIAGNÓSTICO MUNICIPAL E O CONTEXTO REGIONAL

### 4.1 Atividades primárias – Produção

O município de Santa Rosa tem sua economia baseada principalmente na agricultura, sendo soja e milho seus principais insumos. O município produz cerca de 46656 toneladas de soja plantadas em 25920 hectares, e 17889 toneladas de milho plantadas em 4450 hectares (IBGE, 2010).



Figura 2 – Lavoura de soja, atualmente principal cultivo agrícola da região.

Fonte: Secretaria de Educação de Santa Rosa, 2013.



No que tange a produção de soja a microrregião já teve uma participação mais expressiva tanto no cenário gaúcho como a nível nacional, reflexo da dinâmica da soja no país nas últimas décadas, avançando para as regiões centro-oeste, norte e mais recentemente para o nordeste. Além de Santa Rosa, Santo Cristo, Três de Maio e Independência são os maiores produtores de soja da microrregião (ver figura 3).

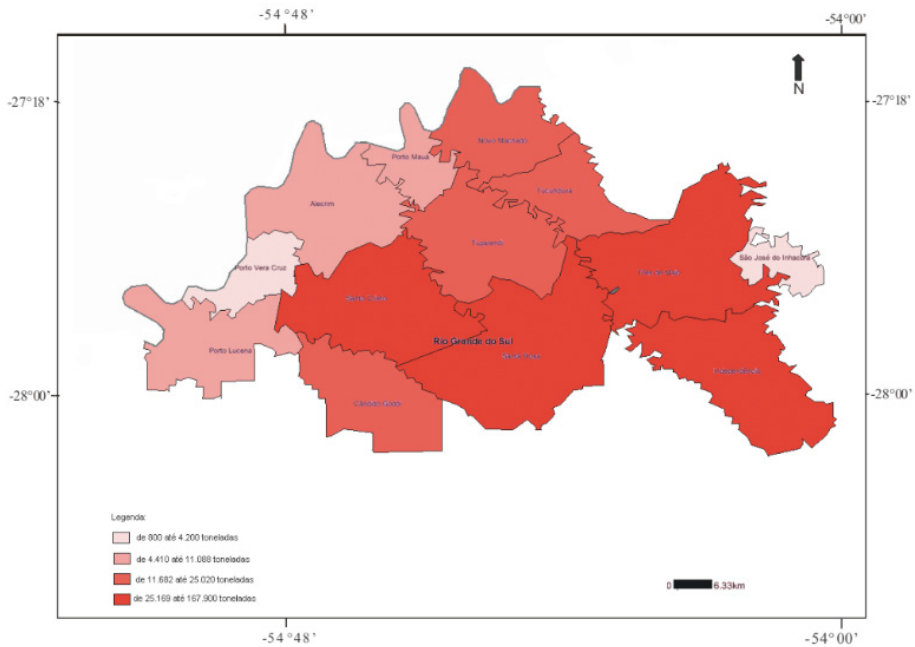


Figura 3 – Mapa da quantidade de soja produzida (tonelada) na lavoura temporária de 2012.

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>.

Santa Rosa é conhecida como “berço nacional da soja”, cuja cultura movimentava um ciclo de negócios que vai desde os pequenos produtores ao mercado internacional. Grande parte dos grãos produzidos é escoada até as cooperativas e depois para os portos via rodovias, as quais se encontram em precárias condições, encarecendo ainda mais o preço do custo de produção, constituindo um obstáculo ao desenvolvimento das atividades.

Dentre as demais culturas agrícolas pode-se destacar: o trigo, a mandioca, o girassol e a aveia. No que tange a pecuária estão presentes os rebanhos de bovinos (21268), suínos (78432)<sup>2</sup> e galinhas (46.000) (IBGE, 2010).

<sup>2</sup> Estimativas apontam que o número de matrizes atualmente em produção no município seja de aproximadamente sete mil (Agência de Desenvolvimento de Santa Rosa).

<b>cultura</b>	<b>área plantada (ha)</b>
Alho	10
amendoim	65
aveia	200
batata-doce	45
batata-inglesa	80
cana-de açúcar	54
cebola	15
girassol	220
linho	150
mandioca	550
milho	3100
soja	27000
trigo	10500
triticale	50

Tabela 1 – Área plantada no município de Santa Rosa em 2010.

Fonte: IBGE, 2010.

A produção de hortigranjeiros e produtos coloniais revela-se uma alternativa de valorização e rentabilidade da pequena propriedade rural, aproximando os frutos da terra do consumidor local<sup>3</sup>, haja vista que predominam no município as pequenas propriedades rurais e minifúndios. Ao mesmo tempo se desenvolvem práticas tradicionais e modernas, estas últimas especialmente nas propriedades médias e grandes mais associadas a maiores extensões com monoculturas.

A produção agrícola é facilitada pelas características naturais da região, como solo, clima e recursos hídricos. A rocha predominante é o Basalto, rocha extrusiva vulcânica, proveniente da decomposição dessas rochas básicas que originam solos caracterizados pela coloração vermelha escura, possuem um perfil profundo e boa drenagem natural, a cor avermelhada é devido ao elevado teor de óxido de ferro contido nas rochas basálticas. Apesar do solo exigir alguma correção de acidez, os solos proporcionam o desenvolvimento de uma agricultura eficiente e produtiva, destacando-se principalmente a soja e também outras culturas como a do milho e a do trigo.

Conforme o Sistema Brasileiro de Classificação dos solos (1999) da Embrapa, a região apresenta três tipos de solos: Latossolo Vermelho Distroférico, Chernossolo Argilúvico Férrico e o Neossolo Litólico Eutrófico.

Outro aspecto interessante é a não existência de estação seca, a não ser em alguns

3 Em 1988, surgiu no município o Mercado Público e os agricultores que costumavam vender semanalmente seus produtos em uma feira livre, passaram a ter um local confortável e amplo para colocar seus produtos a disposição dos consumidores, espaço este, onde muitos agricultores da microrregião conquistam a principal, e em alguns casos até exclusiva, fonte de sobrevivência das suas famílias. Em 1988 surgiu também a Associação dos Produtores de Hortigranjeiros de Santa Rosa (APRHOROSA). A produção local de hortigranjeiros abastece 60% do mercado de Santa Rosa.

anos mais isolados, ou então quando ocorre o fenômeno “*la nina*”. Em média, ocorre a passagem da Frente Polar Atlântica aproximadamente uma vez por semana, existindo ainda a influência das correntes perturbadas de oeste, resultando num índice pluviométrico anual entre 1500 a 2000 mm.

A vegetação original apresenta-se entremeada por áreas de campo e por árvores nativas, como: o angico, a guajuvira, o louro, o ipê, o cedro, a canafistula, a grábia e outros, também havia uma variedade de árvores frutíferas como: a cerejeira, a pitangueira, o guabiju e o araticum.

Entretanto, atualmente, esta vegetação encontra-se em sua quase totalidade substituída por diversas culturas agrícolas especialmente pelo binômio trigo e soja e pela política econômica voltada para exportação, cujo incremento se deu por volta da década de 70, conforme visto nas fases econômicas do município, citado anteriormente no resgate histórico.

Pode-se constatar que a ação do homem através da destruição das matas desde a chegada dos colonizadores, do uso intensivo de máquinas e equipamentos, o plantio de áreas impróprias, provocou a erosão dos solos e desregulou o regime dos rios.

Os rios do município fazem parte da Região Hidrográfica do Uruguai, pertencendo ao Comitê de gerenciamento dos Rios Turvo, Santa Rosa e Santo Cristo, sendo estes uns dos principais rios da região que deságuam no Rio Uruguai, o qual banha alguns municípios da microrregião: Porto Lucena, Porto Vera Cruz, Alecrim, Porto Mauá e Novo Machado, servindo de limite com a República da Argentina.

Eles são usados para abastecimento de água das cidades e para produção de energia elétrica, esses rios possuem um curso sinuoso e com desnível altimétrico, apresentando diversas quedas d'água de pequena envergadura. Em uma das quedas d'água no Rio Santa Rosa está instalada uma Usina Hidrelétrica, e as águas do Rio Santo Cristo são captadas para o abastecimento da população da cidade.

Santa Rosa possui 65.016 habitantes, dos quais 55.950 vivem na área urbana e 9.066 na área rural, é o mais urbanizado e o que tem uma maior proporção de pessoas residindo na cidade, sendo o oposto da realidade da microrregião, onde na maioria dos municípios predomina a população vivendo na área rural (ver figura 4). Dessa forma, ficando claro a vocação agrária da microrregião.

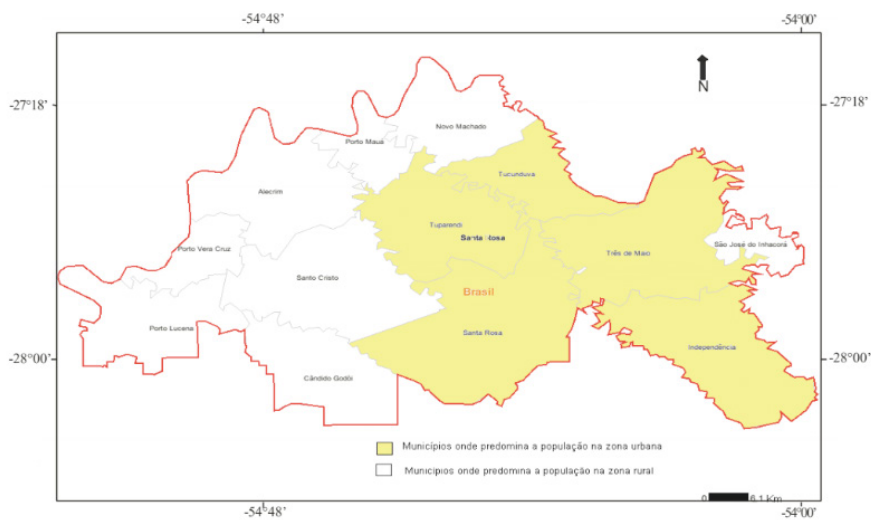


Figura 4 – Mapa dos municípios onde predomina a população na zona urbana ou na zona rural.

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>.

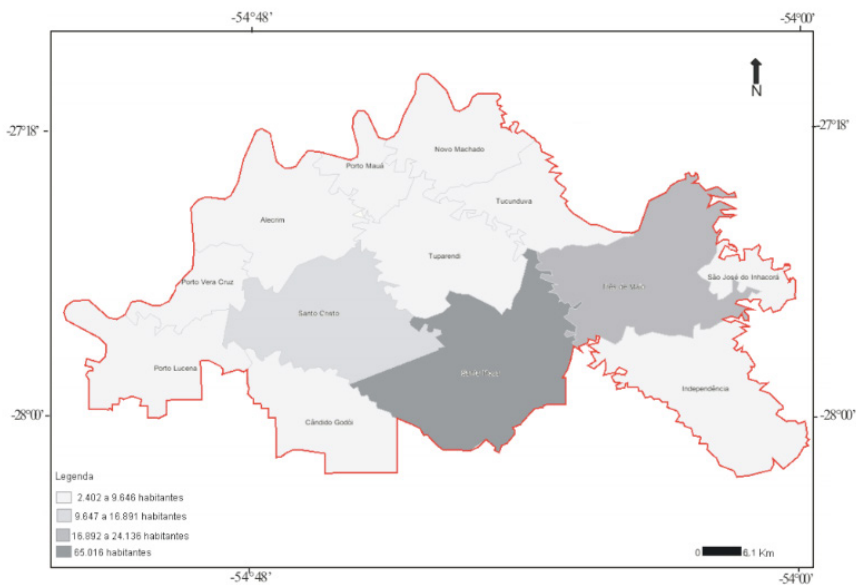


Figura 5 – Mapa da distribuição da população da microrregião por município.

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>.

O processo de modernização do campo contribuiu para o êxodo rural, cujo pólo atrativo foi e ainda é o município de Santa Rosa, logo havendo grande oferta de mão-de-obra, que basicamente vai ser absorvida pelo comércio e pelas indústrias existentes.

## 4.2 Atividade primária – crescimento da produção e da renda

O rebanho bovino manejado com modernas técnicas de produção garantiu um incremento na produção leiteira, sendo que alguns municípios da microrregião vão formar uma das maiores bacias leiteiras do Estado, que tem Santa Rosa como polo central, fornecendo, juntamente com a suinocultura, matéria-prima para o setor secundário da economia local.

Na agricultura, novas técnicas foram inseridas visando o ganho de produtividade e evitar o desgaste do solo, como a implantação do plantio direto, a preocupação ambiental também se reflete nas práticas agroecológicas desenvolvidas por um número ainda incipiente de agricultores, especialmente nas unidades produtivas familiares, para os quais a agricultura convencional se mostrou ainda mais insustentável.

Novas alternativas começam a aparecer no meio rural, como a mamona e o incremento a cadeia produtiva da cana-de-açúcar relacionados às perspectivas abertas pelo incentivo a produção de biocombustíveis e o estabelecimento de pequenas agroindústrias.

## 4.3 Atividades secundárias – indústria de transformação

As Indústrias locais beneficiam os produtos do setor primário. Um volume considerável de soja é transformado em farelo ou óleo, fazendo parte da composição de marcas de alimentos do próprio município, mas cujas unidades de recebimento se localizam também em outros municípios.

O destaque fica por conta das empresas que realizam o beneficiamento de grãos, transformando-os em óleos comestíveis e também, por conta das empresas de laticínios. Dentre as principais indústrias ligadas a transformação da matéria-prima oriunda do setor primário estão: - a Alibem - que possui no município, além de um frigorífico, uma fábrica de rações, uma unidade produtora de leitões, uma creche e granja de terminação, a empresa tem como principais importadores a Argentina, o Uruguai, Cuba, Hong Kong, a África do Sul, a Angola, a Rússia e diversos países do leste europeu; - a Avipal - que industrializa produtos com a marca Elegê, produz requeijão, manteiga e doce de leite, bem como o leite Dobon; - a Camera – que realiza a comercialização de grãos, a industrialização de soja e canola, a comercialização de farelos e óleos vegetais brutos e refinados, a produção de sementes e produtos de nutrição animal e logística<sup>4</sup>.

As cooperativas também têm um destaque no setor alimentício, as quais beneficiam pipoca, pãoço, feijão, amendoim, canjica, ervilha, entre outros itens.

Juntamente com o município de Horizontina, Santa Rosa forma o maior “Arranjo Produtivo Local (APL) Metal-mecânico” voltado à agricultura no país<sup>5</sup>. As fábricas de peças, máquinas e implementos agrícolas, situam-se entre as maiores do mundo (como

4 Conforme informações da Agência de Desenvolvimento de Santa Rosa.

5 Cerca de 65% das colheiteadeiras produzidas em todo o país são originárias das empresas localizadas em Santa Rosa e Horizontina, neste último município destaca-se a SLC John Deere (Agência de Desenvolvimento de Santa Rosa).

a AGCO<sup>6</sup>), lideram um processo de produção que movimentam o agronegócio e consolidam aqui o mais vigoroso pólo metal-mecânico com a parceria da AGCO e as indústrias locais. Pode-se afirmar que hoje o setor emprega cerca de 2.800 funcionários<sup>7</sup>. Estas empresas são responsáveis por cerca de 50% das peças necessárias para a produção final de uma colheitadeira, demonstrando que possuem tecnologia e qualidade na mão-de-obra especializada.

Através da terceirização um conjunto de empresas produtoras das mais variadas peças e componentes usadas nas máquinas da empresa principal que é a AGCO. A alta tecnologia se faz presente através de cortadoras a laser, dobradeiras, entre outros equipamentos.

A indústria contribui com a maior parte no PIB municipal com R\$ 484.462.351,00 (IBGE, 2010) anualmente trabalhando na área de transformação de bens com cerca de 439 unidades, principalmente na construção de colheitadeiras automotrizes. O setor agropecuário contribui com um PIB de R\$ 101.144.119,00 e no setor de serviços com R\$ 339.847.606,00 (IBGE, 2010).

Há base dessas atividades estão na articulação com o setor primário, logo há uma dependência desse setor para com as atividades agrárias, assim como o terciário também depende do setor agropecuário. Logo, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal é reflexo dessa dinâmica, onde um ano com estiagem diminui o PIB do setor primário e reflete sobre os demais também.

Esta articulação ocorre também através das empresas de laticínios que absorvem a bacia leiteira microrregional, através do frigorífico que recebe o gado suíno e principalmente, das indústrias de recebimento e beneficiamento de grãos (soja, canola e girassol), com destaque para algumas cooperativas.

Alguns fatores responsáveis pela dinamização do espaço rural microrregional foi a inserção de algumas culturas agrícolas, como a canola, o girassol e a mamona.

O setor têxtil vem tendo um crescimento, atualmente, 23 empresas empregam em torno de 175 funcionários (Agência de Desenvolvimento de Santa Rosa); assim como a indústria moveleira também está em ascensão.

Um dos grandes diferenciais do município é a mão-de-obra qualificada, formada pela escola profissionalizante do Serviço Nacional da Indústria (SENAI), que também presta apoio tecnológico às empresas. Estima-se que o setor emprega em torno de 200 pessoas em Santa Rosa (Agência de Desenvolvimento de Santa Rosa).

Ainda, vale lembrar que as indústrias gráficas locais estão entre as principais do estado.

---

6 A empresa AGCO está entre as maiores fabricantes de tratores da América Latina e a maior exportadora do produto no Brasil, com destaque para os EUA, o Canadá, a Austrália, o Japão, o México e a Argentina. As colheitadeiras são comercializadas além daqueles países já citados, para a Ásia, África e outros países da América do Sul.

7 Conforme Jornal Noroeste do dia 06 de fev. de 2014.

#### 4.4 Atividades terciárias – serviços e a cidade

As atividades terciárias absorvem boa parte da mão-de-obra, sofrendo os reflexos da dinâmica econômica do setor primário. O comércio é bem variado, destacando-se o de vestuário, o de máquinas, o de implementos agrícolas e o de alimentação.

Dessa forma, Santa Rosa é um centro regional comercial e de prestação de serviços. A riqueza produzida pelo setor primário e pelas indústrias de transformação circula e movimenta em torno de 800 empresas ligadas ao varejo. O setor também é visto como fundamental para a economia do município.

Além de uma arrecadação de impostos significativa, resultando em maior retorno de ICMS para o município, também é responsável pela geração de um bom número de postos de trabalho. Especialistas vêem o comércio e a prestação de serviços como grandes impulsionadores de emprego e renda em Santa Rosa. Mesmo com a predominância de pequenos e micro empreendimentos, o setor desempenha papel importante para a economia local, gerando empregos e impostos. De outro lado, empresas tradicionais crescem gradualmente.

No município há atualmente cerca de 17.747 trabalhadores legais na indústria, agricultura e comércio de um total de 32.966 pessoas economicamente ativas - PEA (IBGE, 2010).

O município de Santa Rosa possui o maior PIB da microrregião, bastante acima da média dos demais municípios. Entretanto, alguns municípios possuem um valor semelhante ao de Santa Rosa, como Santo Cristo, Independência, Porto Vera Cruz e Novo Machado, conforme demonstra a tabela a seguir.

Município	PIB (R\$)	PIB per capita (R\$)
Santa Rosa	700.634.781	10.668
Três de Maio	190.345.660	7.965
Santo Cristo	147.660.600	10.065
Tuparendi	81.218.555	8.658
Independência	74.767.998	10.395
Cândido Godói	66.110.909	9.658
Tucunduva	58.979.435	9.525
Alecrim	53.952.369	6.601
Novo Machado	45.785.669	10.103
Porto Lucena	43.438.985	7.081
Porto Vera Cruz	25.324.017	10.663
São José do Inhacorá	22.708.282	9.618
Porto Mauá	19.891.169	7.294

Tabela 2 - PIB total e per capita dos municípios da Microrregião de Santa Rosa – 2010.

Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.

O nível de vida no município é considerado bom, haja vista, a expectativa de vida de 74,94 anos, a taxa de analfabetismo que é de 5,71% e o índice de desenvolvimento socioeconômico (IDESE) que é de 0,782, o maior da microrregião (FEE, 2004), conforme pode ser comparado na tabela a seguir.

Municípios	Taxa de Urbanização (2003) %	Taxa de Analfabetismo (2003) %	Expectativa de vida ao nascer (2003)	IDESE
Santa Rosa	87,7	5,71	74,94	0,782
Santo Cristo	52,4	3,54	72,60	0,759
Tucunduva	64,3	6,58	77,64	0,748
Três de Maio	76,1	6,28	77,35	0,743
Cândido Godói	25,6	4,56	72,63	0,732
Tuparendi	57	6,67	72,72	0,717
São José do Inhacorá	33,3	2,86	77,76	0,706
Novo Machado	34,8	7,02	72,63	0,706
Independência	58	8,72	72,63	0,698
Porto Lucena	41,1	10,92	69,47	0,685
Porto Mauá	36,2	8,09	77,05	0,684
Porto Vera Cruz	22,7	10,77	72,63	0,663
Alecrim	27,1	8,80	69,47	0,635
<i>Estado do Rio Grande do Sul<sup>8</sup></i>	81,6	—	73,4	0,751

Tabela 3 – Dados socioeconômicos dos municípios da Microrregião Geográfica de Santa Rosa

Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.

O município conta com uma ampla rede de ensino<sup>9</sup> (Universidade, Fundação, escolas técnicas, municipais e estaduais) que também qualifica um grande número de jovens e adultos para o mercado de trabalho na região, fazendo a base de um desenvolvimento consistente em vários segmentos profissionais, destacando-se a Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) que oferece cursos de Ensino Superior e possui um Campus em Santa Rosa.

O município, integrada as rotas turísticas que incluem as Missões, a rota do Rio Uruguai e o Salto do Yucumã, conta com o carisma de “Xuxa”, sendo conhecida como a terra da “Xuxa”, cujo memorial é um ponto turístico na cidade, e ainda, pode-se destacar a Cascata da Usina.

Com base na realidade do município e nas audiências públicas para discussão

8 Os dados referentes à taxa de urbanização e expectativa de vida ao nascer do Estado do Rio Grande do Sul são do ano 2010.

9 Segundo o Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Censo Educacional 2003, o município possui 42 escolas de Ensino Fundamental (22 Estaduais, 15 municipais e 5 privadas), 12 de Ensino Médio (7 Estaduais e 5 Privadas), 48 Escolas de Ensino Pré-escolar (14 Estaduais, 24 Municipais e 10 Privadas).



do Plano Diretor de Santa Rosa<sup>10</sup>, podem-se apontar alguns problemas ambientais que colaboram para a deterioração da paisagem, da qualidade de vida e das atividades econômicas, haja vista a importância dos recursos naturais.

Dentre os principais conflitos ambientais estão: acesso precário a algumas vilas, falta de rede de esgoto, o qual é despejado na rede pluvial contaminado o solo e os cursos de água, criação de animais em áreas urbanas, contaminação de poços artesianos, estradas mal conservadas na área rural, ocupação de áreas de preservação permanente, praças públicas mal iluminadas e conservadas, falta de preservação das nascentes, necessidade de arborização, despejo de resíduos sólidos em áreas impróprias e os alagamentos (Plano Diretor de Santa Rosa).

A rede de atendimento público gerenciada pela Fundação Municipal da Saúde garante bons resultados, como os baixos índices de mortalidade infantil, tornam a saúde do município referência, posicionando-se entre os 50 primeiros municípios no Estado do Rio Grande do Sul segundo a FEE.

O município possui 42 estabelecimentos de saúde, sendo 23 públicos (IBGE, 2010), o que também lhe confere ser um centro atrativo de pacientes dos municípios vizinhos.

Conforme analisados os setores econômicos de Santa Rosa, pode-se constatar que a economia local esta relacionada à dinâmica do mercado mundial. Os fatores de mudança no mercado mundial se caracterizam principalmente por fatores que influenciam nas exportações, sendo os principais produtos exportados a carne suína, a soja e o maquinário agrícola, logo estando sujeito as variações cambiais do dólar, focos de zoonoses em áreas produtoras, entre outros.

Uma análise mais apurada pode ser realizada a partir de um trabalho realizado pela Secretaria Estadual da Fazenda.

A tabela 3 demonstra que o fluxo comercial do município é predominantemente para o mercado local, regional e brasileiro. Entretanto, a tabela 4 demonstra que a abertura da economia municipal as exportações vem crescendo desde 1999 até o ano de 2002, até o qual se obtém os dados, aumentando o participação no PIB municipal.

Ano	Saídas no Estado	Relação SE/S	Saídas Outros Estados	Relação SOE/S	Saídas Exterior	Relação X/S	Total das Saídas
1998	517.825,00	75%	124.803,00	18%	50.694,00	7%	693.322,00
1999	581.180,00	76%	148.552,00	20%	31.196,00	4%	760.928,00
2000	671.002,00	72%	218.136,00	23%	43.383,00	5%	932.521,00
2001	853.077,00	69%	277.813,00	22%	105.820,00	9%	1.236.710,00
2002	1.006.207,00	71%	285.933,00	20%	124.458,00	9%	1.416.598,00
Média	--	72,6%	---	20,7%	---	6,7%	---

Tabela 4 – Fluxo comercial do município de Santa Rosa – valores nominais.

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda.

<sup>10</sup> O qual se encontra em fase de elaboração.

Ano	PIB Município (R\$)	Saídas Exterior (R\$)	Relação X/PIB
1998	391.538,26	50.694,00	13%
1999	427.905,04	31.196,00	7%
2000	496.272,80	43.383,00	9%
2001	626.073,86	105.820,00	17%
2002	700.634,78	124.458,00	18%

Tabela 5 – Grau de abertura da economia do município de Santa Rosa em relação às exportações.

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda.

No que tange a inserção de mercadorias no comércio mundial o gráfico da figura 6, demonstra o peso dos setores da indústria de maquinários agrícolas, de beneficiamento de carnes suínas e de óleo de soja.

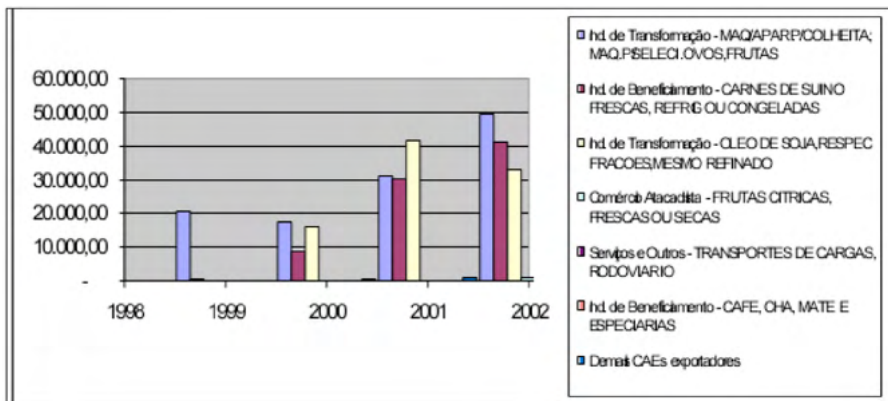


Figura 6 – Gráfico das exportações do município de Santa Rosa por setor econômico.

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda.

Quanto às perspectivas para o cenário futuro a tabela 6 demonstra que as exportações vem se colocando como uma alternativa, cujas exportações vem tendo um peso a cada ano a partir de 1998 até 2002.

Ano	Exportações	Total das Saídas	Relação X/S
1998	29.258,00	182.900,00	16%
1999	20.643,00	201.330,00	10%
2000	42.548,00	352.794,00	12%
2001	104.004,00	535.563,00	19%
2002	124.458,00	628.183,00	20%

Tabela 6 – Comparativo entre as exportações e o total das saídas dos setores de Santa Rosa.

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda.

## 4.5 Comunicações e energia

A rede viária é considerada homogênea e adequada para suportar o tráfego atual, estando em constante adequação e reforma, interna e externamente. Atualmente o município conta com uma frota de 15783 veículos automotores, 1205 caminhões, aproximadamente 6000 motocicletas e cerca de 220 ônibus.

Recentemente com o intuito de facilitar o tráfego de cargas pesadas reduzindo o seu tráfego internamente no município e para conservar a malha de estradas da rede urbana foi construído um anel rodoviário ligando externamente a entrada e a saída do município para outros municípios vizinhos. Conforme o Plano Diretor Municipal a existência desse anel rodoviário (RS 344, RS 307 e BR 472) está condicionando a expansão urbana recente.

O Plano Diretor aponta ainda para a falta de vias de acesso em alguns pontos, a pavimentação de vias, a arborização de passeios públicos e a própria reavaliação fluxos viários.

Atualmente os principais transportes de carga pesada estão relacionados com a agropecuária no transporte de grãos para as usinas de beneficiamento, e no transporte de suínos para os frigoríficos, além do transporte de colheitadeiras fabricadas no município e vendidas para as diversas regiões do Brasil.

Da Estação Rodoviária Municipal se deslocam ônibus para cerca de 300 municípios de todo o Brasil em caráter direto e semi-direto. Dentro do município o transporte é realizado por uma única empresa Viação Expresso Toda Hora, que possui uma frota aproximada de 45 ônibus distribuídos em 20 linhas, os quais ligam os bairros e vilas, e mais 4 micro-ônibus que realizam o transporte escolar<sup>11</sup>. Logo, não havendo concorrência.

Um fato histórico importante para o desenvolvimento do município e da microrregião foi em 1940, com a inauguração da ferrovia, ligando Santa Rosa à Santo Ângelo, Ijuí, Cruz Alta, Santa Maria e Porto Alegre. A partir daí, a compra e venda de terras no município aumentou bastante, pois estas foram valorizadas, devido à facilidade de acesso. Além do transporte de produtos, o trem era utilizado para a locomoção de passageiros. O que fazia da Estação de Trem um ponto de encontro das pessoas, na época.

Há o esforço do poder público municipal para a instalação de um porto seco no município, bem com juntamente com outros municípios vizinhos para a instalação de uma ponte internacional no município de Porto Mauá, fazendo a ligação com a Argentina.

Estão localizadas no município, duas agências de viagens, que realizam excursões para todo o Brasil e também para o exterior, nos países mais próximos, como Argentina, Paraguai e Uruguai.

Também há em Santa Rosa um aeroporto civil, que realiza diariamente viagens para 5 municípios: Santo Ângelo, Santa Maria, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, através da empresa AZUL.

<sup>11</sup> O município possui uma área de 488 Km<sup>2</sup>, segundo IBGE o município é dividido em 8 bairros: Cruzeiro, Auxiliadora, Timbaúva, Planalto, Sulina, São Francisco, Central e Glória.

No que tange a energia elétrica, 98,8% da população possui energia elétrica, que é abastecida pela empresa Rio Grande Energia (RGE) em quase sua totalidade e em pequenos distritos do interior pela Cooperluz para sócios cooperativados. A energia elétrica é obtida através de usinas hidrelétricas de pequeno porte construídas nos rios Santa Rosa e Santo Cristo através de barragens simples, ocasionando baixo impacto ambiental.

Dentro dos municípios temos 3 empresas de grande porte que consomem quantidades altas de energia, uma produtora de óleo de soja, um frigorífico e uma montadora de automotriz. A primeira se utiliza basicamente de energia elétrica e calorífera através de lenha de eucalipto. A segunda se utiliza de energia elétrica e está introduzindo um sistema de biodigestores, que já custou cerca de R\$ 200 mil. São utilizados resíduos da produção de suínos para a geração de energia elétrica, através da decomposição dos dejetos, o metano produzido é medido e conduzido por uma tubulação que gera energia para dois geradores e economiza cerca de 70% de energia para a empresa. Além disso, a empresa ainda assinou o Protocolo de Kioto e vendeu créditos de carbono para uma empresa do Japão e vai receber por tudo aquilo que deixar de lançar na atmosfera. A empresa utiliza também de energia calorífera através de florestas de eucalipto plantadas para o aquecimento de caldeiras de combustão externa. A terceira empresa está investindo em tecnologias para a economia de energia elétrica, sua última aquisição foi um controlador de demanda HX-600, que é um sistema de gerenciamento de energia, que evita o consumo excessivo e desnecessário, evitando assim quedas de eletricidade e gerando uma diminuição da conta de energia elétrica.

Na área de telecomunicações, estão instaladas 4 Emissoras de Rádio e 3 Jornais. Santa Rosa possui também uma Emissora de Televisão da RBS TV (Rede Brasil Sul de Comunicações) que atende vários municípios vizinhos.

## 5 | PLANO DE DESENVOLVIMENTO

Com base no diagnóstico municipal realizado, englobando o seu contexto microrregional, o perfil de Santa Rosa aponta para uma superação da sua vocação rural pelo setor secundário, enquanto os demais municípios da microrregião tem como base produtiva o perfil agrícola, através do qual pode-se buscar uma convergência de interesses e ações na formulação das propostas microrregionais.

Portanto, Santa Rosa é o único município que consegue ir além da função rural exercida pela microrregião, haja vista principalmente a expressividade e o crescimento do setor secundário e também do comércio e prestação de serviços (mas em menor escala), abastecendo os demais municípios, representando um dinamismo econômico. No entanto, não se pode perder de vista a dependência desses setores econômicos para com o primário.

Conforme o Rumos 2015, o Corede Fronteira Noroeste tem como base produtiva o setor industrial, aí somam-se o município de Horizontina, fazendo parte do grupo emergente.

O município de Santa Rosa pode ser considerado o centro de maior potencialidade desta microrregião, atributo este, que contribuiu para um índice ainda maior de urbanização. O município constitui-se em um polo multivariado, como educacional, de saúde, metal-mecânico (junto com o município de Horizontina), além de agrícola, concentrando o recebimento e processamento de grãos, suínos e leite.

O Plano Diretor também aponta para o caráter polarizador do município em virtude do aumento das atividades de prestação de serviços e industriais que o município continuará recebendo população de outros municípios da microrregião, entretanto, com ritmo de crescimento na ordem de 10% a 12% até o final da década.

Diante dessa realidade, optou-se por utilizar a teoria dos Pólos para o estabelecimento de um plano de desenvolvimento, tendo em vista que pensar nesse como um resultado é pensar o espaço local no contexto da mundialização econômica e de que forma o município e a microrregião podem se incluir nessa lógica do sistema mundial.

Buscou-se o aporte teórico proposto por Perroux, haja vista a dominação exercida pelo município em análise sob os demais, identificando a partir da realidade local, os aspectos a serem estimulados para que se alcance o desenvolvimento municipal e regional.

A teoria dos Polos foi desenvolvida por Perroux por volta da metade do século XX, tendo como base a realidade francesa (Perroux, 1977 *apud* SOUZA, 2005), sendo os espaços econômicos examinados dentro de um contexto macro-espacial. É introduzida a noção de indústria motriz e a partir dela seria gerado o polo de crescimento, sendo a responsável pelos impulsos significativos que levariam ao crescimento local e, conforme Souza, são apontadas algumas características da indústria motriz, de acordo com a realidade local pode se destacar duas: "(...) possui inúmeras ligações locais de insumo-produto, através das compras e vendas de insumos; (...) produz geralmente para o mercado nacional e, mesmo, para o mercado externo" (SOUZA, 2005, p. 89).

Esse papel de motriz seria desempenhado pelo arranjo produtivo metal-mecânico local, na qual a empresa AGCO, desempenha o papel motriz atraindo uma série de empresa satélites, que são as várias metalúrgicas que lhe prestam serviço fornecendo peças e componentes usados na fabricação do maquinário agrícola e dessa forma, desencadeando o crescimento local e regional.

Souza lembra que "a difusão dos efeitos de encadeamento a partir do pólo de crescimento exige a presença de canais de transmissão, compreendendo atividades ligadas, meios de transporte e de comunicações desenvolvidos, bem como uma rede urbana fortemente conectada" (SOUZA, 2005, p. 96). Nesse sentido é que se deve destacar que um polo abrange um conjunto de atividades fortemente conectadas, cuja base são as atividades agrárias na microrregião, consumidoras do maquinário agrícola e fornecedoras dos produtos agropecuários para as empresas que beneficiam as sementes, as empresas alimentícias e o frigorífico local.

Um ponto de desenvolvimento no município é o distrito industrial, o qual foi

beneficiado com a construção do anel rodoviário na sua proximidade e conforme o plano diretor de desenvolvimento, se busca estimular um corredor de desenvolvimento em direção à comunidade de Guia Lopes.

Nesse sentido o Plano Diretor aponta um obstáculo a ser superado que é a fragmentação da rede urbana municipal, a qual, aliada a obstáculos infra-estruturais (estradas, energia...) dificultam a difusão dos efeitos entre o polo e os demais setores econômicos.

Ainda, de acordo com Souza, ao estabelecer uma política de desenvolvimento baseada em polos de crescimento, esta não deve favorecer apenas a indústria motriz, não concentrando os recursos em um ou dois polos, devendo contemplar ações urbanas e rurais e, fortalecendo o desenvolvimento de outros polos, como o alimentício (especialmente através da carne suína e da bacia leiteira).

Diante disso, o plano de desenvolvimento deverá conter:

- com o programa de aceleração do crescimento do governo federal, a nível microrregional há oportunidade para o aumento do plantio de áreas com cana-se açúcar visando a produção de biocombustíveis através do estabelecimento de agroindústrias ou cooperativas agrícolas;
- estímulo a produção de soja orgânica, visando o abastecimento do mercado exterior (financiamento e apoio técnico).
- incentivo e fortalecimento da agricultura familiar, através da diversificação da propriedade rural, agregando valor à cadeia produtiva do leite, da fruticultura, da apicultura, da piscicultura, com o incentivo a agroindústrias;
- fortalecimento das ações no setor de hortigranjeiros visando abastecer um maior número de municípios e o próprio mercado local;
- investimentos em infra-estrutura, melhorando as condições das estradas visando o escoamento da produção agrícola e industrial, tendo em vista que os eixos de transporte são básicos;
- diversificação da matriz energética local, com ênfase em fontes renováveis, como biodigestores, biocombustíveis a partir de óleo vegetal e captação de energia solar;
- estímulo às pequenas indústrias que atuam no ramo metal-mecânico e investimentos no distrito industrial (infra-estrutura, energia, isenção fiscal), favorecendo a geração de empregos;
- formação profissional técnica nas áreas metal-mecânica, agroindustrial e ambiental;
- incentivos fiscais ao setor têxtil e moveleiro.

Este plano têm um caráter temporal de médio prazo, cujo cenário otimista seria fortalecer e diversificar o setor industrial e buscar alternativas para os setores menos

desenvolvidos, buscando uma menor dependência do setor primário, especialmente a cultura da soja, visando integrar os demais municípios da microrregião no processo de desenvolvimento, haja vista que eles encontram-se estagnados economicamente, logo, aumentando os seus índices de desenvolvimento socioeconômico.

O principal ponto fraco do município é a dependência dos setores econômicos ao setor agrário e conseqüentemente a vulnerabilidade a eventos climáticos, como a ocorrência de secas e também a cotação dos grãos que segue uma lógica mundial e o próprio esgotamento dos recursos naturais causados pelas monoculturas e pelas práticas agropecuárias desenvolvidas. Portanto, o plano de desenvolvimento buscou contemplar essa realidade, cujas ações a serem desenvolvidas estão permeadas pelos os cinco aspectos do ecodesenvolvimento: viabilidade espacial, econômica, ecológica, social, cultural, conforme estabelece Sachs (1993).

Sem a tomada dessas ações, pode-se visualizar um cenário mais pessimista, no qual o município de Santa Rosa alternara momentos bons e ruins sem um crescimento contínuo, haja vista a dependência e vulnerabilidade econômica atual e concomitantemente, os demais municípios na conseguirão se integrar no desenvolvimento regional.

O desenvolvimento das ações, perpassa também pelo fortalecimento do Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Noroeste (COREDE) que é uma regionalização política que agrega os municípios visando buscar recursos financeiros e convergindo ações.

Logo, busca-se superar os contrastes identificados a nível microrregional, visando a melhoria da qualidade de vida da população, para que ela não precise buscar melhores condições e oportunidades em outros locais.

## REFERÊNCIAS

A MENINA dos olhos da AGCO. **Jornal Noroeste**, Santa Rosa, p. 08, 06 fev. 2004.

CABO, ARTURO RUA DE. Planejamento regional: conceitos e modelos do ordenamento territorial. *In: Desenvolvimento sustentável e planejamento*: bases teóricas e conceituais. CAVALCANTI, AGOSTINHO PAULA BRITO *et al.* Orgs) Fortaleza: UFC: Imprensa Universitária, 1997.

CAVALCANTI, AGOSTINHO PAULA BRITO *et al.* (Orgs.) **Desenvolvimento sustentável e planejamento**: bases teóricas e conceituais. Fortaleza: UFC: Imprensa Universitária, 1997.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Resumo Estatístico do RS – Municípios**. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>>. Acesso em: 28 jul. 2007.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **RS em mapas e dados**: bases georreferenciadas para a comparação do desempenho socioeconômico dos municípios gaúchos entre 1966 e 2006. Coordenador Carlos Águedo Nagel Paiva. In Cd – Rom, Porto Alegre, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidade @**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades@>>. Acesso em: 05 ago. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sidra**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: 27 jul. 2007.

NHT. **Rotas aéreas**. Disponível em: <<http://www.voent.com.br>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA. **Historia do município**. Disponível em: <http://www.santarosa.rs.gov.br>>. Acesso em 05 nov. 2004.

\_\_\_\_\_. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.santarosa.rs.gov.br>>. Acesso em 09 ago. 2007.

RIO GRANDE DO SUL. **Rumos 2015** – Estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transporte no RS. Secretaria da Coordenação e Planejamento.

SACHS, IGNACY. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. Prefácio: M. F. Strong; trad. Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo (FUNDAP), 1993.

SANTA ROSA. **Plano Diretor Municipal** (em elaboração). Disponível em: <<http://www.santarosa.rs.gov.br/downloads.php?categoria=9&descricao=Plano%20Diretor%202006>>. Acesso em: 22 jul. 2007.

SECRETARIA DA FAZENDA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resumo estatístico de Santa Rosa**. Disponível em:

<<http://www.sefaz.rs.gov.br/Download/dee/Santa%20Rosa.pdf>>. Acesso em 08 ago. 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA ROSA. **Conhecendo a Região da Fronteira Noroeste**. 4. ed. Santa Rosa: Coli, 2003.

SOTCHAVA, V. B. O Estudo de geossistemas. **Série métodos em questão**. Trad. MONTEIRO, C. A. F.; ROMARIZ, D. de A. Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia: São Paulo, 16, 1977, p. 3 – 50.

SOUZA, NALI DE JESUS DE. Teoria dos Pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87 – 112, jan./jul. 2005.

UNIJUI.COMUNIC@. **UNIJUÍ é fonte para o Globo Repórter**. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br>>. Acesso em 08 ago. 2007.



# CAPÍTULO 4

## EXPANSÃO URBANA E VULNERABILIDADE AMBIENTAL NO DISTRITO SEDE DE SENADOR CANEDO – GO 2008 – 2018

*Data de aceite: 01/11/2021*

### **Antônio Henrique Capuzzo Martins**

Instituto Federal de Goiás  
Universidade Federal de Uberlândia

### **Beatriz Ribeiro Soares**

Universidade Federal de Uberlândia

### **João Dib Filho**

Instituto Federal de Goiás  
Universidade Federal de Uberlândia

**RESUMO:** A expansão desordenada das cidades acarreta uma série de problemas à população. Problemas esses que somam vulnerabilidades de ordem ambiental, econômica e social. O presente estudo tem como objetivo analisar o histórico da evolução urbana do município de Senador Canedo, estado de Goiás – Brasil. Inserido na Região Metropolitana de Goiânia (RMG), onde a expansão urbana do município, diretamente atrelada ao crescimento de Goiânia, ocorreu de forma rápida, acelerada e sem ordenamento, o que favoreceu a produção de uma série de vulnerabilidades institucionais, sociais e ambientais. Para tal, fez-se uso da metodologia proposta por Zuquette (1987), que se propõe analisar e avaliar atributos do meio físico e seu comportamento a partir de diferentes formas de ocupação visando orientar condições para planejamento e ocupação a fim de auxiliar na mitigação de problemas em cursos e possíveis impasses futuros na ocupação irregular ou inadequada nos centros urbanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Expansão desordenada, vulnerabilidades, Senador Canedo.

**ABSTRACT:** The disorderly expansion of cities brings a series of problems to the population. These problems add to environmental, economic and social vulnerabilities. This study aims to analyze the history of urban evolution in the municipality of Senador Canedo, state of Goiás – Brazil. Inserted in the Metropolitan Region of Goiânia (RMG), where the urban expansion of the municipality, directly linked to the growth of Goiânia, occurred quickly, accelerated and without ordering, which favored the production of a series of institutional, social and environmental vulnerabilities. To this end, the methodology proposed by Zuquette (1987) was used, which proposes to analyze and evaluate attributes of the physical environment and its behavior from different forms of occupation in order to guide conditions for planning and occupation in order to help in the mitigation of problems in courses and possible future impasses in irregular or inadequate occupation in urban centers.

**KEYWORDS:** Disorderly expansion, vulnerabilities, Senator Canedo.

## 1 | INTRODUÇÃO

O processo motriz da expansão das cidades no mundo é a Revolução Industrial vivenciada no século XVIII. Já no Brasil, apenas em meados do século XX o país começou a passar por uma expressiva remodelação, deixando de ser rural para assumir a categoria

majoritariamente urbana. A partir disso, as cidades passaram a ser objeto de processos e formas, os quais ganharam um grande interesse por parte da ciência humana, sobretudo a Geografia.

Assim, cada vez mais a urbanização toma grandes extensões territoriais e, fenômenos como conurbação, aproximam tecidos urbanos a ponto de gerar localidades contíguas, inter-relacionadas ou as chamadas áreas metropolitanas. Essas regiões, embora muitas vezes vendam discursos de modernidade e desenvolvimento, muitas vezes escondem grandes problemas relativos a infraestrutura básica da cidade, especialmente para as camadas mais pobres da população, as quais geralmente localizam-se longe de grandes centros ou áreas mais valorizadas na cidade. Podemos ainda alinhar uma outra característica importante, que são os fatores físicos da terra, solo e nascentes que dentro de uma análise da Geotecnia pode fornecer dados sobre as propriedades de rochas e solos, assim como os processos e fenômenos que ocorrem neste meio, podendo ser naturais e/ou artificiais (Zuquette, 1987). Ainda segundo este autor, Geotecnia Regional trata dos estudos de caracterização geotécnica de uma área; como também desenvolve princípios de zoneamento geotécnico e métodos de compilação destas informações.

A Geologia de Engenharia subsidia o bom planejamento e a concepção de projetos, para que a ocupação e o uso do meio físico ocorram de forma adequada e não predatória, buscando a caracterização geotécnica através do levantamento dos atributos, de estudos regionais ou de detalhe, objetivos e otimizados. Essas informações geológico-geotécnicas são registradas em documentos, que irão se construir no mapeamento geotécnico. O mapa Geotécnico é um tipo de mapa geológico, o qual oferece uma representação generalizada de todos os componentes do ambiente geológico de significado no planejamento e uso da terra, em projetos, construção e manutenção aplicada a obras civis e engenharia de minas (Zuquette, 1987).

## **2 | ANÁLISE DE RISCO AMBIENTAL**

Foram analisados dentro dos aspectos geológicos, declividades, nível do NA e condições da legislação ambiental que deveria ser observada na época da aprovação dos projetos. Vale salientar que foram observados os itens fundamentais da metodologia do Zuquette 1997, conforme descrito na Tabela 1. Atributos X Formas de ocupação..

Atributos Formas de ocupação	Tipo de material	Variação no perfil	Profundidade do nível d'água	Profundidade do substrato rochoso	Declividade	C.T.C	Drenagem	Altitude	Salinidade / Corrosividade	Disposição espacial das umidades	expansibilidade	Colapsibilidade / Compressibilidade	Extensão dos landforms	Capacidade de carga	Distância dos centros urbanos
Áreas residenciais	S	S	F	F	F		F	S			S	S	F		
Vias de acesso	F	S	F	F	F		F				F	F			
Barragens e aterros	F		F				F				F	F			
Áqüíferos potenciais	F		F						F	F					
Fundações	F	F	F	F	S				S	F	F	F		F	
Áreas industriais	S	S	F	F	F		F				F	F	F		
Materiais de construção	F		S	F						F					F
Enchentes			F	S	F		F	F							
Áreas de recreação			F		F		F								
Áreas de risco	F		F		F		F				F	F			
Disposição de rejeitos	F	F	F	F	F	F	F			F	F	F	F		
Loteamentos	S	S	F	F	F		F	S			F	F	F		
Reservatórios								F							

Tabela 1. Atributos X Formas de ocupação.

Fonte: Zuquette (1987).

## 2.1 Aspecto Geológico / Geotécnico

Ao aplicar metodologia indicada por Zuquette (1997), para região dos bairros em estudo, percebemos que dentro da análise de geologia, verificando a tipologia dos materiais encontrados nessas áreas, percebemos que no geral são de origem satisfatória para ocupação urbana, não tendo nenhuma restrição dentro deste aspecto, haja visto que o Mapa Geológico da Região demonstra na sua quase totalidade do Município de Senador Canedo, e em especial dentro do distrito sede, a indicação de um Latossolo. Este material dá origem na sua a uma argila vermelha ou amarela, independentemente da cor, as condições geotécnicas de ambas são boas para ocupação urbana (Figura 1).

O solo do local foi classificado como Latossolo Vermelho-Amarelo concrecionário textura argilosa.

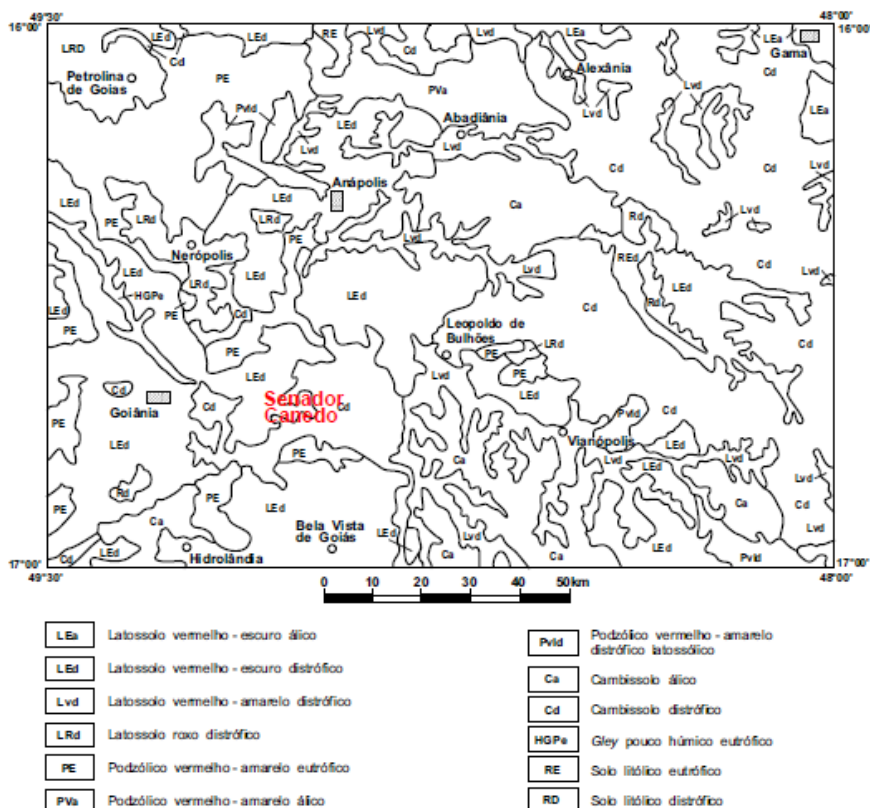


Figura 1. Domínios de solos adaptado do Projeto RADAM Brasil.

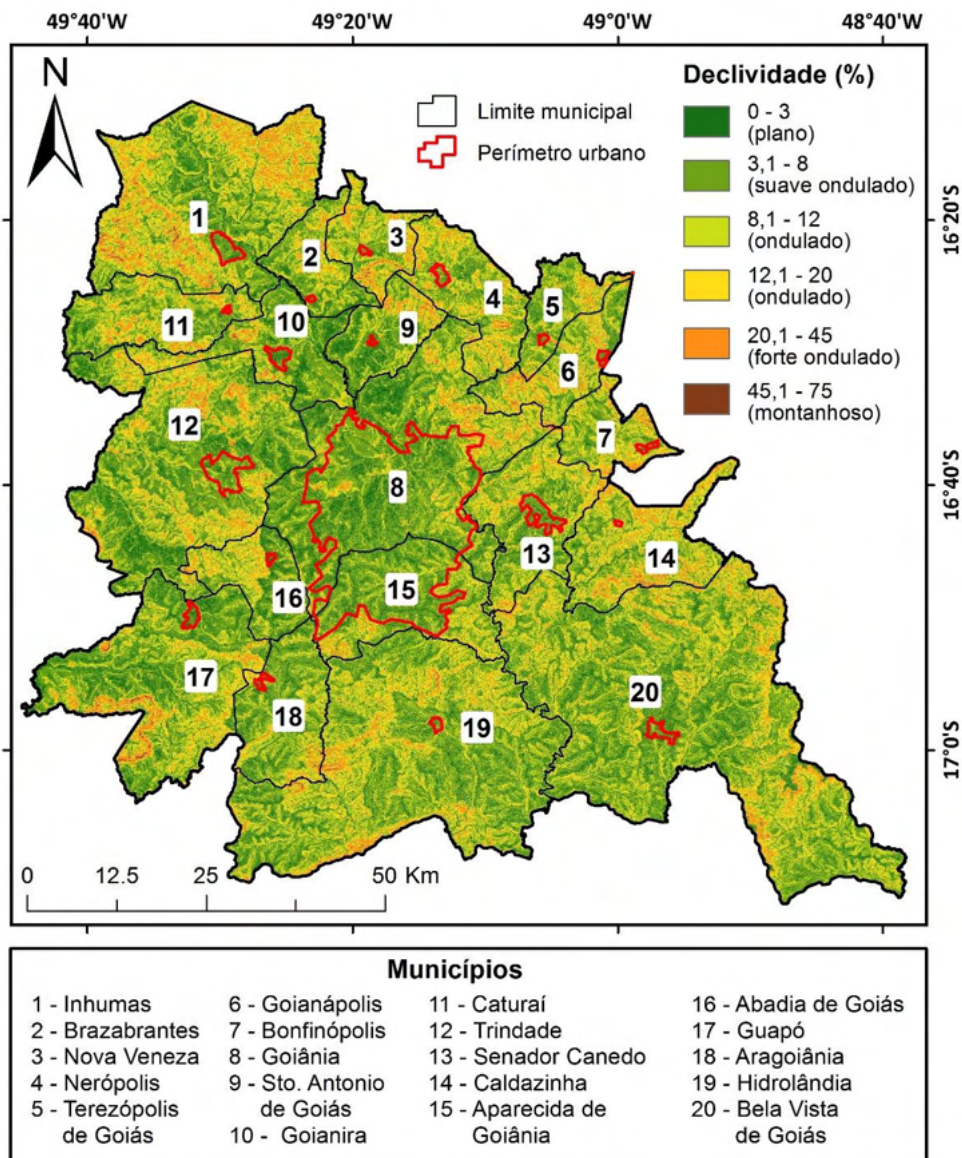
Fonte: RADAM Brasil (1983).

## 2.2 Declividade

Em relação a declividades dos terrenos o mapa de declividade (Figura 2), demonstra também declividades satisfatórias em todo distrito sede. Razão pode ser observado por quase toda região pertencer a um planalto, onde no alto possui as chapadas, que por si só possuem baixas elevações.

Nos bairros avaliados não possuíam declividades acima de 15%, que é um índice considerado alto na implantação de loteamentos e que são exigidos como valor máximo na aprovação do urbanismo. Vale ressaltar que tal aprovação se baseia também em laudos técnicos de engenharia, exigidos por lei, onde um dos laudos é em relação a declividades.

Os únicos bairros que possuíam declividades em pequenas áreas um pouco mais altas, foram no Boa Esperança, Jardim do Lago e no Aracy Amaral, porém nenhuma dela ultrapassam 9%.



Obs.: O perímetro em vermelho na figura trata-se da localização do distrito sede.

Figura 2. Declividade da Região Metropolitana de Goiânia.

Fonte: SRTM

### 2.3 Mapa de NA

Em observação da análise do Nível do NA (nível do lençol freático), no estudo proposto foram utilizados os levantados pelo estudo documentado pelo trabalho Hidrogeologia do Estado de Goiás (GOIÁS, 2006b) onde foram observados que os poços na região do

município de Senador Canedo são de variadas profundidades, existindo maior volume de poços com profundidades dos níveis de água variando entre 20 a 50 metros. A Figura 3 mostra a representação dos dados de nível de água da região de Senador Canedo. Vale ressaltar que a maior concentração de pontos está localizada no distrito sede.

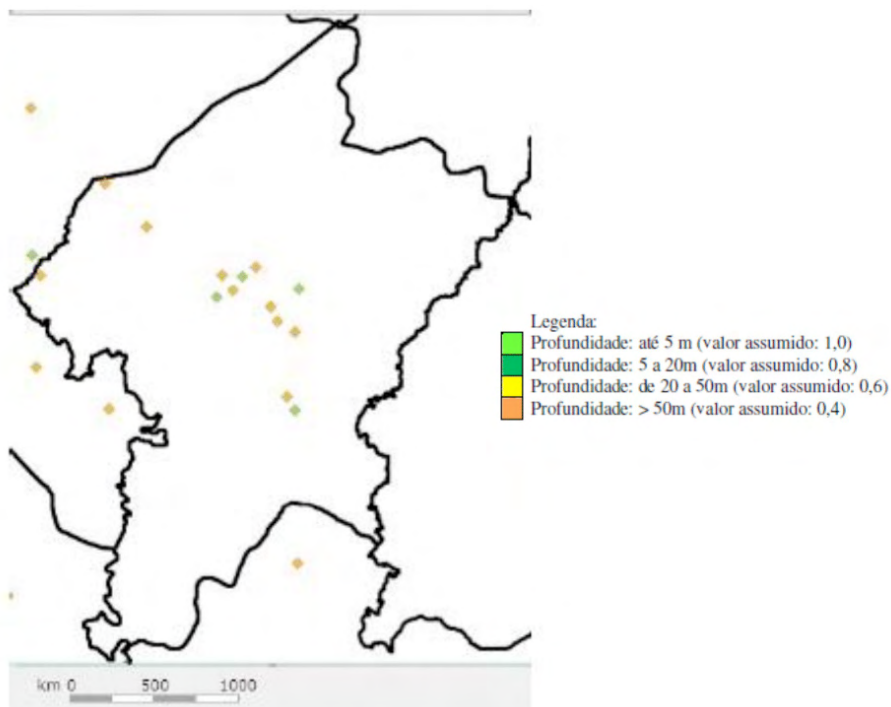


Figura 3. Senador Canedo – GO: Nível da Água e distribuição de poços

Fonte: SRTM (s/a).

### 3 | SENADOR CANEDO: ANÁLISE DE RISCO (VULNERABILIDADE AMBIENTAL)

Após a realização do produto entre os mapas de declividade, geológico e NA, pôde-se construir o mapa de Análise de Risco (vulnerabilidade Ambiental) para implantação de loteamentos para as áreas em estudo dentro do Distrito Sede do município de Senador Canedo. Vale ressaltar dentro desta análise o acréscimo da importância do fator de existência de nascentes dentro de cada área, que por algum motivo foram ignoradas, onde por sua vez caso identificado teria que ter um raio de 100, em relação a mesma, de acordo com legislação federal, CONAMA.

Foram elaborados Mapas, onde estão subdivididos da seguinte forma:

- Área I – Residencial Boa Vista I e II; Residencial Boa Esperança e Jardim do Lago;

- Área II – Jardim Paraíso I e II;
- Área III – Residencial Aracy Amaral.

As figuras seguintes (4, 5, 6) retratam as áreas de risco com relação ao aspecto ambiental, sobretudo em termos da compilação dos mapas físicos analisados por cada área. A mancha em azul representa localidades em que não poderia ser urbanizado, porém, essa limitação não foi respeitada e assim a área apresenta riscos.

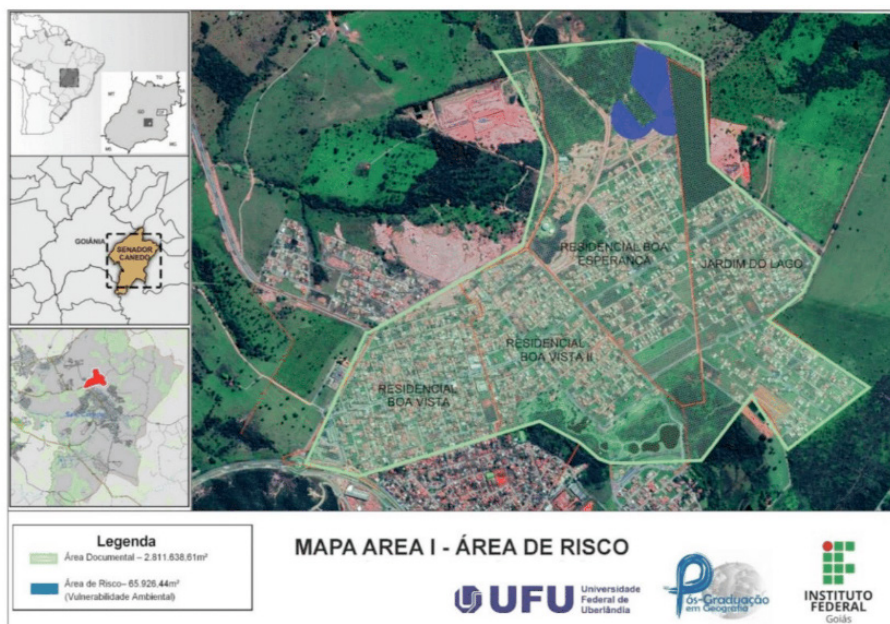


Figura 4. Senador Canedo – GO: Análise de Risco Área I.

Fonte: Martins (2019).

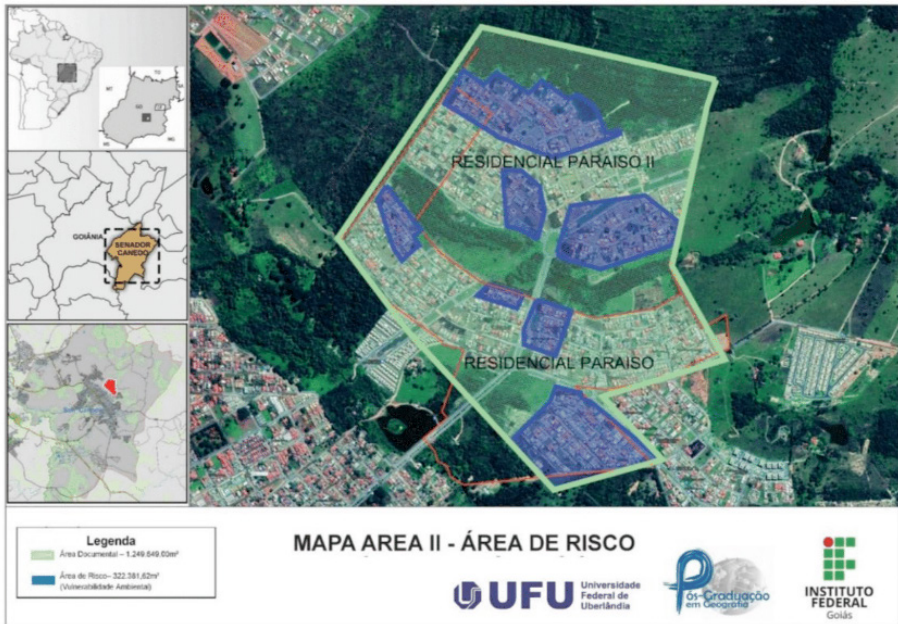


Figura 5. Senador Canedo – GO: Análise de Risco Área II.

Fonte: Martins (2019).

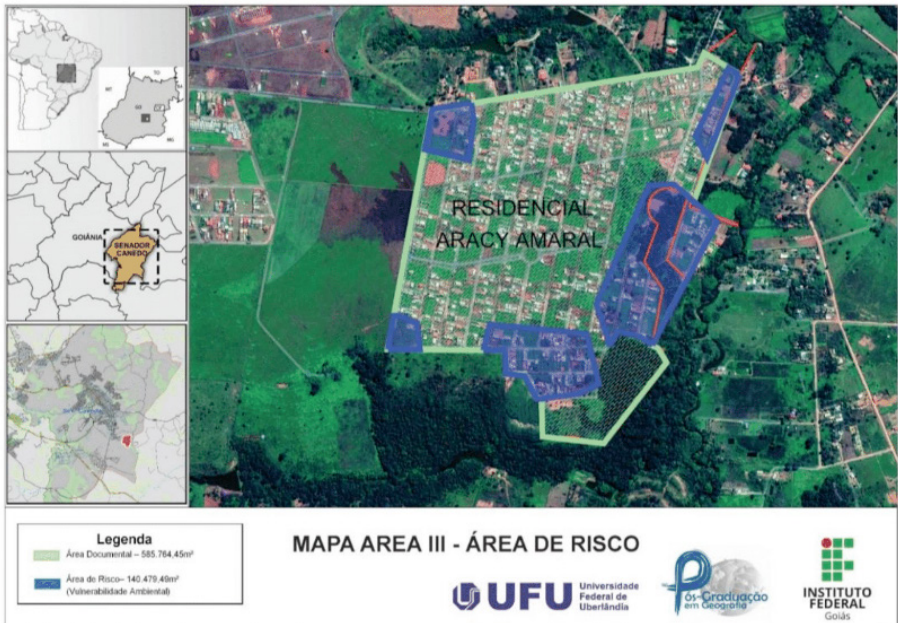


Figura 6. Senador Canedo – GO: Análise de Risco Área III

Fonte: Martins (2019).



### 3.1 Impactos ambientais

Ao liberar aprovação de loteamento, a partir daquele momento o município está projetando a mudança e alteração do meio físico da área e permitindo que também mude a tipologia da paisagem futura em relação a cidade. Estes propósitos deveriam ser mais bem avaliados, e não somente, como em muitos casos, observar o interesse político e econômico. Não é por falta de legislação para basear uma aprovação de loteamento, dentro do aspecto técnico, sendo o principal agente, como deveria ser. Foi nítido no estudo realizado, que eminência da falta de observação no ato da aprovação dos loteamentos, em especial, na observação de nascentes dentro de cada área, fez com que os empreendedores tivessem um urbanístico aprovado, com número maior de lotes que deveriam ser. A Tabela 16 demonstra as quantidades de lotes aprovados em cada área bem como o impacto financeiro, que poderia ocorrer com não existência dos lotes pelo critério ambiental.

ANÁLISE PELO NÚMERO DE LOTES APROVADOS E NÚMERO DE LOTES QUE NÃO DEVERIAM EXISTIR PELO CRITÉRIO AMBIENTAL							
Áreas	QUANTIDADES DE	DE	ÁREA TOTAL OCUPADA	QUANTIDADES DE	DE	VALOR MERCADO	VALOR MERCADO PELO
	LOTES APROVADOS	INDEVIDAMENTE COM	BASE NOS CRITÉRIO	LOTES DEVERIA	NÃO EXISTIR(LOTE COM	PELO NÚMERO DE	NÚMERO DE LOTES QUE
		AMBIENTAIS		300m²)	LOTES APROVADOS	(R\$75.000,00)	NÃO DEVERIA EXISTIR
						(R\$75.000,00)	
ÁREA I	3080		65.926,44	220		R\$ 231.000.000,00	R\$ 16.500.000,00
ÁREA II	1489		322.381,62	1074		R\$ 111.675.000,00	R\$ 80.550.000,00
ÁREA III	774		140.479,49	469		R\$ 58.050.000,00	R\$ 35.175.000,00
TOTAL GERAL	5343		528.787,55	1763		R\$ 400.725.000,00	R\$ 132.225.000,00

Fonte : MARTINS 2019

Tabela 2. Senador Canedo - GO: Lotes por critério ambiental

Fonte: Martins (2019).

Dentro desse aspecto, ao instalar loteamentos sem o cuidado necessário, podem ocorrer no futuro próximo, no caso para o proprietário do lote, problemas em geral na ocupação, pois podem surgir problemas com lençol mais superficial, podendo provocar danos na construção, como também na utilização do sistema Fossa Séptica e Sumidouro, pois os mesmos terão sido preenchidos com água oriunda também do lençol aflorada e não somente residuária, provocando assim transtorno para proprietário em gastos em esvaziar o sistema num tempo mais curto que o habitual, como é a real situação em algumas partes das áreas estudadas e em espacial no Residencial Paraíso – Área II.

## 4 I CONCLUSÃO

A implementação de formas de planejamento urbano que garantam cidades sustentáveis (ou que apontem caminhos para a redução de sua insustentabilidade) é, portanto, um tema marcante. Contudo, conforme já observado relativamente ao acelerado crescimento urbano, fica restrita a uma menção ao aumento da capacidade para

planejamento e gestão, ou seja, aumentar a capacidade técnica para planejar e gerenciar as cidades.

Permite tirar algumas conclusões: a população metropolitana cresce em função do poder de atração que a capital do Estado exerce, devido às ofertas de serviços e possibilidades de trabalho, tanto no setor formal quanto no setor informal da economia; novos contingentes populacionais são atraídos pela dinâmica urbana Da Região Metropolitana de Goiânia, porém, a maioria vai localizar-se nos municípios do entorno da capital; e, finalmente, a manutenção da taxa de crescimento da população metropolitana durante a década de 1990 atesta a existência de uma grande mobilidade interna, ou seja, a transferência de pessoas de um município para o outro tem sido uma constante durante esse período. Essa concentração populacional gera efeitos perversos. De um lado desertifica populacionalmente os demais municípios do Estado e por outro concentra grande parte dos fluxos de riqueza nesse espaço. O domínio sobre as cidades, historicamente utilizado como um estabilizador da economia capitalista, ganhou proporções sem precedentes com a adoção do receituário neoliberal, visto que a urbanização atinge outro patamar, tomando-se global, diante do processo de financeirização da terra e da moradia. Através da transformação da habitação em ativo financeiro possibilitou-se um novo ciclo de superacumulação sob o controle dos agentes financeiros. Com isso, a cidade assume um papel diferenciado no processo de acumulação, visto que passa a ser inserida diretamente em um competitivo mercado global de cidades, tomando-se uma cidade-mercadoria. Em muitas cidades de uma gestão técnica em relação aos propósitos de uma boa governança, muito em função dos aspectos políticos e mau uso do dinheiro público. As demandas que surgem após implantação de um loteamento, elas invariavelmente são contínuas e necessitam de atenção em tempo integral, para um bom serviço oferecido. Seria mais razoável se as áreas a serem atendidas fossem mais compactadas, ou seja, mais próximas, não tão dispersas para que tivessem um valor menor de custo. No entanto, ante o ideário do empreendedorismo urbano, diversas cidades brasileiras passam a adotar o planejamento estratégico, ao revés do previsto no capítulo da política urbana. O plano diretor, neste contexto, não passa de um plano-discurso, encobrendo o real direcionamento dos investimentos urbanos. Este tipo de gestão urbana, que destina recursos públicos para empreendimentos pontuais, em geral nas localidades interessantes para empresariado e capital imobiliário, alimenta a gentrificação nas cidades brasileiras e os discursos higienizantes. Nesta conjuntura, processos de remoção da população menos abastada das áreas valorizadas passam a ser cada vez mais comuns e legitimados por um Poder Judiciário com atuação patrimonialista, que decidindo com fundamento na legislação civil e processual civil sem filtro constitucional tem uma única resposta possível: despejos forçados.

Assim, este estudo contribui com informações importantes, que podem ser ampliadas em futuros trabalhos, principalmente para o uso específico do solo, favorecendo um planejamento urbano de forma ordenada, combatendo assim a forma mais especulativa

possível do meio físico, em termos de degradação do meio ambiente, em função do capital, como pode ser observado na Tabela 2, os valores de mercado estimados, que pode chegar um processo de implantação de loteamentos, sem levar em consideração, de forma correta, as questões do meio físico no processo de expansão urbana ordenada.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, E. de F. L. **Mobilidade Sócio-Espacial na Região Metropolitana de Goiânia: o caso de Senador Canedo**. 2010. Disponível em: <<http://www.ernestoamaral.com/docs/dis/BAhandout2000.pdf>>. Acesso em out. 2019. <https://doi.org/10.31235/osf.io/jtkh7>

BACHION, M. L. (1997). **Mapeamento Geotécnico das áreas urbanas e de expansão da região sudoeste do município de Campinas-SP, escala 1:25000**. (Dissertação de Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos - USP, São Carlos.

BORDE, A. “vazios urbanos: avaliação histórica e perspectivas contemporâneas”. XIV Encontro Nacional da ANPUR. 2012 anais disponível em: [www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/.../1061/1036](http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/.../1061/1036). Acesso em 17 de maio de 2013.

CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. **CIDADES**, v.4, n.6, 2007, p. 45-60.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTRO, A. C. de, SCHLAG, F., CAMPOS, F. R. Análise das contribuições econômicas da Ferrovia Norte-Sul nos municípios goianos. **Revista De Economia Do Centro-Oeste**, v. 4, n. 10, 2018, p. 31-48. <https://doi.org/10.5216/reoeste.v4i1.50202>

CORRÊA, R.L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DIAS, L. Redes: Emergências e Organização. CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

EGLER, C. A. G. Questão Regional e gestão do território no Brasil. CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MARICATO, E. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, A. H. C. **Mapeamento geotécnico do setor norte do município de Goiânia – GO, em escala 1/25.000**. 2005. 151 f. Dissertação (Mestrado em Engenharias) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

MORAES, L. M. **A Institucionalização da Segregação Urbana na Cidade de Goiânia: 1933 a 2000**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, USP, Brasil, 2003.

NISHIYAMA, L. (1998). **Procedimentos de mapeamento geotécnico como base para análises e avaliações ambientais do meio físico, em escala 1:100.000: aplicação no município de Uberlândia - MG**. (Tese de Doutorado). Escola de Engenharia de São Carlos, USP. São Carlos.

NISHIYAMA, L.; ZUQUETTE, L. V. (2004). **Procedimentos de mapeamento geotécnico para indicação de áreas adequadas para aterro sanitário: aplicação no município de Uberlândia-MG.** 5º Simpósio Brasileiro de Cartografia Geotécnica e Geoambiental, Goiânia, 2004.

PINTO, J. C. V. **Fragmentação da Metrópole:** Constituição da Região Metropolitana de Goiânia e suas implicações no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia. 173 f. Dissertação de Mestrado, IESA, Universidade Federal de Goiás, 2009.

\_\_\_\_\_. Plano Diretor de Senador Canedo. 2019. Disponível em: <<https://www.senadorcanedo.go.gov.br/plano-diretor/>>. Acesso em out. 2019.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Edusp, 1993.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização:** do pensamento crítico a consciência universal. São Paulo: Edusp, 2001.

SENADOR CANEDO. **Plano Diretor de Senador Canedo.** Curitiba: Fortes Neto, 1992.

\_\_\_\_\_. **Razões de veto da Lei municipal nº 10.753.** Senador Canedo, 2011e. Of. n. 2.592/2011 – GP.

ZUQUETTE, L. V. (1987). **Análise crítica da cartografia geotécnica e proposta metodológica para condições brasileiras.** (Tese de Doutorado). Escola de Engenharia de São Carlos - USP, São Carlos, 1987.

ZUQUETTE L.V.; Pejon O. J.; Sinelli O.; Gandolfi N. (1991). **Carta de Risco da Região de Ribeirão Preto (SP) em Escala 1:50.000.** Escola de Engenharia de São Carlos - USP, São Carlos.

# CAPÍTULO 5

## LEVANTAMENTO PRÉVIO DE ATRIBUTOS SOCIOESPACIAIS E AMBIENTAIS PARA A REALIZAÇÃO DE TRABALHO DE CAMPO NO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT

Data de aceite: 01/11/2021

Data de submissão: 28/07/2021

**Paulo Daniel Curti de Almeida**

Instituto Federal de Mato Grosso/campus OJS  
Cuiabá – Mato Grosso  
<http://lattes.cnpq.br/3135513048931435>

**RESUMO:** O trabalho de campo apresenta-se como excelente instrumento de visualização *in loco* daquilo que é ensinado no componente curricular de Geografia. Por isso, os objetivos propostos neste artigo foram apontar atrativos socioespaciais e ambientais no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, estado de Mato Grosso, para a realização de atividade de trabalho de campo e qualificá-los por meio de aspectos secundários e primários. Os procedimentos metodológicos adotados foram o levantamento de dados secundários e a investigação direta e posterior registro fotográfico de possíveis atrativos na área englobada pelo estudo. Destaca-se que o trabalho de campo é um caminho fundamental para relacionar os conceitos teórico-metodológicos e expressar o diálogo produzido em sala de trabalho, com a construção de situações práticas a partir de observações feitas *in loco*. Por tudo isso, concluiu-se que o município de enfoque detém diversas particularidades enriquecedoras para a realização de trabalhos de campo por meio do Parque Estadual Serra Ricardo Franco com as suas inúmeras potencialidades de análise

(relevo, geologia, vegetação, uso e cobertura da terra etc.), além do rio Guaporé, que corta a sede do município citado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pré-campo; trabalho de campo; Geografia; atrativos socioespaciais; Vila Bela da Santíssima Trindade/MT.

### PRIOR SURVEY OF SOCIO-SPATIAL AND ENVIRONMENTAL ATTRIBUTES FOR FIELD WORK IN THE MUNICIPALITY OF VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT

**ABSTRACT:** Field work is an excellent tool for visualizing *in loco* what is taught in the subject of Geography, which is a part of the curriculum. Therefore, the objectives proposed in this article were to point out socio-spatial and environmental attractions in the municipality of Vila Bela da Santíssima Trindade, state of Mato Grosso, to carry out fieldwork activities and qualify them through secondary and primary aspects. The methodological procedures adopted comprise a survey of secondary data and the direct investigation and subsequent photographic record of possible attractions in the area covered by the study. It is noteworthy that fieldwork is a fundamental way to relate theoretical-methodological concepts and express the dialogue produced in the classroom, with the construction of practical situations based on observations made *in loco*. For all these reasons, it was concluded that the observed municipality has several enriching particularities for carrying out fieldwork through the Serra Ricardo Franco State Park, with its numerous analysis potentials (relief, geology, vegetation, use and coverage

of the land etc.), in addition to the Guaporé River, which cuts through the aforementioned municipality.

**KEYWORDS:** Pre-field; fieldwork; Geography; socio-spatial attractions; Vila Bela da Santíssima Trindade/MT.

## 1 | INTRODUÇÃO

Aponta-se que a ciência geográfica construiu o uso do trabalho de campo como um dos seus maiores vieses no decorrer da sua sistematização e que ele ocupa posição central nas discussões geográficas como meio para desvendar o espaço geográfico (SERPA, 2006).

Assim, ao lidar com ações voltadas para a aprendizagem do estudante o professor, e notoriamente o do componente curricular de Geografia, necessita produzir recursos capazes de viabilizar a “percepção de/do mundo” daquele. Dessa forma o recurso do trabalho de campo se enquadra como excelente instrumento de motivação e de visualização *in loco* daquilo que é ensinado na sala de aula.

Para a realização da atividade de trabalho de campo é extremamente importante levar em consideração o planejamento da mesma. Nesse contexto, pode-se afirmar que ele engloba três fases: o pré-campo, o campo e o pós-campo. Será ressaltado aqui o pré-campo como fase primordial para o sucesso das fases de campo e pós-campo.

Salienta-se que os objetivos propostos para este artigo foram apontar atrativos socioespaciais e ambientais no município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT para a realização de atividade de trabalho de campo, além de qualificá-los brevemente por meio de aspectos secundários e primários.

Assim, os procedimentos metodológicos adotados para alcançar os objetivos relacionados anteriormente foram o levantamento de dados secundários em livros e artigos científicos e a observação direta através de registro fotográfico de atrativos socioespaciais e ambientais na área englobada pelo estudo.

## 2 | REFLEXÕES SOBRE O USO DA TRABALHO DE CAMPO COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO DE GEOGRAFIA

Mato Grosso possui extensão territorial de 903.378,292 km<sup>2</sup>, 141 municípios e população estimada de 3.526.220 habitantes (IBGE, 2021). Está inserido em três importantes bacias hidrográficas brasileiras, com dimensões consideráveis: a bacia do Paraguai (Bacia do Rio Paraná), a bacia do Araguaia (bacia do Tocantins – Araguaia) e a Bacia Amazônica.

Sua posição geográfica, associada a fatores climáticos, geológicos, geomorfológicos e hídricos, condiciona uma grande complexidade ambiental ao Estado, onde sucedem-se o Complexo do Pantanal no Sul, as formações savânicas na região Centro-Sul, uma

variedade de ambientes de transição ecológica na região central e, finalmente, as formações amazônicas no Norte. Associados às políticas públicas e às variáveis socioeconômicas, que dirigiram os processos de ocupação do Estado, estes vários ambientes condicionaram, historicamente, diferentes dinâmicas e características do uso e ocupação do solo (SEPLAN-MT, 2002).

Nos últimos cinquenta anos o Estado do Mato Grosso assumiu um papel de destaque no cenário nacional, ora por apresentar elevados índices de crescimento econômico (produção agropecuária e extração mineral e vegetal), ora por ser apontado como o responsável por uma das maiores taxas de erradicação da cobertura vegetal natural, sobretudo no Cerrado e no bioma Amazônico e mais recentemente no bioma Pantanal.

Tais características fazem com que o estado do Mato Grosso venha sendo acompanhado direta e indiretamente por estudantes, pesquisadores e sociedade em geral. Por outro lado, o fato de apresentar uma grande diversidade de situações ecológicas, fundiárias, econômicas etc., ampliou as possibilidades para o estabelecimento das análises e discussões sobre diversas variáveis.

Por conta disso, acredita-se que conhecer *in loco* através de trabalho de campo, mesmo que de forma fragmentada, parte da vasta riqueza detalhada anteriormente através dos diversos indicadores relacionados é julgado imprescindível como meio de ampliar o conhecimento desse recorte espacial.

Outros apontamentos referentes à importância do trabalho de campo para a construção do conhecimento e o desenvolvimento do raciocínio lógico dos estudantes são feitos por Carbonell (2002), que destaca que os espaços fora da sala de trabalho despertam a mente e a capacidade de aprender, pois se caracterizam como espaços estimulantes e que, quando bem aproveitados, se classificam como um relevante cenário para a aprendizagem.

Nesse contexto, aceita-se as ideias de Sousa *et al.* (2016, p. 02), que inferem que

a atividade de campo consiste no contato direto com o ambiente de estudo fora dos muros burocráticos da sala de trabalho, que permite ao professor o conhecimento de um instrumento pedagógico eficiente e bastante proveitoso na relação ensino-aprendizagem. Os estudantes que participam da atividade de campo são motivados e estimulados a pensar criticamente; dessa forma, confrontam informações associando a trabalho teórica ao momento. Esse estímulo possibilita ao educando um motivo maior de aprender e de formar conhecimento pelo desafio do pensar crítico.

Ao apresentar um “toque” geográfico nesta temática, Serpa (2006) ressalta que a trabalho de campo é instrumento chave para a superação das ambiguidades da ciência geográfica, não priorizando nem a análise dos chamados fatores naturais nem dos fatores humanos. Ele deve se basear na totalidade do espaço, sem esquecer os arranjos específicos que tornam cada lugar, cidade, bairro ou região uma articulação particular de fatores físicos e humanos em um mundo fragmentado, porém (cada vez mais) articulado.

### 3 I ALGUNS ATRATIVOS SOCIOESPACIAIS E AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT

A ciência geográfica tem como pressuposto principal observar a interação entre a sociedade e a natureza. A primeira como indutora de ações e intenções sobre a segunda, sendo esta o palco que enseja a nossa perpetuação como espécie.

Nas execuções dos trabalhos de campo no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, o Parque Estadual Serra Ricardo Franco pode servir plenamente como subsídio para análises da primeira natureza, visto que a UC contempla um conjunto natural ímpar. Assim, adiante serão destacadas algumas particularidades, como: a UC (aspectos diversos), relevo e hidrografia.

#### 3.1 Parque Estadual Serra Ricardo Franco

As unidades de conservação de proteção integral, a exemplo do Parque Estadual Serra Ricardo Franco, têm como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais incluindo pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico, desenvolvidas de acordo com as normas estabelecidas no seu plano de manejo (BRASIL, 2000).

É com base nas diversas permissões/possibilidades informadas que as atividades de trabalho de campo realizada no município de Vila Bela da Santíssima Trindade podem perpassar pelo contato direto com a unidade de conservação (UC) citada anteriormente (figura 1) e possibilitar aos estudantes a ampliação da sua capacidade de reflexão do estágio atual da relação sociedade e natureza.



Figura 1: "sede administrativa" do Parque Estadual Serra Ricardo Franco.

Fonte: ALMEIDA, P.D.C. (2016).



Atualmente constata-se que os atuais processos produtivos aliados ao crescimento populacional são incompatíveis com a capacidade de suporte dos ecossistemas terrestres. São vários os aspectos que compõe a “crise ambiental” instaurada em escala global, como a escassez de recursos naturais, poluição ambiental e problemas sociais, como miséria e desigualdade.

Mais que componentes estes problemas são interdependentes e derivam de um modelo de desenvolvimento arraigado por uma compreensão fragmentada e obsoleta da realidade, cuja transcendência necessariamente requer mudanças na percepção, no pensamento e nos valores da humanidade. Nesse contexto, a humanidade está sendo despertada para a verdade básica de que a natureza é finita e que o uso equivocado da biosfera ameaça, em última análise, a própria existência humana (McCORMICK, 1992).

Sendo assim, a forma como a sociedade se relaciona com o ambiente tem sido foco de análise e a instituição de regras para a utilização econômica dos recursos naturais é um ponto comum, embora a maneira de como proceder seja controversa, conforme as diferentes perspectivas.

A conservação da natureza tem o propósito de abordar estas relações e é entendida pela legislação vigente como: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2000).

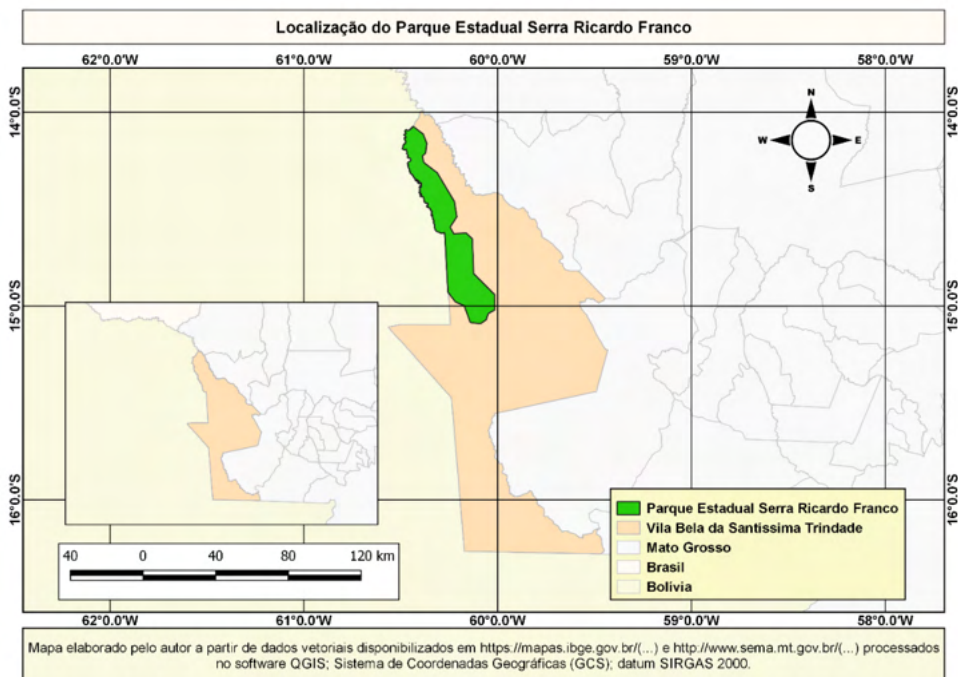
O estabelecimento de áreas naturais protegidas – um dos eixos de sustentação conservacionista – vem sendo utilizado como ferramenta para salvaguardar o patrimônio natural desde 1872, com a criação do primeiro parque nacional, o “Yellowstone National Park” nos Estados Unidos, sendo posteriormente adotado por outros países (DIEGUES, 1998). Segundo este autor, no Brasil, a primeira iniciativa neste sentido ocorreu em 1937, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia. Hoje, o sistema federal de unidades conservação abrange 6,3% do território nacional, dos quais 44% estão protegidos integralmente e 56% constituem unidades de conservação (UC) de uso sustentável.

O conceito e manejo destas áreas evoluíram consideravelmente, cujas finalidades perpassam pela preservação da diversidade biológica, sustentação dos processos ecológicos fundamentais aliados à pesquisa científica, à educação ambiental, à recreação em contato com a natureza, ao turismo ecológico e ao desenvolvimento regional/ambiental ordenado.

Segundo Quintão *apud* Diegues (1998), o código florestal brasileiro de 1965 definiu como parques nacionais as áreas criadas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos. Nessa perspectiva, destaca-se que o objetivo geral das áreas protegidas é preservar espaços

com atributos ecológicos importantes. Algumas delas, como parques, são estabelecidas para que sua riqueza natural e estética seja apreciada pelos visitantes, não se permitindo, ao mesmo tempo, a moradia de pessoas em seu interior.

O Parque Estadual Serra Ricardo Franco localiza-se no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, na porção oeste do Estado de Mato Grosso, na microrregião Alto Guaporé (mapa 1).



Mapa 1: Localização do parque estadual Serra Ricardo Franco.

Fonte: mapa elaborado pelo autor através do software QGIS, versão 3.14.

Enquadra-se na característica de UC de Proteção Integral (PI) e sua guarda está a cargo da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA-MT). Foi criado em 04 de novembro de 1997 através do Decreto Lei número 1.796 e possui área de 158.620,85 hectares (figura 2). Conforme Mato Grosso (1997, p. 2) “os Parques Estaduais (...) destinam-se à proteção integral de áreas naturais inalteradas ou pouco alteradas pela ação do homem, que oferecem relevante interesse do ponto de vista científico, cultural, cênico, educativo e recreativo”.

Segundo Domingues (2016) na área ocupada pela UC podem ser relacionados inúmeros atrativos: cachoeiras, piscinas naturais, vales e vegetação que reúne floresta Amazônica, Cerrado e Pantanal, com espécies únicas de fauna e flora, algumas possivelmente desconhecidas da ciência. Também localiza-se nela a cachoeira do Jatobá,

considerada a maior do estado de Mato Grosso, com cerca de 250 metros de queda d'água.



Figura 2: placa identificadora da UC.

Fonte: ALMEIDA, P.D.C., (2016).

Acrescenta-se na UC em questão as infraestruturas já instaladas dentro sua área vem sofrendo com a falta de manutenção e em grande parte não vem exercendo suas funções. Conforme apontamentos de Almeida (2016), as atividades de visitação praticadas em contato com atributos naturais e culturais de áreas protegidas buscam despertar o respeito e a importância destes recursos e o envolvimento da população humana com as UCs, mas que a falta de planejamento, normatização e fiscalização podem resultar em prejuízos tanto à experiência do visitante quanto à conservação da área.

### 3.2 Hidrografia: rio Guaporé

Os rios que cortam a área observada fazem parte da bacia hidrográfica Amazônica, sub-bacia principal do rio Madeira e sub-bacia secundária do rio Guaporé. Sobre a hidrografia da área estudada, destaca-se que ela está grandemente relacionada ao curso superior do rio Guaporé (figura 3), cuja conjunto hidrográfico é formada por tributários de relevante importância a nível regional.



Figura 3: curso do rio Guaporé na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT

Fonte: disponível em < <http://www.boamidia.com.br/90118-2/>>. Acesso em: 28. jun. 2021.

O curso principal do rio citado, seus lagos, meandros e campos inundáveis constituem o elemento primordial da dinâmica ambiental, no contexto da hidrografia regional. Os tributários do rio Guaporé são: Alegre, Barbado, Piolho, Galera, Rio Verde e Capivari.

Para Maitelli (2005), a sub-bacia secundária, através do seu rio principal, compreende uma região com grandes extensões de várzeas inundadas nos períodos de cheia, tornando-se propícia à formação de lagoas marginais, onde se reproduzem muitas espécies de peixes. Afirma também que em trechos (com corredeiras na porção a montante) tem-se a viabilidade para a produção de energia, além de uso para navegação e fins turísticos.

Em relação aos apontamentos realizados sobre o rio Guaporé e relacionando-os as possibilidades de visualização *in loco*, podem ser elencadas a configuração do relevo local e a dinâmica do curso d'água, as (im)potencialidades para navegação e produção de energia e também devido ao contexto histórico, mergulhar nos eventos pretérito, representado pelo rio para a ocupação da faixa sudoeste daquilo que é hoje o território brasileiro.

### 3.3 Relevo: Serra Ricardo Franco

Conforme Mato Grosso (1998), a serra Ricardo Franco está contida na unidade geomorfológica depressão do Rio Guaporé. A compartimentação e identificação das unidades que compõem a Serra Ricardo Franco compreende os seguintes conjuntos geomorfológicos: Conjunto das Terras Baixas: “planícies e pantanais do Alto Guaporé”; conjunto das terras elevadas: serras ou “planaltos residuais”; conjunto das terras

intermediárias: “Depressão do Guaporé” e unidades de transição. A altitude varia de 300 a 900 metros. Em Mato Grosso (1998), tem-se que a serra está inserida naquilo que convencionalmente denomina-se de planalto sedimentar - formação Guaporé.

Já Ross; Vasconcelos; Castro Júnior (2005), tendo como base a compartimentação geomorfológica de Mato Grosso (ou unidades geomorfológicas), afirmam que a unidade encontra-se em planaltos em intrusões e coberturas residuais de plataforma denominada “Planaltos e Serras Residuais do Guaporé-Jauru” e que têm os seguintes atributos:

Apresenta disposição noroeste-sudoeste e se estende por cerca de 130 km, entre altitudes de 400 m a 1.100 m. Comporta dois conjuntos de relevos residuais característicos pela estreita relação com a estrutura. O conjunto meridional comporta as maiores altitudes (800-1.070 m); já o conjunto setentrional possui nível altimétrico inferior (400-800m) e configura planos e patamares estruturais inclinados para sudoeste (ROSS, VASCONCELOS, CASTRO JÚNIOR, 2005, p. 226).

Nela, (figura 4) observa-se uma extensa planície circundada por uma escarpa semicircular e vales íngremes e que fazem a transição entre as terras elevadas e as terras intermediárias. Na base desta escarpa aparece uma faixa intermediária de altura que varia entre 300 a 400 metros. Nas porções mais elevadas dos chapadões encontram-se os cursos superiores dos rios da região, como o Verde, Galera, Capivari e Barbado.



Figura 4: Serra Ricardo Franco (fundo).

Fonte: ALMEIDA, P.D.C., 2016.

Destaca-se nas configurações de relevo vislumbradas no recorte espacial estudado uma das maiores potencialidades para ser evidenciada a partir da realização de trabalho de campo, pois, é a compartimentação geomorfológica da área que configurará boa parte dos

demais fenômenos locais, inclusive a unidade de conservação abordada anteriormente.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da afirmação que a ciência geográfica tem como pressuposto principal observar a relação entre a sociedade e a natureza e que a ela, como componente curricular da educação básica, poderá permitir ao estudante a ampliação da sua “percepção/compreensão de mundo”, entende-se que a trabalho de campo abarca essas duas questões centrais.

E para o professor de Geografia ter a percepção do trabalho de campo como recurso inquestionável para englobar os elementos citados anteriormente, denota-se como elemento estrutural a fase de pré-campo para o levantamento de atributos socioespaciais e ambientais e que poderá ser passível de observação por parte de estudantes em eventual atividade de trabalho de campo.

Assim, ao longo deste, além de reafirmar o trabalho de campo como possibilidade ímpar para a construção de “novos mundos” para os estudantes, foram trazidos também diversos recortes espaciais do município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT que ocuparão tal função. Reforça-se que o Parque Estadual Serra Ricardo Franco, por sua concepção de unidade de conservação e dos seus atributos internos (relevo, vegetação, cachoeiras, cânions etc.) e hidrografia do município darão sustentação para esta ação.

E sem esgotar as possibilidades de recortes espaciais em Vila Bela da Santíssima Trindade-MT para a realização de trabalhos de campo, visto que o município se desponta também de modos turístico, cultural, étnico e histórico, tem-se neste artigo subsídios aos interessados (escolas, universidades, professores e estudantes) para a realização de atividades *in loco*.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Daniel Curti de. Uma nova direção para o “uso racional” do parque estadual Serra Ricardo Franco em Vila Bela da Santíssima Trindade-MT a partir da iminente criação do plano de manejo da unidade de conservação (UC). **Anais Eletrônico do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**. UFMA, São Luís/MA, 2016.

BRASIL. **Lei Federal N° 9.985 de 18 de julho de 2000 (SNUC)**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm)>. Acesso em: 27. jun. 2016.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2002 (Coleção Inovação Pedagógica).

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’ana. **O mito da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

DOMINGUES, Rose. **Parque Serra de Ricardo Franco tem o maior potencial turístico do Estado**. Cuiabá: SEMA-MT, 2016. Disponível em: < <http://www.mt.gov.br/-/3687737-parque-serra-de-ricardo-franco-tem-o-maior-potencial-turistico-do-estado> >. Acesso em: 27. jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Mato Grosso**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama> >. Acesso em: 18. jun. 2021.

MAITELLI, Gilda Tomasini. A hidrografia no contexto regional. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza. (Orgs.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 272-287.

MATO GROSSO. **Diário oficial do estado de Mato Grosso, de 04 de novembro de 1997**. Disponível em: < <https://www.iomat.mt.gov.br/> >. Acesso em: 27. jun. 2021.

MATO GROSSO. **Elaboração de estudo ecológico rápido para a criação e a implantação da unidade de conservação da Serra Ricardo Franco**. Cuiabá: FEMA/SPVS, 1998.

McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

ROSS, Jurandir; VASCONCELOS, Tereza Neide Nunes; CASTRO JÚNIOR, Prudêncio Rodrigues de. Estrutura e formas de relevo. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza. (Orgs.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 218-235.

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN-MT. **Anuário Estatístico 2001: estado de Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, 2002.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 84, p. 7-24, 2006.

SOUSA, Cristiane Aureliane de *et al.* A trabalho de campo como instrumento facilitador da aprendizagem em Geografia. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 22, p. 1-11, out., 2016.

# CAPÍTULO 6

## O TRABALHO DE CAMPO E O USO DE GEOTECNOLOGIAS COMO ESTRATÉGIA PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DE CONCEITOS DE GEOGRAFIA FÍSICA PARA ALUNOS DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO

*Data de aceite: 01/11/2021*

### **Bruno Machado Carneiro**

Instituto Federal de Ciência do Tocantins, campus Palmas, doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB)

### **Victor Hugo Amâncio do Vale**

Secretaria da Educação do Distrito Federal, doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB)

**RESUMO:** Trabalhar os conceitos da Geografia Física no 1º ano do Ensino Médio é uma tarefa que exige um esforço na diversificação das linguagens e metodologias por parte dos docentes. Com o objetivo de fazer com que o ensino de geografia supere a simples justaposição de informações sobre os aspectos físicos e estudos de atividades humanas, esse artigo relata uma experiência didática realizada com alunos do 1º Ano do Ensino Médio do Curso Técnico de Agrimensura do IFTO, Campus Palmas – TO, onde foram trabalhados os conceitos de cartografia, agentes formadores do relevo, solo, clima, domínios morfoclimáticos e impactos ambientais. Como ferramenta no auxílio da construção desses conceitos foram utilizados ao longo do ano diversas linguagens tais como: uso de imagens de sensoriamento remoto, aplicativos de celulares, o programa Google Earth e a realização de uma saída de campo em uma trilha no Parque Cesamar, situado na região central da cidade de Palmas e vizinho as

instalações do campus. O artigo busca conciliar a competência 4 da Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental no ensino de geografia que estabelece que o estudante deverá desenvolver o pensamento espacial fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas com as habilidades específicas (EM13CHS206) da competência 2 da BNCC do Ensino Médio que visa compreender e aplicar os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, entre outros, relacionados com o raciocínio geográfico, na análise da ocupação humana e da produção do espaço em diferentes tempos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geotecnologias, pensamento geográfico, raciocínio geográfico.

### FIELD WORK AND THE USE OF GEOTECHNOLOGIES FOR TEACHING PHYSICAL GEOGRAPHY FOR TEENAGERS STUDENTS

**ABSTRACT:** Working with the concepts of Physical Geograph of high school is a task that requires an effort in the diversification of languages and methodologies on the part of teachers. With the objective of making geography teaching go beyond the simple juxtaposition of information about the physical aspects and studies of human activities, this article reports on a didactic experience carried out with students of the Technical Course of Surveying at the IFTO, Campus Palmas - TO, where the concepts of cartography, relief-forming agents, soil, climate,



morphoclimatic domains and environmental impacts were worked on. As a tool to help build these concepts, several languages were used throughout the year, such as: use of remote sensing images, cell phone applications, the Google Earth program and a field trip on a trail in Parque Cesamar, located in the central region of the city of Palmas and adjacent to the campus facilities. The article seeks to reconcile the competence 4 of the National Curricular Common Base of fundamental education in the teaching of geography, which establishes that the student must develop spatial thinking using cartographic and iconographic languages, different textual genres and geotechnologies to solve problems that involve geographic information with specific skills.

**KEYWORDS:** Geotechnologies, geographic thinking, geographic reasoning.

## 1 | INTRODUÇÃO

O avanço da tecnologia, em especial na área de sensoriamento remoto e geoprocessamento permite ao professor de geografia trabalhar os conceitos de geografia física de forma mais dinâmica o que possibilita aos alunos por meio do pensamento espacial sobrepor informações e trabalhar o raciocínio geográfico com a utilização dessas ferramentas para correlacionar o uso e ocupação do território com os conceitos da geografia física e dos problemas ambientais decorrentes de uma ocupação urbana mal planejada. Segundo Mota (2019), o pensamento espacial é uma ferramenta educacional, uma forma de linguagem que deve ser apropriada pelos alunos constituída por três elementos, conceito espacial, forma de representação e processos de raciocínio. Para a autora, o raciocínio geográfico difere-se do pensamento espacial por exigir a resolução de problemas a partir da capacidade de pensar espacialmente, incluindo aí a dimensão social na análise desses problemas. Nesse contexto, é necessário que se considere a dinâmica social que tece o interior de nossa sociedade, e contribui decisivamente na forma em que o meio natural, é alterado, a partir de uma dinâmica das atividades humanas e entender como esses processos se configuram no espaço é o cerne da capacidade de raciocinar geograficamente.

O desinteresse do aluno na escola pode estar atrelado ao fato de que o uso de pensamento espacial complexo típico do desenvolvimento do raciocínio geográfico, não encontra conexão com situações reais do aluno no seu cotidiano.

Oliveira e Oliveira (2019) aplicaram uma metodologia de uso com o aplicativo Landscapar, como uma estratégia de envolvimento maior dos alunos, a partir de uma atividade lúdica onde os estudantes puderam realizar as tarefas pelo aplicativo, que consistia em criar curvas de nível de uma determinada forma de relevo em grupo, e o aplicativo através do Smartphone converte aquela forma de relevo em uma imagem 3d renderizada. Essa atividade foi vista pelos estudantes como algo prazeroso devido ao uso da ferramenta, e assim foi possível realizar novas conexões de aprofundamento do raciocínio geográfico pelo processo de criação e produção dessas imagens por parte dos estudantes.

A compreensão profunda entre os saberes institucionalizados passados no ambiente escolar, a compreensão interna do raciocínio espacial, e a relação com práticas sociais que ocorrem na produção do espaço, são em suma a forma como se dá o processo de raciocinar geograficamente o espaço no seu cotidiano. Raciocínio Geográfico é a maneira de se analisar o espaço geográfico, indo além apenas de sua localização, como é inerente ao pensamento espacial, mas considerando que a produção de um determinado fenômeno espacial, seu contexto, sua forma, seu conteúdo sejam compreendidos pelo aluno.

Para Richter (2010) a utilização desses saberes nas atividades cotidianas se estabelece pela perspectiva do “olhar”, da análise espacial. Ou seja, na ação do indivíduo de compreender a realidade, seu entorno ou lugares distantes, sob o enfoque espacial e de reconhecer as diversas questões que interferem na produção e transformação do próprio espaço. Kozel (2013) nos lembra que a Geografia sempre estiveram atreladas as imagens, primeiramente para passar as informações sobre o espaço desvendado pelo homem, e posteriormente representando o espaço físico a partir de um plano bidimensional, desde épocas primitivas, quando os habitantes das cavernas sentiram a necessidade de conhecer suas rotas e caminhos de seu território para facilitar sua luta pela sobrevivência.

Uma das características do Período Técnico-científico-informacional descrito por Milton Santos (2000) é o grande volume de informações e a velocidade de propagação dessas na sociedade e os jovens, nascidos digitais as incorporam no seu cotidiano, por vezes sem fazer as correlações e aplicações delas. Nesse contexto, o conteúdo a ser ensinado aos jovens, deve ser decidido de forma tal, para que sejam transmitidas as informações realmente válidas para eles internalizarem, e não fiquem perdidos na superficialidade de informações disponíveis no meio digital hoje em dia. Como professores, não podemos permitir que o sentido da aprendizagem se perca com a facilidade do uso das geotecnologias, mas descobrir uma forma em que surjam novas competências aos alunos de uma forma mais agradável e lúdica, a partir do uso dessas ferramentas.

Prensky (2001) afirma que “Os professores de hoje têm que aprender a se comunicar na língua e estilo de seus estudantes. Isto não significa mudar o significado do que é importante, ou das boas habilidades de pensamento. Mas isso significa ir mais rápido, menos passo-a-passo, mais em paralelo, com mais acesso aleatório, entre outras coisas.”

Segundo Santos e Callai (2009) o papel das novas geotecnologias no que se refere ao ensino de Geografia, é auxiliar na busca e na visualização de dados e, também, complementar e atualizar conhecimentos que estão presentes no cotidiano da sala de aula. As ferramentas de geotecnologia possibilitam aos alunos acompanhar pelas telas, o globo terrestre em sua completude, indo facilmente da escala local a escala global, e podendo também detectar mudanças nas paisagens, através do uso e ocupação humana que se modificam ao longo do tempo e das práticas espaciais. Um exemplo disso é a ferramenta *Timelapse* do programa *Google Earth Engine*, que possibilita visualizar mudanças na paisagem e na dinâmica espacial ao longo dos anos, por meio de imagens de satélites.

Petsch, Velho e Rosa (2019) detalham um plano de aula com o uso de três ferramentas: Google Earth Engine; Uso de dados da NASA (*National Aeronautics and Spatial Administration*); e a ferramenta de mudanças climáticas ao longo do tempo da própria NASA, para produzir conteúdo de forma que os estudantes entendam a Criosfera e as mudanças climáticas ao longo da história da humanidade e o papel antrópico nessas mudanças.

Vale registrar que qualquer ferramenta de ensino não detém o conhecimento em si, mas apenas possibilita ao aluno alcançar uma zona de conhecimento que não possuía ao anterior uso da ferramenta. Ela pode servir como uma ponte cognitiva, ao produzir um conhecimento novo a partir de uma capacidade prévia, essa mobilização ocorre de forma semelhante a que Vigotsky (1984) denomina de zona de conhecimento proximal ou imediato, onde o autor define aquelas como sendo aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão, presentemente, em estado embrionário. O aplicativo (ferramenta) desta forma pode ser usado como uma ponte cognitiva segundo Moreira e Masini (1982).

A linguagem cartográfica, se caracteriza por ser um sistema de signos, com três principais pontos: O signo, o significado, e o significante. Além de transmitir as informações, o mapa precisa também auxiliar o leitor a questionar o motivo do fenômeno representado se localizar espacialmente naquele lugar, contribuindo para a complexidade do raciocínio geográfico.

Um estudante ao se apoderar de uma nova linguagem, se apropria de um instrumento cultural por excelência, visto que a linguagem é o principal aporte cultural de uma sociedade. As geotecnologias representam uma nova linguagem, no interior da nova sociedade digital e podem possibilitar aos discentes o desenvolvimento dessa nova expressão cartográfica dentro da disciplina escolar da Geografia. Souza e Albuquerque (2017) destacam a importância da linguagem gráfica/cartográfica para conseguir informações e análises espaciais utilizando uma linguagem não textual.

Richter (2010) afirma que o mundo de hoje se caracteriza pela facilidade de comunicação feita por diversas formas tais como: a pintura, a escrita, a fotografia, o rádio, a televisão, a internet, a Libras, o mapa, entre outros. As ferramentas geotecnológicas se enquadram também, como uma nova forma de linguagem, à medida que comunicam ao seu usuário dados georreferenciados sobre diversos fenômenos representados. Porém apesar dessa facilidade que o uso das geotecnologias proporciona, na educação existem alguns empecilhos para tornar possível o uso em sala de aula de ferramentas cartográficas digitais. Número reduzido de computadores, uma rede de Internet lenta e instável, hardware limitado, além do não incentivo dos órgãos de educação públicos aos professores, que desejam fazer cursos ou pós-graduação na temática de ensino e geotecnologias, são alguns dos obstáculos apontados por Sousa e Jordão (2015) para um incremento de atividades pedagógicas usando essas novas tecnologias em sala de aula.

Segundo Vigotski (2000) a função da linguagem é a comunicativa. A linguagem é, antes de tudo, um meio de comunicação social, de enunciação e compreensão, para esse pesquisador a criança deve aprender por conceitos, considerando os elementos históricos no processo de formação de nossa sociedade, rechaçando assim o conhecimento mediado por palavras, que não se aprofunda conceitualmente gerando apenas um conhecimento vazio por parte do professor.

Para viabilizar a aplicação e a inserção das geotecnologias aliada aos conceitos da geografia o trabalho foi desenvolvido tendo como tema uma análise dos impactos ambientais do uso e ocupação de uma bacia hidrográfica situada na zona urbana da cidade de Palmas. A cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins, destaca-se no cenário nacional por carregar o título de ser a mais nova capital de um estado novo e ter sido uma cidade planejada. No entanto, um dos grandes problemas urbanos dessa nova cidade fundada em 1989 é a deficiência do seu sistema de drenagem de águas pluviais que acarreta inúmeros transtornos para seus cidadãos e que impacta diretamente em um dos principais atrativos turísticos e de lazer de Palmas, o Parque Cesamar.

O Parque Cesamar, situado na bacia hidrográfica do ribeirão Brejo Comprido se localiza no Plano Diretor Sul, possui em suas estruturas uma pista de caminhada, uma significativa área de vegetação nativa do Cerrado e um espelho de água além de outros equipamentos públicos. Na área de vegetação nativa do parque existem algumas trilhas para atividade física (caminhadas e ciclismo) e sua proximidade ao campus do IFTO-Palmas e suas características físicas e naturais fazem do Parque Cesamar um excelente local para desenvolvimento de atividades de campo.

Para Farias (2019 apud HENNIGES 2013), o trabalho de campo é um lugar central da geração de conhecimento geográfico e contextualização das condições socioculturais, aliar a atividade de campo com o embasamento teórico conceitual que o aluno adquire na sala de aula, proporciona a consolidação do conhecimento e permite a efetivação da aprendizagem.

Simielli (1999) afirma que a cartografia nos oferece a possibilidade de trabalhar em três níveis: Localização e análise; Correlação e síntese. Fazendo uma analogia desses níveis ao estudo do relevo e domínios morfoclimáticos propomos esse quadro:

Nível	Exemplo de relação com relevo e domínios morfoclimáticos.
Localização e análise	Quais os tipos de relevos em cada domínio morfoclimático e como se dá sua distribuição pelo território brasileiro.
Correlação	A correlação entre o tipo de relevo e seu componente climático, que irão ser a base da formação dos domínios morfoclimáticos acompanhado da geologia estrutural.
Síntese	Carta síntese dos domínios morfoclimáticos do Cerrado e sua zona de transição.

Tabela 1. Quadro síntese.

Fonte: Modificado de Simielli 1999

Farias (2019 apud Hovorka e Wolf 2009) indicam que a atividade de campo pode ser realizada no espaço cotidiano do aluno e apontam para a possibilidade de realização do trabalho de campo próximo ao espaço escolar. Nesse sentido, a área de estudo do Parque Cesamar reúne os principais conceitos abordados ao longo do 1º ano do Ensino Médio, em especial as formas de relevo, solo, domínio morfoclimático do Cerrado e os impactos ambientais decorrentes da ausência de um sistema de drenagem de águas pluviais eficiente que ocasiona um forte processo erosivo o qual é possível percorrer por uma trilha de aproximadamente 3 km com saída próxima as dependências do IFTO - campus Palmas.

Esse artigo busca demonstrar uma das formas de trabalhar os conceitos de relevo, solo, paisagem e problemas ambientais com o auxílio de novas tecnologias, tais como imagens de satélite, sistemas de posicionamento global por satélites, sistema de informação geográfica como ferramentas para subsidiar o planejamento e análise dos dados e observações coletadas em campo. A expectativa dessa metodologia de ensino e aprendizagem é fazer com que o aluno ative o pensamento espacial e o raciocínio geográfico para compreensão da correlação entre os conceitos da geografia física e sua importância no planejamento de uso e ocupação do território, bem como os impactos ambientais decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais. O presente artigo relata a experiência didática de trabalhar a construção de conceitos da geografia física tais como: tectonismo, agentes formadores do relevo terrestre, relevo, solo e os impactos da ausência de um dimensionamento correto da galeria de águas pluviais na bacia hidrográfica do ribeirão Brejo Comprido situado na área urbana da cidade de Palmas – TO tendo como elemento de suporte o uso de imagens de satélite, aplicativos de localização geográfica e saída de campo para identificação dos elementos naturais (relevo, solo, vegetação) e os impactos ambientais das águas pluviais no Parque Urbano Cesamar.

## 2 | METODOLOGIA

Com base nos conceitos de cartografia, localização espacial, formação geológica,

agentes modeladores do relevo, clima e domínios morfoclimáticos trabalhados no livro didático do 1º Ano do Ensino Médio foram traçadas estratégias metodológicas para inserir o uso de novas tecnologias utilizadas como instrumentos para auxiliar na compreensão e interpretação da paisagem.

Ao trabalhar a questão da cartografia e da localização espacial foram disponibilizados aos alunos cartas topográficas analógicas do município de Palmas contendo: curvas de nível, pontos cotados e toponímia. Paralelo ao trabalho com os dados analógicos foram introduzidas ferramentas disponibilizadas em plataformas de telefones celulares que auxiliaram a compreensão do processo de localização espacial com sistema de posicionamento global por satélite (Locus Map Free) e trabalhos com o sistema de informações geográficas (Qgis).



Figura 1. Propaganda Aplicativo Map Locus Free

Disponível em <<http://locusmap.eu>> Acesso em 13 dez. 2019.

Nessa etapa foram utilizados programas como o Google Earth, o aplicativo Locus Map Free e a base de dados na escala 1:25.000 do município de Palmas do Programa Propriedade Legal desenvolvido pelo Ministério Público do Estado do Tocantins com parceria da Organização Não Governamental The Nature Conservancy (TNC) e a empresa de Saneamento do Estado do Tocantins. O aplicativo Google Earth permite ao aluno uma visada panorâmica da área de estudo, os dados analógicos da carta topográfica convertidos em arquivos digitais, permite por meio do uso do Sistema de Informação Geográfica ao aluno a sobreposição de informações e delimitar por exemplo com base na hidrografia e nas informações de curva de nível a bacia hidrográfica do ribeirão Brejo Comprido.



Figura 2. Mapa de Localização da área de estudo e saída de campo, Parque Cesamar – Palmas - TO

Fonte: Google Earth elaborado pelos autores

O trabalho com o aplicativo Locus Map Free possibilitou aos alunos verificar ao longo do trajeto sua localização espacial, o aplicativo tem como mapa de fundo da sua área de trabalho uma base cartográfica com o mapa topográfico (curvas de nível), base hidrográfica (nome dos rios) e o mapa viário da área de estudo. Essas informações associadas com a localização espacial fornecida em tempo real permitiram aos alunos identificar as áreas de interesse, capturar o traçado da trilha percorrida em campo, coletar fotos da paisagem com coordenadas geográficas (geotags) e posteriormente visualizar esses dados no Google Earth.

A saída de campo foi realizada com o objetivo de vivenciar as correlações entre relevo, solo, paisagem e o domínio morfoclimático do cerrado e suas diversas fitofisionomias tais como: mata de galeria, vereda, cerrado sentido restrito e campo sujo. O roteiro da saída de campo teve início, com a visita a uma grande voçoroca provocada pelo subdimensionamento de uma galeria de águas pluviais e depois com o deslocamento por uma das trilhas existentes no interior do Parque Cesamar que dá acesso ao espelho de água impactado pelo processo de assoreamento ocasionado pela drenagem.



Figura 3. Registro fotográfico do trabalho de campo

Fonte: Autores.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho de reconstrução dos principais conceitos sobre formação geológica, agentes formadores do relevo, clima teve como base os conceitos trabalhados na 6ª série do ensino fundamental sendo aprofundado com as correlações dos conceitos com as paisagens, noticiários e formas de ocupação do território brasileiro, até chegarmos ao trabalho com os domínios morfoclimáticos. Para auxiliar nesse processo, os alunos foram orientados a realizar o download de alguns aplicativos ao longo do semestre, tais como o aplicativo Google Earth e o Locus Map Free.

Importante ressaltar que alguns alunos já dominavam o uso básico da ferramenta Google Earth, o que muitos desconheciam era a base científica e cartográfica que alicerça essas tecnologias de localização e visualização da superfície terrestre. O aplicativo Locus Map Free possibilitou aos alunos compreenderem e visualizarem a obtenção das informações de localização espacial com base no sistema de posicionamento global por satélite, sua interface permite ao aluno verificar o número mínimo de satélites necessários para obtenção do par de coordenadas e a melhora na precisão da posição com o aumento de satélites emitindo informações ao aplicativo. Paralelo a essa informação o aluno começa a perceber além da informação do GPS é necessária também uma base cartográfica que georreferenciada permite identificar nossa localização, princípio utilizados em diversos aplicativos, tais como o “famoso” localizador do WhatsApp hoje popularizado e que vem



paulatinamente substituindo as informações cotidianas de referência de endereços entre os jovens, atualmente é comum a frase: “manda a localização” e não mais a pergunta qual é o seu endereço?

A importância da correlação e construção do conhecimento pode ser notada na descrição pelos alunos por meio do trabalho técnico.

“ Os alunos do primeiro ano do curso de agrimensura foram a uma visita técnica com o Professor de Geografia no parque Cesamar, onde iniciamos na trilha pela área verde do Parque Cesamar, assoreada por uma voçoroca, causada por muita água da chuva para várias quadras do Parque, assoreando o lago. Em seguida entramos na trilha notamos que a grande presença do Cerrado iniciando pelo Cerrado campo sujo uma mata onde se tem uma trilha mais fechada pela mata, posteriormente passando por uma Mata ciliar ou mata galeria vegetação que acompanha o curso d’água do Parque Cesamar. Entre a Mata galeria e o Cerrado stricto sensu é visível interferência do homem, o distanciamento da faixa de domínio da Mata para os fios de Rede Elétrica para manutenção e afim de evitar incêndios. Mais à frente, na trilha, a Mata de cerrado propriamente foram observadas árvores mais finas, com copas mais altas, troncos que segue na trajetória. Encerrando o percurso”.

Na descrição realizada pelo aluno é possível notar o início das correlações espaciais, com os conceitos técnicos trabalhados em sala de aula, começa a desenvolver seu raciocínio geográfico e perceber a interferência da ação antrópica no espaço geográfico.

“... logo de início é possível perceber o problema, a água da chuva que escoam pelos bueiros das quadras do local, são escoadas por uma espécie de galeria que logo após é despejada no local visitado, fazendo com que se inicie voçorocas. Com o passar do tempo a situação no local se agrava ainda mais, criando crateras de até 6 metros de profundidade, que é um grande problema pois além de criar voçorocas, a água da chuva escoam até o lago do Parque Cesamar levando junto, rejeitos e terra para o lago criando-se um novo problema, o assoreamento do Parque Cesamar.

“ Ao entrar de fato na trilha, é possível identificar diferentes tipos de mata e de solo, em locais mais abertos encontra-se um solo mais seco e terroso como o cascalho e cerrado mais adentro dá pra ver que ocorre uma mudança no solo, não só no solo mas também na vegetação, também percebe-se pequenas voçorocas causada naturalmente pela força da água da chuva que escoam no local formando pequenas grotas, e mais adiante observa-se a mudança do microclima ao entrar na mata em uma região onde encontra-se grandes árvores com copas mais fechadas. Ao longo da caminhada foi possível perceber formas diversificadas de vegetação, como exemplo o cerrado de campo sujo, cerradão, mata ciliar, cerrado stricto sensu e nascentes além de várias espécies de animais.

“Todos os anos a prefeitura de Palmas gasta milhões para fazer o desassoreamento do lago do Parque Cesamar, problema que poderia ser evitado tomando as devidas providências”.

Os relatos permitem aferir que o pensamento geográfico e o raciocínio geográfico estão presentes na ação dos alunos, os mesmos além de correlacionar os conceitos ao espaço geográfico também se posicionam como cidadãos críticos e identificam na paisagem

os problemas advindos da ação de uso e ocupação urbana deficitária no planejamento, especialmente na questão referente a drenagem das águas pluviais.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se cria esse ambiente de aprendizagem, cabe ao professor aprender a manusear essas ferramentas tecnológicas, planejando uma aula onde os objetivos a serem alcançados pelos alunos, dependam mais da interação destes com a ferramenta utilizada, seguindo uma metodologia que os instigue, do que propriamente dos recursos tecnológicos da ferramenta.

O mapa é um importante instrumento na história humana ao longo dos séculos, podemos refletir que na última década a cartografia avançou junto as práticas sociais, devido a presença de diversos aplicativos instalados nos smartphones, esses utilizam a localização geoespacial para as diversas funcionalidades a que eles se propõem. Dessa forma o mapa pode pela representação espacial indicar as transformações vividas pela sociedade. Mesmo o globo terrestre sendo em sua grande parte conhecido atualmente, podemos dizer que a cartografia se tornou muito mais presente no cotidiano das pessoas, não só dos jovens, e com isso a habilidade em ler mapas nos dias de hoje é mais requisitada fora do ambiente escolar.

O aluno não deve ser somente um leitor de mapas, deve ser estimulado a refletir e produzir seus próprios mapas, de maneira tal que sua autonomia seja desenvolvida, as geotecnologias tem uma importância nesse quesito, pois a juventude nativa da era digital, apresenta um interesse muito maior, em ferramentas nas quais eles são capazes de produzir e comunicar sua própria leitura da realidade cotidiana.

As restrições do uso de geotecnologias, estão atreladas a falta de infraestrutura das escolas, principalmente as públicas que muitas vezes não possuem uma conexão de Internet, e também a dificuldade de acesso que alguns alunos enfrentam em relação as tecnologias, como por exemplo o acesso aos Smartphones e falta de conexão à rede mundial dos computadores, outra dificuldade é a falta de formação dos professores na área de cartografia e suas geotecnologias.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf)

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base. Ensino Médio. DOU de 21/12/2017, Seção 1, pág.146

FARIAS, Ricardo Chaves. O Trabalho de campo na perspectiva de ensino de Geografia: uma revisão crítica a partir do cenário internacional. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 9, n.17, p. 181-198, jan./jun., 2019.

HOVORKA, A. J., & WOLF, P. A. Activating the classroom: Geographical fieldwork as pedagogical practice. In: *Journal of Geography in Higher Education*. London (UK), 33(1), 89-102, 2009.

KOZEL, Saete. Comunicando e representando: mapas como construções socioculturais/ Communicating and representing: maps as socio-cultural constructions. *Geograficidade* | v.3, Número Especial, Primavera 2013. P. 57-70

MOREIRA, Marco Antonio e MASINI, Elcie F. Salzano Masini. *Aprendizagem Significativa – A Teoria de David Ausubel*. São Paulo – SP, Editora Moraes Ltda, 1982.

MOTA, Denise. Raciocínio Geográfico e pensamento espacial: Uma análise aplicada à base nacional comum curricular – ensino fundamental – anos finais. XIII ENANPEGE (Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia). *Anais Eletrônicos*, 2019. Disponível em [https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562636835\\_ARQUIVO\\_artigoBNCENANPEGEfinalrevisado.pdf](https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562636835_ARQUIVO_artigoBNCENANPEGEfinalrevisado.pdf).

OLIVEIRA, Érico & OLIVEIRA, Rosália. O uso do aplicativo LandscapAR como recurso pedagógico para o ensino de Geografia. *Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais*, Fortaleza, v. 10, n. 22, p. 100-114, set./dez. 2019.

PETSCH, Carina; VELHO, Luiz Felipe; ROSA, Kátia Kellem da. Uso de plataformas de dados e Google Earth Engine no ensino da criosfera e mudanças climáticas. *Geosaberes*, Fortaleza, v. 10, n. 22, p. 36 - 48, 2019.

PRENSKY, Marc. *Nativos digitais, imigrantes digitais*. NCB University Press, Vol. 9 No. 5. Outubro de 2001.

RICHTER, Denis. Raciocínio geográfico e mapas mentais: a leitura espacial do cotidiano por alunos do Ensino Médio. 2010. 335 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105074>

SANTOS, Maria Francineila Pinheiro. CALLAI, Helena Copetti. Tecnologias de informação no ensino da geografia. 10º Encontro Nacional de Práticas de Ensino em Geografia. 30/08 a 02/09 de 2009. Porto Alegre. ENPEG – Disponível em: [http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/Poster/P%20\(38\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/Poster/P%20(38).pdf). Acesso em: 01 de abril de 2020.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, SP: edusp, 2002.

SIMIELLI, Maria. Elena. *Cartografia no ensino fundamental e médio*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *A Geografia na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1999. – (Repensando o ensino). p. 92-108.

SOUSA, Iomara Barros; JORDÃO, Barbara Gomes Flaire. Geotecnologias como recursos didáticos em apoio ao ensino de cartografia nas aulas de Geografia do ensino básico. *Caminhos de Geografia - Uberlândia*, v. 16, n. 53 Mar/2015 p. 150–163.

SOUSA, Luciano Mascarenhas; ALBUQUERQUE, Emanuel Lindemberg. 2017. Google Earth e ensino de cartografia: um olhar para as novas geotecnologias na Escola Santo Afonso Rodriguez, município de Teresina, estado do Piauí. *Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais*, v. 8, n. 15, p. 94-104, 2017.

Vygotsky, Lev Semenovich. (1984) *A Formação Social da Mente* São Paulo: Martins Fontes.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

## A MAQUETE TÁTIL NO ENSINO DA GEOGRAFIA PARA O ALUNO DEFICIENTE VISUAL

*Data de aceite: 01/11/2021*

*Data de submissão: 30/06/2021*

### **Grazielle Macedo Barreto Sensolo**

Licenciada e Bacharel em Geografia pela PUCRS, Especialista em Ensino de Geografia pela UFRGS, Mestranda na linha de Ensino de Geografia pela UFRGS, Professora de Geografia na rede Municipal de Ensino de Cachoeirinha RS  
Porto Alegre – RS

[https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG\\_MENU.menu?f\\_cod=30F5801C6CAC099C7E7649CB57A8F65A](https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=30F5801C6CAC099C7E7649CB57A8F65A)

<https://orcid.org/0000-0002-6524-6891>

**RESUMO:** Entendendo o deficiente visual como um sujeito ativo na sociedade e utilizando a compreensão espacial oportunizada pela Geografia, busco colaborar com o processo de autonomia dos alunos deficientes visuais. Através da investigação sobre o que é deficiência, deficiente visual e o processo de inclusão iniciamos o percurso que nos levará a compreender e auxiliar os sujeitos a ir e vir com maior independência, como também compreender alguns conceitos físicos naturais a partir de seu trajeto cotidiano. Favorecendo-me dos recursos das ciências geográfica e cartográfica e aplicando-os através da construção uma maquete tátil que fortalece a apropriação espacial por parte de alunos com deficiência visual da Escola Estadual Gonçalves Dias em Porto Alegre/RS, certamente colaboramos com o

seu deslocamento diário de ir e vir sozinho até a escola, favorecendo assim sua autonomia, sua apropriação espacial e a compreensão de alguns dos elementos físicos-naturais presentes no dia a dia ao percorrermos este trajeto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de Geografia - Aluno não visual – Cartografia – Maquete tátil.

### **THE TACTILE MODEL IN TEACHING GEOGRAPHY FOR THE VISUALLY IMPAIRED STUDENT**

**ABSTRACT:** Understanding the visually impaired as an active subject in society and using a spatial understanding provided by Geography, I seek to collaborate with the process of autonomy of visually impaired students. Through the investigation of what is disability, visually impaired and the inclusion process, we started the journey that will lead us to understand and help the subjects to come and go with greater independence, as well as understand some natural concepts from their daily path. Favoring me the resources of science and cartography and applying them through the construction of a tactile model that strengthens the spatial appropriation by visually impaired students at the Gonçalves Dias State School in Porto Alegre / RS, we certainly collaborated with their daily movement of coming and going to school alone, thus favoring their autonomy, their spatial appropriation and the understanding of some of the natural physical elements present in their daily lives when traveling this path.

**KEYWORDS:** Teaching Geography - Non-Visual Student - Cartography - Tactile Model.

## INTRODUÇÃO

As escolas surgem por volta do século XVI, tendo como finalidade disciplinar e formar moralmente os sujeitos (Cardoso 2004). Como objetivo visava a transmissão de conhecimentos e modelação de comportamentos. Inicialmente configurada para controlar e dosar os graus de civilidade racionalidade, liberdade e submissão de seus frequentadores.

Apresentava inicialmente um caráter segregador selecionando os que poderiam ou não a frequentar, pois apenas a elite social tinha acesso ao conhecimento institucional. Muitas décadas após, sendo uma instituição formal, praticamente todos os sujeitos frequentam ou já frequentaram o ambiente escolar, embora ainda existam enormes diferenças entre os países no que se refere a sua universalização.

Aprender faz parte da natureza humana, aprendemos sempre e em todas as etapas de nossa vida e principalmente, aprendemos de formas diferentes. Aprendemos em tempos diferentes, com a família, no grupo de amigos, com as mídias disponíveis, etc. Porém a escola não consegue atender plenamente todas essas formas de aprendizagem, muitas vezes não valorizando as expectativas individuais e diversidades.

Se difícil parece atingir seres ditos como normais pela sociedade, atender uma parcela “diferenciada” de alunos parece ainda mais complicado. Apesar da implantação de leis que regulamentam a inclusão de alunos que apresentam diferenças em relação aos ditos normais, ela ainda é vista de maneira equivocada por grande parte da comunidade escolar. A falta de informação ou conhecimento do assunto leva inúmeros estabelecimentos educacionais a se acharem despreparados para realizar a inclusão, apenas incluindo os educandos em sala de aula, mas não nas propostas pedagógicas que realmente permitam a sua aprendizagem e isso é um dos desafios que temos como educadores.

Ao propor este trabalho, inicialmente buscava oportunizar a discussão sobre a inclusão escolar do aluno deficiente visual. Ao iniciar a pesquisa percebi que uma das coisas mais simples para o estudante que inicia a jornada escolar, poderia ser uma tarefa complexa para o aluno deficiente visual: chegar sozinho a sua escola.

Todos os alunos visuais, quando entram pela primeira vez na escola observam espacialmente, através da visão, as indicações necessárias para a sua locomoção e adaptação neste ambiente. Uma criança ou adolescente que não possui recurso visual ou o tem de forma debilitada precisará de um maior tempo para que este processo ocorra de forma satisfatória, utilizando seus sentidos remanescentes, como o tato, o olfato, etc., para apropriação espacial. Se localizar-se na escola é uma tarefa desafiadora, chegar até ela de forma autônoma é algo ainda maior.

Como qualquer outra criança ou jovem, o sujeito com deficiência visual quer ter autonomia espacial, quer “andar com as próprias pernas”. Diante disso, surge então, a ideia de construir uma maquete tátil para responder as questões que permeiam esta pesquisa: como um aluno com deficiência visual chega sozinho a escola? Como fazer isso de forma

autônoma?

As maquetes são um instrumento de grande valia no ensino da Geografia escolar, pois proporcionam a representação do espaço de forma sintetizada. Através dela inúmeros outros conceitos são construídos e atividades propostas com outras disciplinas curriculares aumentariam a compreensão e interação entre os alunos. Além de proporcionar a autonomia de decisões quando o aluno tiver de se deslocar espacialmente nela, auxiliará em sua locomoção real.

Observando as escolas da cidade de Porto Alegre, localizei no bairro IAPI a Escola Estadual Gonçalves Dias, onde a inclusão de alunos deficientes visuais ocorre de forma mais concreta e efetiva, sendo uma oportunidade de conhecimento valiosa para toda a comunidade escolar.

Este trabalho está baseado na observação da escola, conversa com professores e alunos e na construção de uma maquete que oportuniza a autonomia dos alunos deficientes visuais na sua jornada diária de ir e vir a escola. Através destas conversas pude perceber também que muitos aspectos relacionados a apropriação de conceitos relacionadas a Geografia Física poderiam ser contemplados durante o percorrer deste trajeto.

Para tanto iniciamos o percurso buscando compreender o que é a deficiência, como o se deu processo inclusão destes alunos e a papel da escola regular neste processo.

## **AFINAL, O QUE É SER DEFICIENTE?**

Segundo o dicionário Aurélio deficiência faz relação à falta, carência ou insuficiência e deficiente é a pessoa que apresenta deficiência física ou psíquica. Muita discussão ao longo das décadas foi feita para definir o termo correto para referir-se as pessoas consideradas diferentes dos demais sujeitos sociais, ditos normais pela sociedade. A partir da década de 70, surgem no Reino Unido movimentos em defesa da socialização destes sujeitos ditos diferentes em relação aos demais e o termo deficiente toma força nos discursos sociais, que:

optou por 'deficiente' como uma forma de devolver os estudos sobre a deficiência ao campo dos estudos culturais e de identidade. Assim como os estudos sobre raça não mais adotam o conceito de 'pessoa de cor', mas 'negro' ou 'indígena', os estudos sobre deficiência assumiram a categoria 'deficiente'(DINIZ, 2007 p.10).

Concordamos com a autora entendendo a deficiência é vista como uma expressão de diversidade humana, não como algo que possa ser desprezado.

A deficiência visual busca também encontrar seu espaço social, sendo definida por Rocha (2006) como:

uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em virtude de causas congênitas ou hereditárias, mesmo após tratamento clínico ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. A diminuição da resposta visual pode ser leve

moderada, severa e profunda (que compõem o grupo de baixa visão ou visão subnormal ) e ausência total da resposta visual (cegueira) ( p.5).

Sendo assim o termo deficiente visual refere-se aos sujeitos com baixa visão ou totalmente cegos.

Concordando com Diniz que vê a cegueira como um modo, um estilo de vida que reclama o direito de estar no mundo, buscamos através da construção de uma maquete tátil auxiliar os alunos deficientes visuais a conquistar seu espaço no mundo.

Entendendo o que é deficiência compreendemos melhor o processo de inclusão destes sujeitos na escola e na sociedade. Segundo Nassif (2007): “do ponto de vista educacional e escolar, inclusão significa educação de qualidade para todos e abrange todas as crianças, tanto aquelas com deficiências orgânicas ou funcionais, como as que estão excluídas por outras questões (p. 238). O foco deve ser suas potencialidades e não a falta de algo. Esse ponto também é levantado por Pitta e Danesi (2000) ao analisar o histórico da educação especial, onde o foco principal era a deficiência dos alunos e não suas potencialidades, o que prejudicou sua aprendizagem durante muitos anos.

Valorizando o aluno deficiente visual em suas potencialidades poderemos ensiná-lo efetivamente. Ele poderá compreender a sua maneira, os conteúdos trabalhados em sala de aula e quem sabe, auxiliar os demais colegas em um processo valioso de troca de experiências, transformando assim a sociedade e a visão que se tem do ensino inclusivo.

A inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade e o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos independentemente de seu talento ou necessidade especial. A escola inclusiva mantém seu papel na formação educacional, cultural e social, mas também se propõe a realizar mudanças de natureza física, estrutural e ideológica, para que as diferenças de seus alunos possam ser atendidas. (NASSIF, 2007 p. 240)

## A ESCOLA E INCLUSÃO

A escola contemporânea tem como desafio promover a cidadania, ser um espaço de construção de conhecimentos, respeitando a diversidade cultural. Se a vida está misturada com a educação, porque privar a convivência com a diversidade dentro da escola? A inclusão verdadeira se dá de uma forma muito simples, pois segundo Fávero, Pantoja, Mantoan (2007) ela nada mais é do que a utilização de recursos, ferramentas, linguagens, tecnologias que concorram para diminuir/eliminar as barreiras que se interpõem aos processos de ensino e de aprendizagem.

A Constituição brasileira garante a inclusão quando defende a educação para todos. Destacamos aqui um trecho do programa de formação continuada desenvolvido pelo Ministério da Educação - MEC - intitulado “*Educação Inclusiva: direito a diversidade*”:

a Constituição garante a todos o direito a educação e ao acesso à escola.



Toda escola, assim reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa por razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela (FÁVERO, PANTOJA, MANTOAN, 2007, p. 25).

Apesar da lei, a inclusão ainda é pequena em nosso país. O que percebemos é que além da falta de conhecimento sobre o assunto, o erro na interpretação de artigos da Constituição e da Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB - dificulta o acesso de alunos deficientes visuais a rede regular de ensino.

Erroneamente as pessoas interpretam que Educação Especial deve ser realizada em instituições separadas do ensino regular e que esta o substitui. Na verdade, a Educação Especial deveria referir-se ao Atendimento Educacional Especializado, em conjunto com o ensino em escola regular, proporcionando ao aluno as ferramentas de que ele necessita para que a aprendizagem ocorra. Por exemplo: um aluno não visual necessita conhecer a simbologia do alfabeto braille, por isso o atendimento especializado deve ser empregado para que ele possa decodificar esta simbologia, estando assim, apto a compreensão dos conceitos trabalhados na sala de aula convencional. Este atendimento não deve afastá-lo do convívio com os demais colegas de sua idade, segregando-o ao ensino em uma escola especial. Essa afirmação é reforçada por Fávero ao comentar que: “é o direito de toda a criança, mesmo que apresente características muito diferentes da maioria, conviver com sua geração, sendo que o espaço privilegiado para que isso ocorra é a escola” (2007, p.17).

Como professores devemos favorecer um ambiente escolar propício para que todos aprendam, pois como já observamos cada aluno tem um modo diferente de aprender. A autora diz que:

são freqüentes os encaminhamentos para serviços especializados desnecessários, feitos com base no receio e na resistência de educadores em lidar com alunos com deficiência. Eles o fazem sem se atentar para o fato de que a Matemática, o Português, a Geografia etc., que ensinam, são as mesmas matérias para quaisquer alunos, o que muda é o nível e a forma de compreensão entre eles, e isso ocorre independentemente de se tratarem de educandos com ou sem deficiência (2007 p.18).

Devemos assim rever nossas práticas de ensino, mobilizar os alunos e trazer o novo para a sala de aula, a fim de atender todos, ou a grande maioria dos estudantes ali presentes. Fávero, Pantoja, Mantoan (2007) afirmam que: “novas práticas de ensino proporcionam benefícios escolares para que todos os alunos possam alcançar os mais elevados níveis de ensino, segundo a capacidade de cada um, como garante a Constituição”. (p.46).

O aluno com deficiência visual aprende como qualquer outra criança, devendo ser estimulado em suas potencialidades.

## CONHECENDO O TRAJETO ESCOLAR: GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA VÃO AUXILIAR !

Dentro da proposta de novas práticas de ensino, solicitadas pela escola contemporânea, a construção de uma maquete tátil facilitará a compreensão espacial dos alunos deficientes visuais da Escola Estadual Gonçalves Dias.

Os alunos deficientes visuais ao chegarem à escola apresentam as noções topológicas, ou seja, os conceitos de direita e esquerda, em cima, embaixo, bem desenvolvidas<sup>1</sup>, pois o uso delas é constante para realizar tarefas básicas do seu espaço de vivência (casa e seu entorno). No entanto, ao deslocar-se para outros locais apresentam dificuldades iniciais. É necessário um processo de adaptação, de conhecer estes novos locais. Diante disso, o uso de uma maquete proporcionará maior conhecimento de seu espaço vivido.

A entrada na escola é um momento muito importante para todos os alunos pois é nela que:

a criança entra em contato com a cultura transmitida pelas gerações e aprende a conviver e compartilhar na sociedade mais ampla. É, portanto, o lugar em que a criança vai adquirindo o conceito de sociedade inclusiva e aprendendo principalmente a:

- aceitar as diferenças;
- conviver com pessoas de diferentes condições físicas, raças, religiões e situações socioeconômica;
- perceber a vantagem e a riqueza da convivência com o diferente (NASSIF, 2007 p.241).

Entrando em contato com o espaço escolar tão diverso e o conhecendo, o aluno deficiente visual está apto a explorá-lo, fortalecendo assim seu caminho para autonomia de ir e vir. Estando na escola regular, ele reforça também, relações espaciais projetivas, pois vai poder vivenciar a aprendizagem junto com seus pares, fazendo associações e se projetando espacialmente para que mais tarde, possa compreender melhor as relações euclidianas ou métricas. Facilitar essas relações de maneira prática, através de uma maquete tátil, parece uma maneira interessante e adequada de permitir uma maior compreensão espacial por parte dos alunos com deficiência visual, já que Almeida afirma que “ a cartografia tátil consiste em um caminho para as pessoas ‘verem’ o espaço geográfico e o mundo que os cerca” ( 2008 p. 142).

Salientamos que Masini (2007) considera que a concepção espacial pelo sujeito cego é organizada através da referência temporal. A maquete tátil, nos parece, favorecer essa relação temporal, já que ao caminhar pelo pela maquete o aluno pode traçar sua espacialidade temporal no percurso de ir e vir da escola, facilitando assim sua autonomia

<sup>1</sup> Segundo entrevista realizada em 9 de novembro de 2009, com a professora Ana Regina, responsável pela sala de recursos da escola Gonçalves Dias.

e mobilidade.

A Cartografia é uma ferramenta necessária ao conhecimento espacial por parte de todos os alunos, pois ela fornece os conceitos base para melhor compreensão espacial. Compreender o espaço é um dos objetivos da Geografia, sendo este “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações” Santos (1997, p. 51). Unir estas duas ciências a favor da inclusão de alunos deficientes visuais certamente proporcionará uma aprendizagem realmente significativa a eles.

Assim a maquete torna-se um recurso pertinente, pois como afirma Almeida: “modelos em três dimensões e maquetes de relevo ajudam a criança a entender o espaço físico. São representações menos abstratas e devem preceder o uso de mapas” (2008, p. 138). Destacando também que “o tamanho de cada mapa, maquete ou gráfico não deve ultrapassar 50cm, porque o campo abrangido pelas mãos é muito mais restrito que o campo visão” (2008 p. 137).

As informações mapeadas pelo tato ampliam os conhecimentos geográficos, facilitando a tomada de decisões por parte do aluno deficiente visual, auxiliando-o a formar construções espaciais mais complexas (Almeida,2008). Assim, após a exploração tátil de seu percurso escolar, o aluno desenvolverá melhor sua autonomia.

Buscando auxiliar no processo de conhecimento espacial e autonomia de pessoas com deficiência visual o Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - desenvolve projetos e pesquisas voltadas para a acessibilidade de deficientes visuais e criou um laboratório chamado de Labtate – Laboratório de Cartografia Tátil Escolar. No site do Labtate ([www.labtate.ufsc.br](http://www.labtate.ufsc.br)) encontra-se um catalogo de símbolos utilizados para a alfabetização cartografia, regulamentado no Brasil, que orienta e professores e alunos no momento da exploração dos mapas táteis. Essa simbologia pode também ser utilizada na confecção de maquetes táteis como a proposta neste trabalho.

Buscando aplicar o conhecimento e redescobertas até aqui evidenciadas, vamos agora a descrever a proposta prática realizada durante a pesquisa.

## **MÃOS A OBRA!**

Ao visitar a escola estadual Gonçalves Dias, conversamos com a professora Ana Regina, para auxiliar-nos a entender como ocorre a aprendizagem de alunos deficientes visuais. A escola conta com uma sala de recursos onde o atendimento conjunto com os professores curriculares e a professora responsável pela sala, auxilia na aprendizagem dos alunos deficientes visuais. Durante as visitas entramos em contato com vários materiais disponíveis para o desenvolvimento dos conceitos trabalhados na sala de aula regular e percebemos a necessidade que a escola tinha em possuir uma maquete que representasse o entorno escolar.

Destacamos aqui a fala de Almeida, que confirma essa necessidade:

Diagrama, gráficos e mapas de qualquer natureza, possibilitam o conhecimento geográfico e facilitam a compreensão do mundo em que vivemos. Por essa razão, é preciso adaptar as representações gráficas para que possam ser percebidas pelo tato, dando para a pessoa com deficiência visual oportunidades semelhantes àqueles que podem ver (2008 p.120).

Adaptando as representações gráficas para que possam ser percebidas pelo tato, utilizando uma base de madeira, com a representação dos prédios do bairro e da escola de mesmo material e um cordão de nylon para representar o “meio fio” da calçada, construímos a representação tridimensional do bairro IAPI, focando o percurso que o aluno deficiente visual percorre para se deslocar espacialmente da parada de ônibus até a escola.

O trajeto partiu do corredor de ônibus localizado na Av. Índio Brasileiro de Moraes, percorrendo a ruas Pedras Altas, Santiago e Tuparái, sendo finalizado na Rua Candiota, onde encontra-se a entrada principal da escola. Abaixo localizamos esse trajeto utilizando os recursos do Google Maps.



Figura 1: O trajeto a percorrer

Fonte: Google Maps

A seguir mostramos através de fotos a construção passo a passo da maquete:

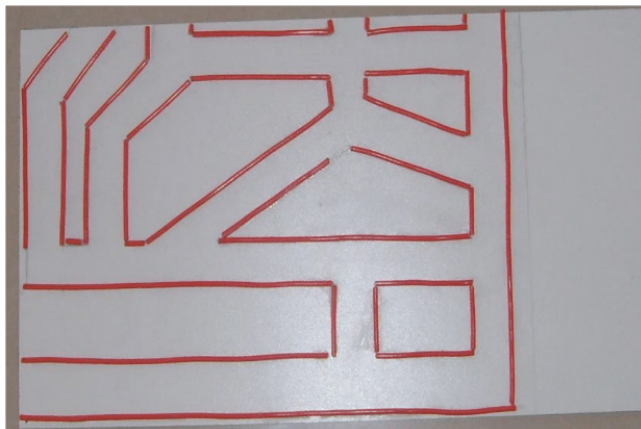


Figura 2: Maquete: o início.

Fonte: Grazielle Sensolo, 2009.

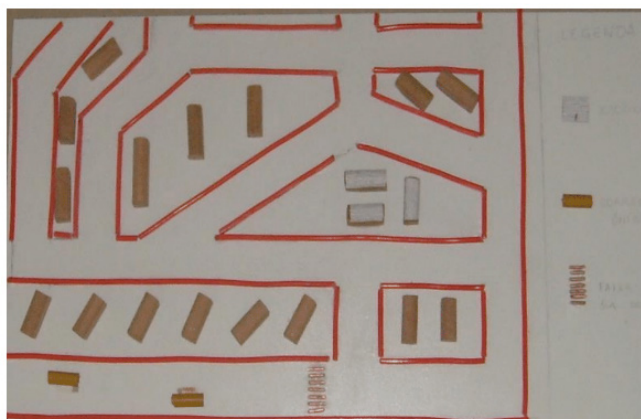


Figura 4: Finalizando a maquete.

Fonte: Grazielle Sensolo, 2009..

## PERCORRENDO O CAMINHO

Buscando conhecer como aprendizagem ocorre por parte dos alunos não visuais, concordamos que :

As propostas curriculares devem reconhecer e valorizar os alunos em suas peculiaridades étnicas, de gênero, cultura, precisam partir de suas realidades de vida, de suas experiências, de seus saberes, fazeres e são tramadas em redes de conhecimento que superam a tão decantada sistematização do saber (Fávero, Pantoja, Mantoan 2007 p. 48).

Almejando esta “trama” dos conhecimentos, sugerimos primeiramente que o aluno explore a maquete através do tato, localizando a escola e o corredor de ônibus de onde partirá seu percurso. Identificando na legenda esses elementos, escrevendo em Braille sua

nomenclatura.

Após sugerimos que ele se desloque até o portão principal da escola com a maquete em mãos. Utilizando sua percepção em relação aos pontos cardeais ele deverá orientar o Norte na maquete. Lembramos que:

A vivência nas relações práticas para encontrarmos os pontos de orientação, é importantíssima. O Leste só terá significado se o aluno tiver clareza da sua origem e, acima de tudo, se ele relacionar esse Leste com outros pontos de referência e localização no espaço onde ele está inserido, ou seja, relacionando com a entrada de luz na Terra (CASTROGIOVANNI e COSTELLA, 2007, p. 49).

Valorizando essa vivência podemos reforçar o entendimento dos conceitos de localização por parte do aluno deficiente visual. Tendo assim orientado o Norte, proponho que voltando à sala de aula os alunos construam uma rosa dos ventos. Solicitaria então que eles traçassem o percurso proposto utilizando os pontos cardeais e subcolaterais. De onde você percebe que se irradia, com mais intensidade, a luz solar no período que vem para a escola? Com esta questão podemos desenvolver melhor estes conceitos, de forma que eles possam ser percebidos pelo aluno em seu dia a dia.

Explorando a maquete o aluno poderá assimilar e acomodar nossos conceitos ou reforçar novamente os já existentes, pois como salienta Becker:

após agir sobre o objeto, busca aprender sua ação; sentindo-a aquém das exigências do objeto, volta-se para si, produzindo transformações em si mesmo, e assim ad infinitum, dependendo sempre das condições objetivas. As transformações no mundo do objeto são transformações no plano da causalidade; as transformações no mundo do sujeito são transformações no plano das implicações lógico-matemáticas ( 2003 p. 19).

Após repetir o trajeto algumas vezes, “rever” pontos de dúvidas e esclareça-las, acreditamos que os alunos estarão aptos a explorar o trajeto no plano real. Utilizando o mapa mental que construíram com a maquete poderemos explorar o percurso indo até o corredor de ônibus, em uma saída exploratória. Ao realizar este trajeto muitos outros conceitos podem ser desenvolvidos, como por exemplo os ligados aos aspectos físicos naturais. Você percebe modificações de temperatura ao longo do ano, quando faz este trajeto? Com este questionamento podemos desenvolver conceitos ligados aos movimentos da Terra e as estações do ano, clima, etc. já que como o aluno não visual tem os demais sentidos aguçados, certamente vai sentir o perfume das flores na primavera, as gotículas de umidade em dias de neblina, o aumento da temperatura em certos horários, etc.

Em forma de um portfólio os alunos descrevem a experiência, enriquecendo seus conhecimentos e destacando como ela foi positiva para a aquisição de maior autonomia e conhecimento dos elementos físicos naturais presentes no seu dia a dia a partir da observação de seu trajeto casa- escola. Como a escola conta uma sala de recursos os escritos dos alunos podem ser convertidos para a língua portuguesa, podendo assim ser avaliados por professores que não estão familiarizados com o Braille.

## FINALIZANDO O PERCURSO

Durante esta pesquisa procuramos perceber o que é a deficiência visual e como o processo de inclusão foi percebido e apropriado pela escola e sociedade. Verificamos que muito se tem a fazer, mas que a deficiência visual aos poucos está tomando seu lugar no mundo.

Buscando oportunizar a conquista deste espaço pelos deficientes visuais através da construção de uma maquete tátil, que oportunizasse a compreensão espacial, lhes proporcionasse autonomia ao deslocar e que permitisse também a aquisição de conceitos físicos-naturais a partir da exploração das sensações e experiências vivenciadas neste deslocamento, trilhamos um começo para os próximos passos sejam dados com maior firmeza e independência. Acredito assim colaborar para que o deficiente visual não seja mais visto como um ser incapaz de conquistar autonomia e de compreender que a Geografia que se faz presente em seu cotidiano.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Regina Araújo de. A cartografia tátil no ensino da Geografia: teoria e prática. In ALMEIDA, Rosângela Doin de (org.). **Cartografia Escolar**. São Paulo: Contexto, 2008.

BECKER, Fernando. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; COSTELLA, Roselane Zordan. **Brincar e Cartografar com os diferentes mundos geográficos: a alfabetização espacial**. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac P.; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais e orientação pedagógica**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FLESCH, Sueli. **A inclusão do portador de deficiência visual no sistema de ensino regular: desafios e perspectivas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

FERREIA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI Escolar: o mini dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GIL, Marta (org.). **Deficiência Visual** – Caderno da TV Escola. Brasília MEC: Secretaria de Educação a Distância, 2000.

LABTATE. Disponível em: [www.labtate.ufsc.br](http://www.labtate.ufsc.br). Acesso em: 15 dez 2009.

MASINI, Elcie F. Salzano (org.). **A pessoa com deficiência Visual: um livro para educadores**. São Paulo: Vetor, 2007.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NASSIF, Maria Christina Martins. Inclusão do aluno com deficiência visual na sala comum do ensino regular: A Fundação Dorina como parceira neste processo. In: MASINI, Elcie F. Salzano (org.) **A pessoa com deficiência visual**: um livro para educadores. São Paulo: Vetor, 2007.

PITTA, Isabel, DANESI, Marlene Canarim. **Retratando a Educação Especial em Porto Alegre**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

PROFETA, Mary da Silva. Inclusão do aluno com deficiência visual no ensino regular. In: MASINI, Elcie F. Salzano (org.) **A pessoa com deficiência visual**: um livro para educadores. São Paulo: Vetor, 2007.

ROCHA, Elisabete Souza da. **Deficiência visual** – um estudo de caso. 2006. 20 f. Monografia do Curso de Pedagogia Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Crianças, Jovens e Adultos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade de Tapes.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – técnicas e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hicitec, 1997.



## LUGAR DE FESTA E MEMÓRIA: ESPACIALIDADES DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO CENTRO HISTÓRICO DE PORANGATU

*Data de aceite:* 01/11/2021

*Data de submissão:* 13/09/2021

**Marcos Roberto Pereira Moura**

Universidade Estadual de Goiás/UnU  
Porangatu (docente) e Universidade de Brasília  
(doutorando do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia)  
Porangatu – Goiás  
<http://lattes.cnpq.br/6766958441661476>

Texto apresentado originalmente no IV Simpósio Nacional de Pequenas Cidades (SINAPEQ) no ano de 2016.

**RESUMO:** Dotado de identidade, o espaço configura-se em lugar de vida, de memória e identidade. Tudo isso deixa marcas no espaço, garantindo à sua apropriação mediante laços de pertencimento e afeição. O centro histórico de Porangatu é um lugar onde os moradores locais convivem cotidianamente com as memórias edificadas no espaço ou reafirmadas na lembrança. A vida cotidiana carregada de ações práticas e simbólicas é intercalada pelas festas, que são transgressões e ao mesmo tempo dramatizações da vida diária. Esse estudo tem como objetivo compreender a forma como se espacializam as manifestações culturais no Centro Histórico de Porangatu-GO, de modo a entender como as festas e as memórias são responsáveis pelo processo de construção da identidade da comunidade que ocupa esse lugar.

A busca de informações deu-se por meio de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. O estudo de campo utilizou-se de instrumentos de coleta como questionários semi-estruturados e roteiros de entrevista. As festas no centro histórico de Porangatu são importantes formas de aproximação do descortinar das memórias e tradições da cidade, assim como da comunidade que ocupa suas imediações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Centro histórico de Porangatu; festa; memórias; Arraiá do Descoberto; Festa da Boa Vizinhança.

### PLACE OF PARTY AND MEMORY: SPATIALITIES OF CULTURAL MANIFESTATIONS IN THE HISTORICAL CENTER OF PORANGATU

**ABSTRACT:** Endowed with identity, space configures itself as a place of life, memory and identity. All this leaves marks on the space, guaranteeing its appropriation through bonds of belonging and affection. The historic center of Porangatu is a place where local residents live daily with memories built in space or reaffirmed in memory. Everyday life loaded with practical and symbolic actions is interspersed with parties, which are transgressions and at the same time dramatizations of daily life. This study aims to understand how cultural manifestations are spatialized in the Historic Center of Porangatu-GO, in order to understand how festivals and memories are responsible for the process of building the identity of the community that occupies this place. The search for information took place through bibliographical, documental and field research. The field study used collection

instruments such as semi-structured questionnaires and interview scripts. The parties in the historic center of Porangatu are important ways of bringing together the memories and traditions of the city, as well as the community that occupies its surroundings.

**KEYWORDS:** Historic center of Porangatu; party; memoirs; Arraiá do Discovered; Good Neighbor Party.

## 1 | INTRODUÇÃO

A geografia tem se esforçado, principalmente a partir da década de 1980, por estabelecer a espacialidade de manifestações culturais. A expectativa por entender as formas como a cultura transforma o espaço e influencia as ações e simbolismos, tem levado a ciência geográfica a buscar amparo em outras ciências sociais, que tem avançado um pouco mais em relação aos elementos da cultura e sua interação com o indivíduo e a vida cotidiana. Pois como afirma Claval (1999, p. 65), “aquilo que as pessoas recebem do mundo que as circundam, ou aquilo que elas experimentam é limitado espacialmente e traz a marca de uma época”.

O espaço torna-se importante cenário, que não é estático, mas interage com as ações humanas. A vida cotidiana carregada de ações práticas e simbólicas é intercalada pelas festas, que são transgressões e ao mesmo tempo dramatizações da vida diária. Tudo isso deixa marcas nos espaços, garantindo à sua apropriação mediante laços de pertencimento e afeição. Dotado de identidade, o espaço configura-se em lugar. Lugar de vida, de memória e identidade. Como bem escreveu Carlos (1996, p. 16) “o lugar guarda em si, não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória [...]”.

O centro histórico de Porangatu é um lugar onde os moradores locais convivem cotidianamente com as memórias edificadas no espaço ou reafirmadas na lembrança. Ao mesmo tempo em que novas memórias são elaboradas a partir da vida diária. Essa pesquisa tem por objetivo compreender quais são os contornos espaciais tomados pelas manifestações culturais que dão sentido e identidade ao centro histórico da cidade de Porangatu. Também nos interessa descobrir, qual o papel desempenhado pela memória na construção sociocultural do lugar. Além de serem de extrema importância, a investigação de como as festas dão sentido e forma à ocupação deste lugar.

A fim de se elucidar a problemática em questão, a pesquisa será predominantemente qualitativa, de caráter exploratório. A busca de informações se dará por meio de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. O estudo de campo usará como instrumentos de coleta questionários semi-estruturados e roteiros de entrevista. O tratamento dos dados será efetuado por meio da análise de conteúdo.

## 21 TERRITÓRIOS CATÓLICOS QUE MARCAM AS FESTAS E A VIDA COTIDIANA

Com uma área territorial de 4.820,518 km<sup>2</sup> (1,42% da área total do estado de Goiás), o município de Porangatu conta em 2021 com uma população estimada em 45.866 habitantes, de acordo com dados do IBGE<sup>1</sup>. Uma pequena cidade do interior goiano a qual não se pode dizer que tenha surgido a partir das práticas católicas na localidade, contudo, pode-se perceber a forma como as territorialidades católicas têm participado do processo de urbanização da cidade. Bem como tem sido favorecido as relações sociais, por meio de missas, rezas e festas.

Por motivações da fé, monumentos e templos são erguidos em diferentes lugares e tempos, Porangatu não é diferente, sua paisagem foi inicialmente sendo delineada ao redor da praça da velha igreja matriz de Nossa Senhora da Piedade. Ao longo da história humana a paisagem foi sendo delineada pela devoção às divindades. As práticas religiosas continuam por demarcar territórios, no interior dos quais sentidos e simbolismo são disputados por diferentes escalas de poder. Nesse contexto, os geógrafos encontram possibilidades de investigação na medida em que a experiência da fé ao se espacializar constitui seus territórios religiosos<sup>2</sup>.

Os territórios religiosos da igreja católica foram constituídos em Porangatu a partir da ação, principalmente, dos franciscanos. Contudo, as primeiras ocupações na região se deram a partir das ações de padres da Companhia de Jesus. Os jesuítas ergueram em 1952 na fazenda Pindobeira uma colônia indígena, local onde catequizavam índios Avá-canoeiros, segundo dados do IBGE (1958). Esse núcleo de povoamento, que marca o surgimento da cidade, foi se constituindo ao redor da igreja, e hoje é um importante centro histórico a guardar as memórias locais.

Aproximando-se de completar 68 anos de emancipação política, em agosto de 2016, Porangatu é uma cidade de forte identidade católica. Apesar da inicial ação de evangelização dos jesuítas, os franciscanos<sup>3</sup> também tiveram participação decisiva na vida católica em Porangatu. A construção da igreja católica no núcleo inicial de povoamento, não apenas marcou a paisagem local, como também orientou festas e expressões culturais que permeiam as memórias da população porangatuense.

Gil Filho (2008), ao reforçar que a edificação de uma igreja congrega a materialidade do sagrado ao seu conteúdo, explana como sujeitos e lugares são apropriados pela igreja enquanto instituição na formação de territórios religiosos.

Tanto materialidade como conteúdo são amalgamados pelas relações de

1 Estimativas da população residente nos municípios brasileiros referentes ao ano de 2021. Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/porangatu.html>. Acesso em 2 de setembro de 2021.

2 O território religioso é um território delimitado por determinada religião institucional, que gerencia o exercício da fé em tal localidade, promovendo uma identidade religiosa (ROSENDAHL, 2012).

3 Os padres franciscanos dirigiram-se ao estado de Goiás por solicitação do então Arcebispo de Goiás, Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Ao ser ameaçado pela escassez de padres, o clérigo goiano enviou o pedido em 12 de setembro de 1943. No mesmo ano desembarcaram em Goiás 14 frades vindos de Nova York, nos Estados Unidos (REF, 2014).

poder e, nesse caso, a Igreja, como ser institucional, apropria-se tanto do lugar quanto de seus atores sociais. Em uma primeira instância, ela altera o lugar em território. Em segunda instância, submete os atores sociais à hierarquia de clero e leigos, com pertença religiosa definida (GIL FILHO, 2008, p. 120-121).

Após a saída dos jesuítas do município, as ações dos franciscanos tiveram grande importância na consolidação do catolicismo nesse local. A paisagem foi edificada por prédios católicos - Casa dos Padres e uma escola - e as ações religiosas e educacionais - como padres e gestores de um colégio - representaram grande contribuição para a delimitação de um território católico e a promoção das territorialidades da igreja romana em Porangatu. Castro (1998) descreve a importância das ações de ordens religiosas, como os franciscanos e jesuítas na expansão territorial do catolicismo em terras goianas.

Promovendo processos de territorialização, a religião marca os lugares de intensos simbolismos e representações. A partir daí ocorre um movimento dialético, em que a territorialidade promove uma identidade religiosa e uma identidade religiosa molda as configurações do território. De acordo com Gil Filho e Gil (2001, p. 48), “A identidade religiosa seria uma construção histórico-cultural socialmente reconhecível do sentimento de pertença religiosa”.

Comunidades que compartilham objetivos comuns estabelecem suas territorialidades configurando dimensões ao território. Sack (2013) reforça a dificuldade de se comparar os níveis de territorialidade encontrados em diferentes instituições e grupos humanos. No entanto, comunidades que compartilham uma crença religiosa estão entre aquelas que apresentam territorialidades em condições mais destacáveis. As crenças religiosas levam a constituição de festas em louvor às divindades. E como reforça Di Méo (2014, p. 229) “em suma, calma ou mais agitada, consensual ou contestatória, a festa participa sempre da unificação dos lugares e dos espaços que compõem seu território”.

A cidade de Porangatu, e mais precisamente o centro histórico dessa urbe, surgiram a partir do ciclo do ouro, mas é inevitável atentar para o fato de que os territórios católicos constituídos tiveram grande influência no processo de urbanização e socialização desse lugar. As festas dedicadas aos santos fortalecem a coesão do grupo além de afiançarem a permanência e a construção de memórias.

### **3 | O ARRAIÁ DO DESCOBERTO, FESTA (DA COMUNIDADE) E AS MEMÓRIAS DO LUGAR**

O Arraiá do Descoberto realizado todos os anos na cidade de Porangatu é considerado o maior e mais tradicional arraiá do norte goiano. No ano de 2015, o festejo chega a sua 36ª edição efetivando-se sempre na última sexta e sábado do mês de junho. Sempre no primeiro dia de festa, a partir das 15 horas, a “carroceata”, formada por várias carroças enfeitadas com temática caipira, convidam os moradores a participarem da festa. As carroças são acompanhadas por carro de som e muitos fogos. Participam do festejo

anualmente, cerca de 10 mil pessoas, segundo os organizadores.

Encerrando o ciclo anual de festas juninas na cidade de Porangatu, o Arraiá do Descoberto é organizado pela Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Porangatu, com o apoio de entidades de classe sem fins lucrativos, como, Lions, Rotary, Lojas Maçônicas, CERECA (Centro de Recuperação do Alcoólatra), entre outras. As entidades filantrópicas montam barracões com o objetivo de venderem bebidas e comidas típicas para arrecadarem dinheiro para suas ações sociais. O ingresso para entrada na festa dá-se na forma de doação de um quilo de alimento não perecível. Os alimentos arrecadados compõem cestas básicas a serem doadas a pessoas carentes da cidade.

A festa realiza-se todos os anos no centro histórico de Porangatu, local no qual surgiu a cidade e que ainda são preservadas algumas casas em estilo colonial, além de uma igreja que completa cerca de 200 anos desde a sua construção. O espaço específico de realização da festa é ao redor do Poço dos Milagres, antiga reserva de água porangatuense que os antigos moradores acreditavam ser milagrosa (fig.01).



Figura 01: O Poço dos Milagres, em torno do qual é realizado o Arraiá do Descoberto e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, local em que cujo entorno se realiza a festa, anteriormente.

Fonte: Marcos Roberto P. Moura, junho de 2015

Contudo, depois de anos de esquecimento, e até de desprezo, a partir da década de 1990, os olhares dos governantes locais e da comunidade voltam-se mais para o centro histórico de Porangatu, sua estrutura, sua memória e tradições. É interessante notar que a memória está “vulnerável a todos os usos e manipulações susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993, p. 9). Nesse sentido, a antiga Matriz, um dos símbolos da história porangatuense é restaurada. No Centro de Tradições, a edificação de outra conquista em favor da manutenção da identidade e memória local, construiu-se o Museu Ângelo Rosa de Moura. O Poço dos Milagres, outro elemento material de grande relevância para a memória porangatuense recebe nova pintura. Os eventos festivos como o tradicional Arraiá do Descoberto passam a receber maior apoio do governo municipal.

A lenda em torno do antigo poço diz que aquele que beber de sua água se encantará

pela cidade e dela nunca sairá. “É beber e ficar”, diz Dona Iodete, moradora local de 90 anos. Nesse espaço, foi construído entre 1989 e 1993, pelo então Prefeito de Porangatu, Jarbas Macedo Cunha, o chamado “redondel”, quadra em formato circular, com arquibancadas na qual acontecem as danças, como a quadrilha.

A festa em louvor aos santos juninos, iniciada no ano de 1980, foi criada como forma de devoção e diversão entre os moradores que viviam em torno da igreja Matriz Velha. A Manifestação festiva continua a ser realizada no centro histórico de Porangatu, contudo, esta foi deslocada de sua espacialidade original, em torno da igreja, para o entorno do Poço dos Milagres.

A primeira edição da festa, com poucos participantes, foi organizada em 1979, por Pedro Pereira Cunha, que marcava a quadrilha, animando os moradores do chamado “Largo do Descoberto”, segundo relatam os moradores. Auxiliado pela assistente social Fariza Nahas, Pedro Cunha, transformou a festa em um evento de maior abrangência, com o intuito não só de gerar diversão, mas também arrecadar dinheiro para manutenção de ações sociais em Porangatu. Também foi Fariza Nahas quem organizou inicialmente um grupo de idosos, na tentativa de promover a valorização desse grupo etário, que compunha a quadrilha mais aguardada nas noites do Arraiá do Descoberto.

Todos os anos também se apresenta a quadrilha das crianças e dos jovens, mas, sem dúvida, a mais esperada é a quadrilha dos idosos, sendo a última apresentação da noite (fig. 2). Um fato curioso nesta quadrilha é que sempre há mais participantes do sexo feminino no grupo senil, desse modo, alguns jovens sempre participam para comporem par com as idosas. Os idosos que participam da quadrilha, tradicionalmente, em sua maioria, são indivíduos ligados a programas do governo municipal de assistência ao idoso.



Figura 02: A tradicional Quadrilha dos Idosos é o evento mais esperado Arraiá do Descoberto.

Fonte: Marcos Roberto P. Moura, junho de 2015

Durante dois dias, a festa segue animada com a venda de bebidas e comidas típicas das barraquinhas. Os leilões de prendas como pernis assados de leitoas, carneiros e frangos, também auxiliam na arrecadação de dinheiro para obras de assistência social e chegam a valores consideráveis para um simples assado. As quadrilhas atraem o público para a quadra de apresentações, onde em seguida se dá início o forró. As bandas que se apresentam durante o arraíá, nos últimos anos, dão preferência a tocarem músicas mais recentes, diferente de alguns anos atrás, quando se valorizavam as músicas de forró mais tradicionais, o que agradava mais aos idosos, que dançavam por muitas horas.

O local de realização da festa também é o ponto mais frio dessa cidade de clima quente no norte goiano. Uma fogueira de dez metros, construída no espaço da festa, é também um grande atrativo no Arraíá do Descoberto. Di Méo (2014) destaca como a topografia e as características do espaço, evidenciados pela festa, tornam-se cena de um espetáculo festivo. A população de Porangatu, acostumada à elevadas temperaturas durante a maior parte do ano, aproveita a conjunção de uma época mais fria no ano com as condições topográficas do local da festa, para experimentar temperaturas mais baixas, que não podem ser sentidas em outros lugares da cidade. A temperatura relativamente fria a qual os porangatuenses experimentam durante o arraíá torna-se um dos atrativos a mais para os participantes da festa.



Figura 03: O espaço da festa do Arraíá do Descoberto é o centro histórico da cidade de Porangatu, delimitado por uma cerca de palhas.

Fonte: Marcos Roberto P. Moura, junho de 2015

O Arraíá do Descoberto, como festa que depende da efetiva participação da Prefeitura Municipal de Porangatu, principalmente da Secretaria de Assistência Social do

município, sofre algumas alterações a cada mandato de um prefeito, sendo que alguns elementos da festa são eliminados ou incrementados em favor da administração municipal. Em alguns anos da festa, por exemplo, não ocorreu o desfile de carroças. Ao passo que, determinado prefeito quis aumentar os dias de festa, de duas para três noites de festejos, iniciativa que não foi muito satisfatória, não se repetindo nos anos seguintes. Contudo, a festa ainda guarda grande parte de seus elementos tradicionais, ocupando importante parte do calendário municipal, sendo aguardada por porangatuenses e alguns moradores das cidades vizinhas que visitam Porangatu.

#### **4 | A COMUNIDADE QUER DE VOLTA SUA IDENTIDADE E SUA FESTA**

Os moradores da chamada “Praça Velha” orgulham-se de viver no local onde surgiu a cidade de Porangatu. Esse Ambiente guarda memórias e tradições que ainda persistem nessa parte da cidade. Bem como se orgulham de terem criado a festa mais tradicional da cidade, o Arraiá do Descoberto. O local em que vivem foi tombado pela Lei Municipal 590/84 que “Declara patrimônio histórico do município de Porangatu a Cidade Velha ou Descoberto (PORANGATU, 1984, s/p.)”. Contudo, esse valioso patrimônio material sofre com o descaso do governo municipal, o que acontece é que algumas casas que compunham a imagem do lugar já desabaram. Cada edificação que cai leva consigo parte das memórias impressas na paisagem.

Halbwachs (2003, p. 137) escreveu a respeito da experiência daqueles que tem suas memórias associadas a edificações erguidas na paisagem e deparam-se com a demolição desses prédios:

é inevitável que as transformações de uma cidade e a simples demolição de uma casa incomodem [...] para quem esses velhos muros, essas casas decrépitas, essas passagens escuras e essas ruas sem saída, faziam parte de seu pequeno universo, e cujas lembranças se ligam a essas imagens, agora apagada para sempre[...].

Fazem parte da centralidade espacial do centro histórico a antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, que conta séculos desde sua fundação. Do conjunto espacial da velha matriz também faz parte o coreto, onde há muito já se silenciaram os grupos de corais. Nessa parte da cidade, a oeste, direção oposta ao sol nascente e a BR-153, a expansão urbana estagnou-se. A construção da BR-153 tirou o município de um longo período de estagnação pós-aurífero e ditou os rumos da urbanização porangatuense (IBGE, 1958). O centro da cidade deslocou-se para o leste assim como as novas edificações se fizeram nessa direção.

O cemitério municipal de Porangatu, o território dos mortos<sup>4</sup>, participando das imediações do centro histórico, marca o limite urbano a oeste. Os que ali estão enterrados,

<sup>4</sup> Levar os cemitérios para as extremidades da área urbana, ou mesmo além dela, faz parte, de fato, de uma orientação doutrinária do pensamento médico higienista no ordenamento do espaço urbano, mas envolve igualmente um momento de mudança de pensamento em que se declara que os mortos não participam do mundo dos vivos (COSTA, 2003).



fadados ao esquecimento, habitam a porção esquecida da cidade que não vislumbra possibilidade de expansão. O Lar dos Idosos<sup>5</sup>, também há pouco, localizava-se nessas imediações, ao lado do cemitério. O fato é que, o chamado Descoberto da Piedade representa no imaginário da população porangatuense um lugar de velhos e de mortos.

A maioria dos idosos que vive no entorno da velha igreja matriz não participa mais do Arraiá do Descoberto, apenas lembra com nostalgia de outrora, quando brincavam e dançavam a festa em seu “terreiro da frente”. O festejo que localizado frente à igreja recebia as bênçãos dos santos, “desceu lá pra baixo”, onde extinta as rezas iniciais, entregou-se totalmente aos aspectos profanos, como sugerem os moradores.

À medida que a prefeitura local assumia toda a organização da festa e mudava o lugar desta (ainda que continue dentro dos limites do centro histórico), a população local perdia o sentimento de afeição pela festa que criaram há décadas atrás. Halbwachs (2003, p. 86) escreveu que “toda a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo”. A comunidade local ao ver que sua festa era transferida para outro espaço sentia suas memórias e sua identidade se dissociarem da festa. Era preciso criar uma nova festa que representasse a identidade dos moradores. Foi então que, no ano de 1997, Corina Fagundes Furtado de Oliveira, moradora do entorno da velha igreja matriz decidiu, com a ajuda da família e vizinhos, criar a Festa da Boa Vizinhança. A nova festa do centro histórico, marcada sempre no mês de junho, a celebrar os santos desse mês, surgira com a proposta de resgatar as características originais da festa perdida.

Nesse contexto, contribui a visão de Bezerra (2008), ao asseverar que

as festas, contudo, não têm sido utilizadas somente para afirmar a coesão dos habitantes nas cidades e, portanto, das relações hegemônicas, mas também foram e são utilizadas para construir uma unidade e (re) significar a identidade de grupos subalternizados historicamente.

A Festa da Boa Vizinhança possui um rígido código de conduta para a realização da mesma, que foi redigido e aperfeiçoado no decorrer dos anos pelos seus organizadores. Uma importante regra versa a respeito da espacialidade da festa: em hipótese alguma, esta poderá ser deslocada para outro lugar que não seja no entorno da igreja velha matriz, reforça Corina (Entrevista, 2016). A comunidade teme que aconteça o mesmo que aconteceu com o Arraiá do Descoberto, conduzido de sua localidade inicial, acusa-se da perda de suas características originais.

A cada ano é sorteado um novo casal festeiro para organizar a Festa da Boa Vizinhança, e necessariamente não precisam ser moradores da chamada praça velha, exige-se apenas que tenham participado de pelo menos dois anos da festa. Contudo, se o casal sorteado a dar continuidade à festa não residir no entorno da igreja, deverá pedir

---

5 O Lar dos Idosos é uma instituição mantida pelo governo municipal que abriga indivíduos da terceira idade que sem condições de cuidarem de si também não possuem parentes que possam ampará-los. Devido às críticas quanto a fato dos idosos serem abrigados ao lado cemitério e aos simbolismos que isso concerne, estes foram transferidos para outro prédio, na rua do Hospital Municipal de Porangatu.

autorização a algum dos moradores para que o festejo seja realizado na frente de sua casa. Na imagem a seguir (fig.03) tem-se a primeira festeira, idealizadora da primeira edição da festa, em 1997 e a última festeira, responsável pelos preparativos em 2016. Mas, o casal festeiro além de contar com a participação da comunidade local, ainda tem o auxílio de Corina e sua família.



Figura 04: À esquerda, Maria Aparecida Gomes Martins (festeira do ano de 2016) e à direita, Corina Fagundes Furtado de Oliveira (criadora da Festa da Boa Vizinhança).

Fonte: Marcelo Pereira de Oliveira, 2016 <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1195181597181976&set=a.1195175727182563.1073742045.100000704421150&type=3&theater>. Acesso em junho de 2016.

Em relação a comidas e bebidas, durante a Festa da Boa Vizinhança, não é admitido que estas sejam vendidas. Tudo o que é consumido pelos participantes da festa é fruto de doação dos próprios moradores da comunidade. Cada família traz pratos típicos do mês junino que, dispostos na mesa, formam um banquete, a ser ofertado gratuitamente. Há sempre aqueles que participam da festividade pela primeira vez, e muitos não contribuem com a comida, mas todos são convidados a compartilharem do alimento, sem qualquer distinção. O consumo de bebidas alcoólicas é proibido nesse festejo.



Fonte: Marcelo Pereira de Oliveira, 2016.

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=119>

5178037182332&set=a.1195175727182563.1073742045.100000704421150&type=3&theater  
e <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1195178063848996&set=a.1195175727182563.1073742045.100000704421150&type=3&theater>. Acessos em junho de 2016.

Outra regra a ser seguida, relaciona-se a participação de políticos na festa. É proibida a utilização desse espaço festivo para o discurso de agentes do governo municipal ou estadual. Bem como também são vedadas as alocações de candidatos a cargos políticos que queiram promover sua imagem durante o festejo. São regras que na visão dos moradores da comunidade garantem que a festa continue no mesmo lugar e com as mesmas características, desde quando foi inventada.

Diferente do Arraiá do Descoberto, a Festa da Boa Vizinhança ainda mantém seu caráter religioso, antes da comida, da música e da dança, há a reza do terço em louvor aos santos homenageados no mês de junho. Encerrada a obrigação devocional, a comida é servida, dando-se início logo em seguida à quadrilha improvisada. Existe uma notória tentativa dos organizadores em resguardar o aspecto comunitário, que se vislumbra com a partilha dos alimentos, assim como o momento religioso do festejo, que se efetiva com a reza do terço.

Sem comprometimento com qualquer forma de lucro ou espetacularização que promova o marketing político de qualquer governo, não é feita propaganda da festa. Ainda assim, o número de participantes da Festa da Boa Vizinhança tem aumentado a cada ano, por intermédio do convite daqueles que já conhecem a festividade.

As festas realizadas no centro histórico de Porangatu guardam as memórias daqueles que aqui nasceram ou daqueles que aqui terminaram de se criar. As raízes sertanejas dos moradores são reveladas nos regozijos da festa. A religiosidade católica é expressa pelas atitudes de fé que ladeiam os momentos de euforia nesse território católico. O que essa comunidade busca são festas que, longe de espetáculos festivos, possam refletir a vida simples de seus moradores, seu modo de ser, suas formas de enxergar a vida.

Os indivíduos constroem sua identidade a partir dos lugares em que vivem e da mesma forma dão identidade ao lugar que apropriam, assim, os moradores do centro histórico constroem seu cotidiano e suas festas. Enquanto os espaços representam estranhamento e indiferença, “os lugares, o aconchego, o trabalho, as festas, os atritos e as recordações” (MELLO, p. 08, 2011).

Se a construção da memória ocorre sobre determinado espaço, uma festa somente se torna como tal quando se apropria dos lugares. A partir de Ferreira (2003, p. 05) pode-se dizer que “a essência festiva se define, deste modo, a partir da interpenetração do evento sociocultural com os lugares que lhe dão espaço”. E se a memória é constituída pelas ações do cotidiano, a festa – que para alguns autores é considerada a transgressão e para outros a representação das configurações habituais – torna-se importante elemento constituinte na elaboração da memória coletiva. As pessoas esforçam-se para garantir que as festas sejam coloridas e esperam que as festas possam dar um colorido a mais em suas vidas.

## 5 | CONCLUSÃO

O centro histórico de Porangatu guarda importantes memórias e tradições que ajudam a contar a história do surgimento da cidade. O patrimônio material do lugar, associado às histórias, lendas e festas da comunidade denotam a riqueza deste ambiente. A vida cotidiana, as festas e representações destes cidadãos são marcadamente influenciados pela fé católica, que estabeleceu importantes territórios religiosos nestas paragens.

O tradicional Arraiá do Descoberto, uma das principais festas da cidade, guarda em sua memória importante registro da história local. É uma festa que atua como um registro da ordem hegemônica e da profunda ligação da comunidade com as práticas do catolicismo, de grande representatividade no lugar. Contudo, a população local reclama o fato de que a festa não apenas foi transferida de seu ambiente original, como tem perdido importantes elementos de sua identidade.

A Festa da Boa Vizinhança representa o desejo de recriar uma festa junina que possa refletir a identidade de seus moradores, em que estejam presentes os sentimentos fraternos de uma comunidade e a expressão de sua religiosidade. Os moradores, localizados no entorno da igreja sentem-se como se tivessem perdido sua festa, o Arraiá do Descoberto, e então, criaram mecanismos para evitar que influências externas possam descaracterizar a nova festa.

O estudo das relações dos indivíduos com seu espaço, operacionalizado por meio da análise da festa, é uma prática bastante promissora à ciência, erroneamente acostumada aos seus ultrapassados métodos positivistas. Inquirir a respeito das memórias, relacionando-as às espacialidades, também nos faz compreender novas dimensões da apropriação espacial. Já que as memórias participam da composição das formas espaciais,

ao mesmo tempo em que, dialeticamente, o espaço atua na formação da memória.

## REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Amélia Cristina Alves. Festa e cidade: entrelaçamentos e proximidades. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 23, P. 7-18, jan./jun. 2008.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTRO, José Luiz de. **A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás (1726-1824)**. 1998, 236 p. (Dissertação) Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/CASTRO\\_\\_Jos\\_\\_Luiz\\_de\\_.1998.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/CASTRO__Jos__Luiz_de_.1998.pdf). Acessado em: 20 de abril de 2014.
- CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural: o estado da arte**. In: Corrêa, R. L. & Rosendahl, Z. (orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 59-97.
- COSTA, Maria Clélia Lustosa. Os cemitérios e a espacialização da morte. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTI, A. J. P. (Orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 237-260.
- DI MÉO, G. Lá géographie en fêtes. Tradução de Elisa Barbara Vieira D'Abadia. **Revista Plurais Virtual**, v. 2, n. 1, p. 213-238, 2014.
- FERREIRA, Luiz. Felipe. O lugar festivo: a festa como essência espaço-temporal do lugar. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 7-21, jan./jun. 2003.
- GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Espaço sagrado: estudos em geografia da religião**. Curitiba: Ibpeex, 2008.
- GIL FILHO, Sylvio Fausto; GIL, Ana H. Corrêa. Identidade religiosa e Territorialidade do sagrado: notas para uma teoria do fato religioso. In: ROSENDAHL, Z e CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 39-55.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. 36º v. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.
- MELLO, João Baptista Ferreira de. A humanística perspectiva do espaço e do lugar. **Revista ACTA Geográfica**, ano V, N°9, jan./jun. de 2011. p.07-14.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.
- PORANGATU. **Lei 590/84, de 18 de abril de 1984**. (s/p).
- REF, Rede Educacional Franciscana. Disponível em: <http://www.refeduc.com.br/institucional/index.vm>. Acesso em: 17 de dezembro de 2014.

ROSENDAHL, Zeny. **Primeiro a obrigação, depois a devoção**: estratégias espaciais da igreja católica no Brasil de 1500 a 2005. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. 2. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2013, p. 63-90.

## PERFIL SÓCIO ESPACIAL DO IMIGRANTE ITALIANO EM CAMPOS NO PERÍODO DA GRANDE EMIGRAÇÃO ITALIANA

*Data de aceite: 01/11/2021*

**Elaine Guimarães Godinho**

ID lattes: 8967178397937086  
orcid.org/0000-0001-6604-0185

**RESUMO:** O presente artigo discorre acerca da distribuição sócio espacial do imigrante italiano no espaço urbano de Campos dos Goytacazes, RJ, durante o período da Grande imigração italiana para o Brasil. Este trabalho aborda a participação laboral deste estrangeiro na cidade de 1870 a 1940. Para análise de atuação e participação econômica desses migrantes foram utilizadas como fontes de pesquisa propagandas e relatos encontrados nos jornais do período, O Monitor Campista e Folha do Comércio de Campos. Já os conceitos da Geografia Cultural aplicados são de autoria de Manuel Castells e Milton Santos. A historiografia citada teve como base as pesquisas dos autores italianos Angelo Trento, Emilio Fanzina, Franco Cenni, Vitorio Cappelli e das brasileiras Heloísa Manhães Alves e Teresa Peixoto Faria.

**PALAVRAS-CHAVE:** Italiano. sócio espacial. Campos dos Goytacazes. comércio. urbano.

### SOCIO-SPATIAL PROFILE OF THE ITALIAN IMMIGRANT IN CAMPOS DURING THE GREAT ITALIAN EMIGRATION PERIOD

**ABSTRACT:** This article discusses the socio-spatial distribution of the italian immigrant in

the urban space of Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, during the period of the Great Italian immigration to Brazil. This work addresses the labor participation of this foreigner in the city from 1870 to 1940. To analyze the performance and economic participation of these migrants, advertisements and reports found in newspapers of the period, O Monitor Campista and Folha do Comércio de Campos were used as research sources. The concepts of Cultural Geography are authored by Manuel Castells and Milton Santos. The historiography cited was based on research by Italian authors Angelo Trento, Emilio Fanzina, Franco Cenni, Vitorio Cappelli and by brazilian authors Heloísa Manhães Alves and Teresa Peixoto Faria. **KEYWORDS:** Italian. socio-spatial. Campos dos Goytacazes. business. urban.

### INTRODUÇÃO

O presente estudo é parte integrante da Dissertação de Mestrado sobre “A italianidade no espaço urbano de Campos dos Goytacazes de 1872 a 1948”, pesquisa pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do Prof. Dr. Edimilson Mota. O objetivo foi apresentar a presença e a participação do imigrante italiano no espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, situada no estado do Rio de Janeiro, através de atividades comerciais e laborais exercidas pelos mesmos. Neste trabalho, o recorte temporal é de 1870 a 1940.

O município de Campos dos Goytacazes, localizado na Região Norte-Fluminense (figura 1) é o maior em extensão territorial fora da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, com 4.032 km<sup>2</sup>, e hoje conta com uma população estimada em 507.548 pessoas, das quais cerca de 90% está concentrada na área urbana e 10% na área rural, de acordo com o IBGE (2019).

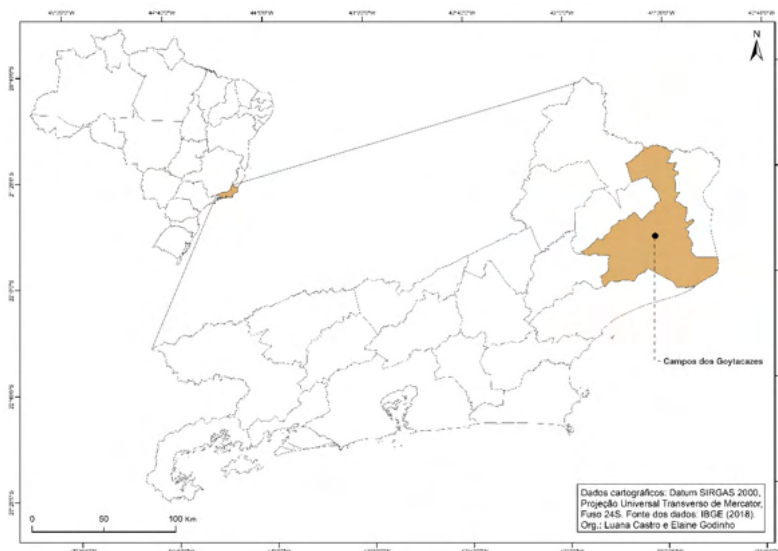


Figura 1 - Posição Geográfica de Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro

Fonte: CASTRO, L. e GODINHO, E. Posição Geográfica de Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro. Petrópolis-RJ: Acervo Pessoal, 2021.

O trabalho está subdividido da seguinte forma: num primeiro momento uma breve introdução acerca da imigração italiana para Campos dos Goytacazes. Num segundo momento discorrerá sobre a atuação das atividades comerciantes de italianos, que se dividiam entre o rural e o urbano, cabendo atividades rurais àqueles que não possuíam muita instrução, trabalhavam no plantio, colheita e venda de produtos agrícolas; e atividades urbanas aos de maior instrução formal, ou seja, aqueles que detinham técnicas ou pequenos capitais para investimentos comerciais, e ocuparam as seguintes posições no comércio: joalheria, alfaiataria, funilaria, fábrica de massas e de bebidas, padaria, comércio de secos e molhados, armarinhos, gráfica, livraria e papelaria. Os que tinham algum grau de instrução, mas que não pertenciam ao último caso, prestavam serviços autônomos: sapateiros, jornalheiros, mascates. Por fim, apresentaremos as considerações finais.

## DE NÁPOLES À ATRAÇÃO DA CAMPOS DOS GOYTACAZES

Dos portos de Gênova e Nápoles (figura 2), saíram a maioria dos imigrantes



italianos que vieram para o Brasil. Trento (1989, p.39) elaborou uma estimativa do número de emigrados italianos no intervalo de 1878 a 1902, conforme a procedência regional, dividindo-a em Itália do Norte, Central, do Sul e Ilhas da Itália. Nesta estimativa, 936.976 italianos emigraram para o Brasil oficialmente. De acordo com este autor,

Entre 1878 e 1886 emigraram apenas vênnetos e lombardos (especialmente para as áreas de colonização sul) e meridionais (dirigidos em parte para as fazendas, mas sobretudo para os centros urbanos). Já entre 1887 e 1895, tem-se uma nítida maioria de setentrionais, cuja parábola segue de perto a evolução dos preços do café, enquanto o grosso da emigração meridional começará depois de 1893-1895 e tornar-se-á majoritário a partir de 1898. Isso se verifica, na minha opinião, por duas ordens de motivos: os setentrionais, em particular os vênnetos, permaneciam em grande parte ligados ao setor produtivo a que pertenciam na pátria, isto é, a agricultura, enquanto os meridionais iam, sim, trabalhar nos campos, mas em medida menos maciça, encontrando afazeres também no artesanato, no comércio e nos trabalhos marginais urbanos. (TRENTO, 1989, p.40)

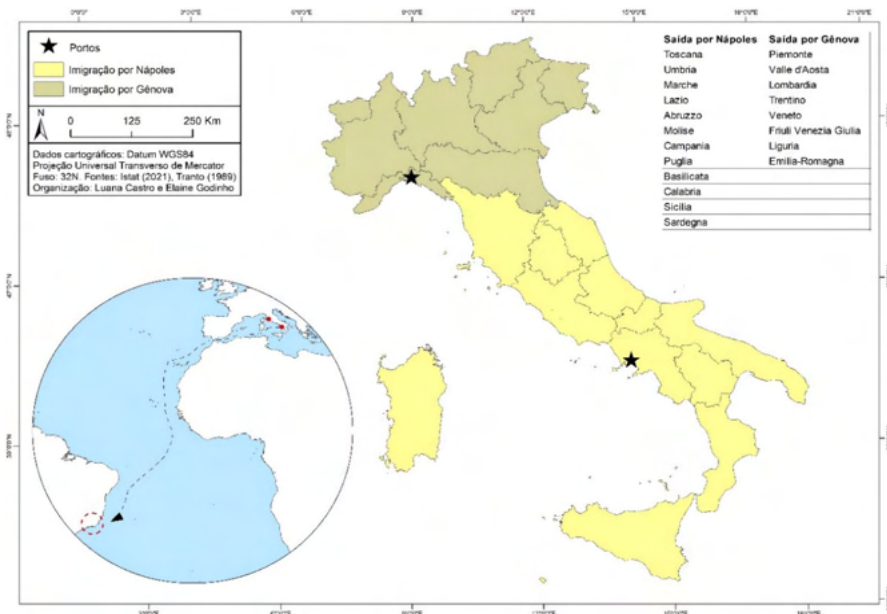


Figura 2 - Imigrantes por regiões: Portos de Gênova e Nápoles

Fonte: CASTRO, L. e GODINHO, E. Saída de imigrantes por regiões: Portos de Gênova e Nápoles. Petrópolis-RJ: Acervo Pessoal, 2021.

O porto de Gênova foi o responsável pela maior parte do êxodo da Itália do Norte (Piemonte e Vale de Aosta, Ligúria, Lombardia, Vêneto e Friuli, Emilia-Romana) em verde. O porto de Nápoles, pelos êxodos das regiões central (Toscana, Marcas, Úmbria e Lácio), sul e ilhas (Abruzos e Molise, Campânia, Apúlia, Basilicata, Calábria, Sicília, Sardenha),

em amarelo.

Consultas às listas de vapores disponíveis nos arquivos digitais do acervo do Arquivo Nacional demonstraram que a maior parte dos registros de embarque de imigrantes italianos com destino ao RJ que se fixaram em Campos dos Goytacazes, indicam que embarcaram no porto de Nápoles; portanto, sendo originários majoritariamente das regiões centrais-sul e ilhas do sul. E, de acordo com Treccani<sup>1</sup>, a repulsão migratória dos que procediam com embarque nessa região se explica porque, “as áreas italianas mais afetadas pela emigração eram as do Sul continental (em particular Campânia e Calábria), da Sicília, Veneto e Friuli”, cuja maior parte da mão de obra genérica se dirigiu para outros países europeus, Américas e Austrália, onde havia emprego predominante na indústria metalúrgica, construção, transporte e hotelaria.

Este fato explica o motivo de em Campos aparecerem dois funileiros italianos, dois italianos construtores do ramo de arquitetura e engenharia, a circulação de muitos operários pela cidade durante a década da construção da estrada de Ferro do Carangola, o maquinista do bonde ser italiano e um hotel registrado por italiano à Rua Beira Rio.

## **A INTEGRAÇÃO DO IMIGRANTE À TERRA GOYTACÁ**

Ao abordar o simbólico urbano, Castells (2020, p.307), afirma que “o espaço está carregado de sentido”; o autor discorre sobre a tendência em se desenvolver uma análise semiológica do espaço urbano, no qual este, seria o significante do significado estrutural-social, possuidor de uma organização própria. Quanto à estrutura social de Campos no período de 1890 a 1930, de acordo com Alves (2009, p.78), a cidade passava por um intenso período de reformas urbanas, as quais foram demolidos velhos casarões, construídos novos edifícios, alargadas e pavimentadas ruas, por intermédio da Associação Comercial, que objetivava a imposição de normas e valores adequados aos interesses capitalistas do período e, à luz da tese de Castells, esta sua “organização própria”.

Nessa organização, a prática de imposição de normas e valores para aplicação do Código de Posturas Municipais exemplifica como é possível proceder no âmbito da semiologia para analisar o urbano campista do período. Para Castells (2020, p.307), uma análise semiológica do urbano é possível à medida que reduzimos a ação social a uma linguagem e as relações sociais a sistemas de comunicação; e, este deslocamento ideológico consiste em descobrir traços da prática social a partir dos efeitos da organização espacial, nas palavras do próprio autor: “como se a organização social fosse um código, e a estrutura urbana, um conjunto de mitos”.

Assim, é possível reconstruir uma imagem urbana a partir das práticas sociais descritas na linguagem. Por exemplo, de acordo com Alves (2009, p.78-79), a Associação Comercial congregava o poder público para aplicação do Código de Posturas Municipais aos

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.treccani.it/enciclopedia/ricerca/emigrazione-italiana-secolo-XIX/>. Acesso em 09/07/2021.

quitandeiros e comerciantes ambulantes, que não pagavam os devidos impostos e que, aos poucos, iam tomando conta de becos e ruelas próximas ao centro do comércio. Os populares eram associados a mau cheiro, sujeira, alaridos e palavões, impossibilitando que os mais abastados, que residiam no centro da cidade, usufruíssem da tranquilidade e do bom gosto. A Associação Comercial reclamava, ainda, a atenção das autoridades para o grande número de mascates a perambular continuamente pelas ruas. As atividades desses ambulantes prejudicavam os lucros do comércio.

As atividades de comerciantes italianos permeavam-se entre o rural e o urbano. Cabia atividades rurais àqueles que não possuíam muita instrução, e o urbano aos de maior instrução formal, ou seja, aos que detinham técnicas ou pequenos capitais para investimentos comerciais. Os que tinham algum grau de instrução, mas que não pertenciam ao último caso, restava serviços autônomos e eram chamados populares. Quanto aos “populares” italianos em Campos durante as décadas de 1870 até o final de 1890, há alguns registros: de três sapateiros, três jornalheiros e um mascate<sup>2</sup>, relatando suas práticas sociais.

As práticas sociais para Corrêa (2000, p.37), “resultam, dos diversos projetos também derivados de cada tipo de sociedade, que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica. Neste período, práticas sociais revelavam as forças atrativas da cidade, que giravam principalmente em torno do comércio. A rua Beira Rio (antiga Rua D. Pedro, hoje Avenida XV de Novembro) concentrava um número considerável de estabelecimentos de propriedade de estrangeiros italianos. Sua posição estratégica para operação da carga e descarga do tráfego de mercadorias, sobretudo as mais pesadas, como por exemplo o Ferro - matéria prima para as funilarias dos italianos Encrennaz<sup>3</sup>, Balbi<sup>4</sup>, e Fabbì, aponta que na disposição dessas unidades havia uma modulação espacial lógica para urbano da época. Não apenas cargas desta natureza, mas também outros insumos e escoamento, como da produção da fábrica de cerveja<sup>5</sup> de Rinaldi (exportador para todo o estado e regiões vizinhas), para Hospedaria dos imigrantes italianos, entre outros.

Castells (2020, p.309) afirma que “da mesma forma que existe uma eficácia própria do econômico, ou do político-institucional através de sua modulação espacial e seu lugar nas “unidades urbanas, existe uma certa especificidade da instância ideológica ao nível do

2 Brum Mulinar, (Monitor Campista, ed.00072, de 1880, p.), Gabriel Guida (idem, ed.00024, de 1884, p.2) e Francisco Caraciolo (idem, ed.00169 de 1891, p.1), este, morador da Freguesia de S. Gonçalo e o mascate Villa Nova (idem, ed.00219 de 1879).

3 O nome de Maurício Encrennaz foi apenas citado por Sousa (2014 [1935]) à página 144, mas não há nenhuma referência sobre sua atuação no comércio, na engenharia nem mesmo nas relações pessoais. Mas através dos anúncios publicados por Balbi e Mercadante sabemos que ele era querido e despertava confiança nos amigos.

4 Francisco Antônio Balbi, funileiro, comerciante, casado com Maria Tampasque, teve três filhos, cujos batizados e registros encontram-se respectivamente nas edições 00291, p.2 de 30 de dezembro de 1877; edição 00059 de 1880 à p.2 e edição 00195, p.de 1882. Viveu em Campos e de acordo com as publicações em que aparecem seu nome, estava sempre viajando para o Rio de Janeiro e para Macaé.

5 Desde o final de 1882, Rinaldi adquiriu a fábrica de cerveja Coroa, na qual obteve sucesso nas vendas por alguns anos, como é possível deduzir pela quantidade e continuidade das propagandas nos jornais. Situava à Beira Rio nº125, e fornecia mercadoria tanto para o comércio local, como para cidades e regiões vizinhas.

espaço urbano.” Assim, a concentração do comércio na área central de Campos em fins do século XIX e início do XX, próximo ao cais da Lapa, à Rua Beira Rio, revelava a busca por uma logística econômica ligada aos moldes que o sistema capitalista impunha: agilidade na circulação de insumos e mercadorias, mobilidade urbana facilitadora ao transporte marítimo-fluvial. De acordo com Faria (2008),

Entre 1870 e 1890 o movimento do porto de São João da Barra se intensificou. Em 1876 foram criadas a Cia de navegação São João da Barra-Campos e uma linha marítima a vapor entre o porto de Imbetiba, em Macaé, e Rio de Janeiro era concluída. Graças a esta nova via de acesso, o tráfico de mercadorias, a circulação de indivíduos e de informação e, conseqüentemente, a entrada das últimas novidades do mundo europeu foi facilitada. O comércio era, então, favorecido: nos jornais locais, aumentaram os anúncios de chegada de novas mercadorias assim como o número de lojas de artigos importados. Todo esse movimento de entrada e saída de mercadorias fez com que a Rua Beira Rio (depois da República nomeada Avenida XV de Novembro) se transformasse no lugar mais animado da cidade. Aliás, ela era a porta de entrada da cidade de modo que não era surpreendente ver projetos de urbanização visando embelezá-la e alargá-la para permitir uma circulação mais fácil. (FARIA, 2008, p.4).

O banco de registro de imigrantes do Arquivo Nacional revela que a maioria dos italianos, do final do século XIX, que tiveram registros de entrada no Porto do Rio de Janeiro se declararam agricultores, lavradores, camponeses e jornaleiros, fato que vai ao encontro das pesquisas sobre Grande Emigração italiana. Destes, os que se radicaram em Campos, em grande maioria pertenciam às regiões da Calábria e da Campânia, ao sul da Itália, De acordo com Cappelli, Masi & Sergi,

O setor econômico que impulsionava a Calábria, assim como a província de Cosenza no século XIX era a agricultura. A economia era concentrada e setorial, e nesta região, nem mesmo os bens eclesiásticos e estatais do período napoleônico favoreciam a pequenos produtores, como aconteceu em outras partes da Itália. Assim, a maior parte da população regional pertencia à classe de trabalhadores braçais, agricultores que nada tinham, eram “diaristas”, frequentemente desempregados, que trabalhavam para pequenos proprietários. (CAPPELLI, MASI, & SERGI, 2013, p.189 - tradução nossa).<sup>6</sup>

Exatamente como a pesquisa acima apontou, a maior parte de nomes italianos que aparecem no Jornal Monitor Campista neste período eram de homens, trabalhadores braçais, como foi referenciado. Porém, muitos demonstraram-se empreendedores através de suas técnicas.

As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade

---

6 Come per la Calabria, anche per la provincia di Cosenza, il settore economico trainante del XIX secolo era l'agricoltura. (...) L'economia del territorio era concentrata e settoriale e neanche le alienazioni dei beni demaniali ed ecclesiastici del periodo napoleonico, così come accadde un po' in tutta Italia, favorirono la piccola proprietà, anzi consolidarono, ancora di più, i grandi proprietari. La maggior parte della popolazione apparteneva alla classe dei braccianti, dei nullatenenti e di piccoli fittavoli che lavoravano a giornate o a cottimo; il lavoro bracciantile, legato ciclicamente alla disoccupazione, era congenito alle strutture economico-sociali e organizzative del lavoro e del territorio;

sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizadas. É por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo. (SANTOS, 2006, p.32).

Quanto à empirização do tempo, a historiografia campista do final do século XIX e início do XX nos oferece muitos subsídios sobre as técnicas utilizadas, e a atuação italiana momento em que foi fundamental tanto para Campos quanto para a Itália, que vivia o momento da Repatriação de bens monetários. Quanto à qualificação precisa da materialidade sobre a qual a sociedade trabalhava, os italianos em Campos destacavam-se com técnicas apreendidas na Itália, como as de joalheria, sapataria, funilaria, fabricação de massas e bebidas, alfaiataria, entre outras.

O joalheiro Dattoli<sup>7</sup>, a exemplo, que viveu por quase uma década em Campos, atuava não apenas nas importações e vendas, mas também nos consertos das peças, tendo em vista os termos escritos no anúncio a seguir, “conserta-se caixa de música, faz-se todos os consertos concernentes a relojoaria, faz-se e coloca-se qualquer peça com perfeição afiançado, pratea-se e doura-se com capricho e modicidade de preços”, como pode ser visto na figura 3, abaixo.



Figura 3 - Propaganda da relojoaria de Dattoli

Fonte: Monitor Campista, edição 00100 de 4-05-1881 p.4

Foram as técnicas que promoveram italianos como Dattoli a atuarem no comércio de Campos, visto que havia demanda para seus serviços, neste caso, uma elite que consumia joias. Para Santos (2006, p.28), “a técnica nos ajuda a historicizar, isto é, a considerar

<sup>7</sup> Felicio Antonio Dattoli, relojoeiro italiano, atuou como conselheiro político em Campos, regressou à Itália em 1885.

o espaço como fenômeno histórico a geografizar, isto é, a produzir uma geografia como ciência histórica”. Assim, chegar a Campos imbuído de técnicas joalheiristas era sinônimo de acolhimento por uma elite dominante e abastada, além de retorno econômico garantido.

A expansão econômica requeria também técnicas de maquinarias, portanto, os produtos de funilarias possuíam grande demandas em aparatos de engenhocas, na construção civil, em objetos e utensílios para o dia a dia etc. Os serviços de funilaria apontados no período pelo jornal Monitor Campista eram prestados pelos italianos Encrenaz e Balbi. Conforme os georreferenciamentos de nº 3 e nº 8 da carta urbana, situavam-se as respectivas funilarias, em locais estratégicos na cidade para carga e descarga.

As novas configurações que surgiram em decorrência do crescimento econômico de Campos dos Goytacazes, demandaram mudanças nos serviços e novas técnicas. De acordo com Alves (2009),

o sistema produtivo açucareiro sofria mudanças. Velhos engenhos e engenhocas são demolidos com a instalação dos engenhos a vapor. Estes, gradativamente, serão substituídos pelos engenhos centrais e usinas o que possibilitou a instalação de ferrovias, que se tornaram desbravadoras de vastas regiões do interior. Assim, as vias de escoamento se multiplicaram, ampliando consideravelmente as possibilidades de desenvolvimento da produção local de açúcar, aguardente, café, alimentos e outros. O traçado das ferrovias abria caminhos para o transporte de gêneros agrícolas e de passageiros, dando maiores condições à exploração comercial e de práticas financeiras. (ALVES, 2009, p.36-37).

Dessa forma, é possível inferir que não raramente eram estrangeiros os portadores deste conhecimento, tendo em vista o processo de industrialização tardio do Brasil. Isso tornava Campos um polo atrativo a imigrantes com estas instruções. A exemplo, a engenharia de maquinários de Encrenaz, que encontrou neste polo econômico ampla capacidade de expansão. De acordo com várias publicações na imprensa, era conhecido como um dos “melhores artistas” estrangeiros de Campos no ofício de engenharia de equipamentos. Os serviços oferecidos por Encrenaz foram descritos em anúncios como exemplo segue a transcrição de um deles, publicado em 19 de janeiro de 1882, p.3:

Nesta bem conhecida oficina de caldeireiro e fundição de todos os metais, encontram-se sempre prontos: alambiques modernos, serpentinas para trabalharem a vapor com aperfeiçoamento de sua invenção que lhes dá grande vantagem sobre quaisquer outras no fabrico do açúcar; faz por encomenda tabuleiros, tanques e parões, aparelhos para banheira de chuva, fabrica todos os artigos concernentes a arte de caldeireiro. Conserta-se máquinas, turbinas e todos os aparelhos mecânicos, especialista em fundição de bronze e metal patente, solda forte, forma sua; bombas de força simples e abissínia campista aperfeiçoada. Esta bomba com um aperfeiçoamento de sua invenção que lhe dá toda segurança, duração inexcelável é fabricada o corpo de latão, bronze e ferro batido. Essa espécie de bomba tem-se distinguido também pela sua eficácia, que vai se tornando indispensável onde há escassez d'água, é excelente, muito principalmente nos campos

onde pastam gados pela facilidade com que arrancam água das entranhas da terra. Esta oficina, no ano próximo passado assentou destas bombas em número de 50, sendo dentro da cidade 32. O seu proprietário incumbe-se de assentá-las prontas em seu lugar pela modica remuneração de 100\$000, isto na cidade ou suas cercanias, e em outros lugares de roça, pagarão os Srs. que as quiserem possuir, mais as despesas dos transportes e passagem dos oficiais. Recebem-se encomendas.

O texto acima pertence à propaganda abaixo, figura 4, cuja arte, a representação de uma bomba d'água manual confeccionada por Encrennaz, fora publicada no Monitor Campista. O anúncio nos faz empiricizar que as redes água na área urbana não eram suficientes, a procura pela bomba manual confeccionada por Encrennaz era considerável.



Figura 4 - Propaganda Bomba Abscinia<sup>8</sup> fabricada por Encrennaz

Fonte: Monitor Campista ed.0058, p.4 de 15 de março de 1881.

O anúncio informa que a técnica utilizada no processo de construção do equipamento, o corpo era formado de latão (uma liga de metal à base de ferro e bronze), e o restante em ferro batido e bronze. A liga de latão diminui o processo corrosivo do ferro. O latão é processado a partir de uma técnica italiana de 1615, e de acordo com Treccani<sup>9</sup> “o desenho mais antigo de laminador que nos chegou é de Leonardo da Vinci, a quem devemos, portanto, atribuir o mérito de ter primeiro compreendido a importância deste meio

8 A escolha do nome “Abscinia” grafado hoje como Abissínia, para este instrumento pode estar relacionada à ideologia dos mitos coloniais, típica deste período italiano, em alusão à força de resistência dos povos abissínicos durante a tentativa de colonização da Itália na localidade de Eritreia, na década de 1870. A História relativa à Abissínia ou Império Etíope, pode ser encontrada em diversas fontes bibliográficas e da *web*. Este império vigorou da dinastia salomônica (1270) até 1974, quando foi deposto por um golpe de estado.

9 Técnica de Laminação, disponível em: [https://www.treccani.it/enciclopedia/laminazione\\_%28Enciclopedia-Italiana%29/](https://www.treccani.it/enciclopedia/laminazione_%28Enciclopedia-Italiana%29/) acesso em 09/07/2021.

de usinagem.”

A técnica de fabricação de massas italianas também estava presente na cidade. As fábricas de massas registradas no comércio local pertenciam respectivamente aos italianos Herminio Grosso<sup>10</sup> e Antônio Calomeni<sup>11</sup>, que possuíam sociedade. A propaganda abaixo, figura 5, informa que os produtos eram destinados às “pessoas de bom gosto”, reforçando a tese do acolhimento desses italianos por suas técnicas.

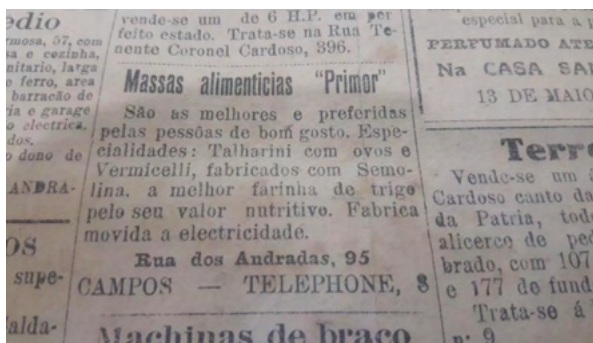


Figura 5 - Anúncio do Estabelecimento de Fabricação de Massas de propriedade do italiano Herminio Grosso

Fonte: Jornal do Commercio de Campos, edição de 11 de julho de 1926. Arquivo Pessoal.

Os empreendedores não configuraram apenas o comércio e o âmbito rural, mas também o econômico. Segundo Faria (2008),

Também o setor de serviços era ampliado. Serviços novos apareceram para atender as necessidades das atividades industriais, comerciais e financeiras de uma sociedade em pleno desenvolvimento. No setor público, foram construídos novos edifícios, não só para melhorar a qualidade de serviços oferecidos, mas para acompanhar as exigências dos projetos que modernizavam a cidade, introduzindo uma nova racionalidade nos usos e na organização do espaço urbano. (FARIA, 2008, p.15).

Assim, fazendo intercâmbio monetário, à rua Treze de Maio. Assim, o italiano Palaride Mortari<sup>12</sup> oferecia repatriação de bens monetários para Itália. Tratava-se de uma companhia financeira e conseqüentemente destas relações comerciais adquiriu na cidade alguns imóveis: Fazenda da Floresta, Fazenda São Francisco de Paula, Fazenda do Jorge, Fazenda da Batalha e uma propriedade em Conselheiro Josino.

10 O nome de Herminio Grosso aparece referenciado em Sousa (2014 [1935], p.114) como um dos “velhos italianos ahi têm respeitavel descendencia (...)”. Era proprietário da fábrica de massas Primor, localizada à rua dos Andradas, 95 na década de 1920.

11 Sousa (2014 [1935], p.11) faz menção aos Calomeni de Campos citando o nome de Paschoal (“velho”) e José (atuante na época em que escreveu). De acordo com este autor, um outros membros da família são citados; Antônio Calomeni, p. 254, que aparece como membro da Loja Maçonica e à p. 288, Gilda Calomeni e Nair Calomeni, respectivamente como vice-presidente e secretária da “PIA UNIÃO DO ASYLO DO CARMO.

12 De acordo com nossas pesquisas no jornal Gazeta de São Paulo e Correio Paulistano no período de 1900 a 1930, Palaride Mortari foi um italiano, ou ítalo-brasileiro que fabricava sabão no Brás, em São Paulo. Aos poucos os registros mostram que foi aumentando seu patrimônio e se tornou um empreendedor entre os anos de 1910 a 1930.



A figura 6 abaixo, foi publicada como a anúncio do estabelecimento, no jornal Folha do Comércio de Campos em 2 de fevereiro de 1920.

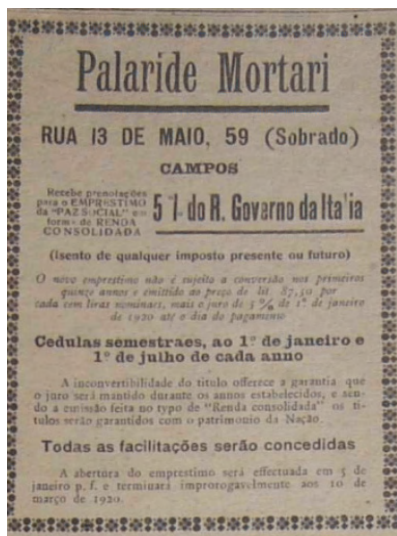


Figura 6 - Anúncio de Empréstimos da firma Palaride Mortari

Fonte: Folha do Comércio de Campos, edição de 2 de fevereiro de 1920 - Arquivo pessoal digitalizado de Rodrigo Rosselini

Diz o anúncio:

Recebemos prenotações para empréstimo da “paz social” em forma de RENDA CONSOLIDADA. **5% do R. Governo da Itália (isento de qualquer imposto presente ou futuro)**. O novo empréstimo não é sujeito a conversão nos primeiros quinze anos é emitido ao preço de tit. 87,50% por cada cem liras nominais mais o juro de 5% de 1º de janeiro de 1920 até o dia do pagamento. **Cédulas semestrais, ao 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano.** A inconvertibilidade do título oferece a garantia que o juro será mantido durante os anos estabelecidos, e sendo a emissão feita no tipo de renda consolidada, os títulos serão garantidos com o patrimônio da Nação. **Todas as facilidades serão concedidas.** A abertura do empréstimo será efetuada em 5 de janeiro p. f. e terminará improrrogavelmente em 10 de março de 1920.

Os empréstimos eram pagos com título de dívida do governo italiano (endividamento externo). A garantia era a riqueza do governo italiano e o novo empréstimo não seria sujeito a conversão nos primeiros 15 anos. A relação de conversão seria 87,30 por cada 100 liras nominais mais os juros de 5% de 1º de janeiro de 1920 até o dia do pagamento. No dia que fosse pago, os cálculos seriam sobre o que valor mais alto acrescido dos 5%. O valor seria constante, independente da situação financeira, a garantia era dada pelo tesouro italiano (ancoragem).

O panorama econômico que levou Palaride Mortari a investir em Campos era

favorável em 1920. É notório lembrar que as relações entre fazendeiros e colonos italianos após a prática do trabalho escravo acarretou para o cenário político brasileiro muitas mudanças, principalmente quanto às relações trabalhistas nos campos. Em geral, os fazendeiros acostumados às relações escravocratas, impunham relações análogas aos colonos italianos. Isto levou a revolta de muitos trabalhadores, que exigiam direitos e proteção do governo italiano. E o governo da Itália reagiu; primeiramente com o Decreto Prinetti (1902)<sup>13</sup>, e, dois anos depois, através do *Congresso delle Società e Altre Istituzioni Italiane*<sup>14</sup>.

É neste contexto que Palaride Mortari se vale para aumentar seu capital, com a garantia do financiamento do governo italiano. Por este motivo o anúncio traz o enunciado “*Recebemos prenotações para empréstimo da ‘paz social’*”. Esta “paz social” seria a forma de minimizar o conflito entre italianos e fazendeiros brasileiros. Além destes exemplos de comerciantes, havia inúmeros outros.

Conforme o georreferenciamento na carta urbana a seguir, figura 5, os estabelecimentos comerciais à Rua Beira Rio eram: 1. Hospedaria de Imigrantes, 2. Restaurante Gerazze, 3. Funilaria de Balbi, 4. Funilaria de Fabbi & irmão, 5. Hotel Perazzo, 6. Fábrica de Cerveja Coroa (Rinaldi), 7. Fábrica de Aguardente e Álcool Calomeni. À antiga Rua da Constituição (atual Alberto Torres) situava-se: 8. Funilaria de Encrennaz. Em sequência, os estabelecimentos: 9. Secos e Molhados de Luca, 10. Ponto do sapateiro Luigi Grosso à Rua do Sacramento, 11. Consultório dentário de Campanari à rua S. Bento (atual rua Barão de Miracema), 12. Fabriqueta de Pilação de Arroz de Perlingeiro Neto à rua Barão de Cotegipe.

As ruas Sete de Setembro e do Conselho foram as mais utilizadas pelos italianos. À Rua Sete de Setembro estavam localizados: 13. José Benevento & Cia – Projetos e Orçamentos, 14. Fábrica de Massas de João Balbi n° 68, 15. Escritório do Construtor Engenheiro e Arquiteto Marini, 16. Escritório de representações comerciais de Cocchi e 17. Fábrica de Massas de João Balbi n° 175., concentrava-se o maior número de estabelecimentos de italianos vizinhos: 18. Oficina e Relojoaria de Dattoli, 19. Papelaria e Livraria Benevento & Marou, 20. Fábrica de Bebidas Raso Piconi, 21. Alfaiataria Zacaro, 22. Alfaiataria (Compania do Calçado Clark) de Policani. À Rua Treze de Maio ficavam: 23. Estabelecimento Gráfico Cruzeiro de Perlingeiro Neto, 24. Palaride Mortari. Companhia Financeira n° 46 e 48. À Rua do Conselho (atual João Pessoa), 25. Livraria e Papelaria Perlingeiro Netto & Cia, 25. Padaria de Calomeni. À Rua dos Andradas: 26 Secos e Molhados de Eduardo Cesarini, 27. Fábrica de malas de Calomeni e 28. Fábrica de Massas Grosso & Calomeni, ainda nesta rua havia

<sup>13</sup> O Decreto *Prinetti* – portaria assinada em 1902 pelo ministro do exterior, determinava a suspensão de transporte gratuito para o Brasil com base nos relatos de maus tratos recebidos por italianos nas fazendas brasileiras descritos no *Bolletino della Imigrazione*. (CENNI, 2011, p.236; FRANZINA, 2015)

<sup>14</sup> *Congresso delle Società e Altre Istituzioni Italiane* traçou parâmetros protecionistas e de vantagens econômicas para Brasil e Itália. De acordo com Cenni (2012, p.315), neste encontro se pleiteou aprovação do Código Civil, legislação trabalhista que protegesse o italiano, fim da obrigação de se abastecer no armazém do proprietário, leis de contrato de locação de terras, além de outras.

outro estabelecimento de Calomeni, um Armarinho.

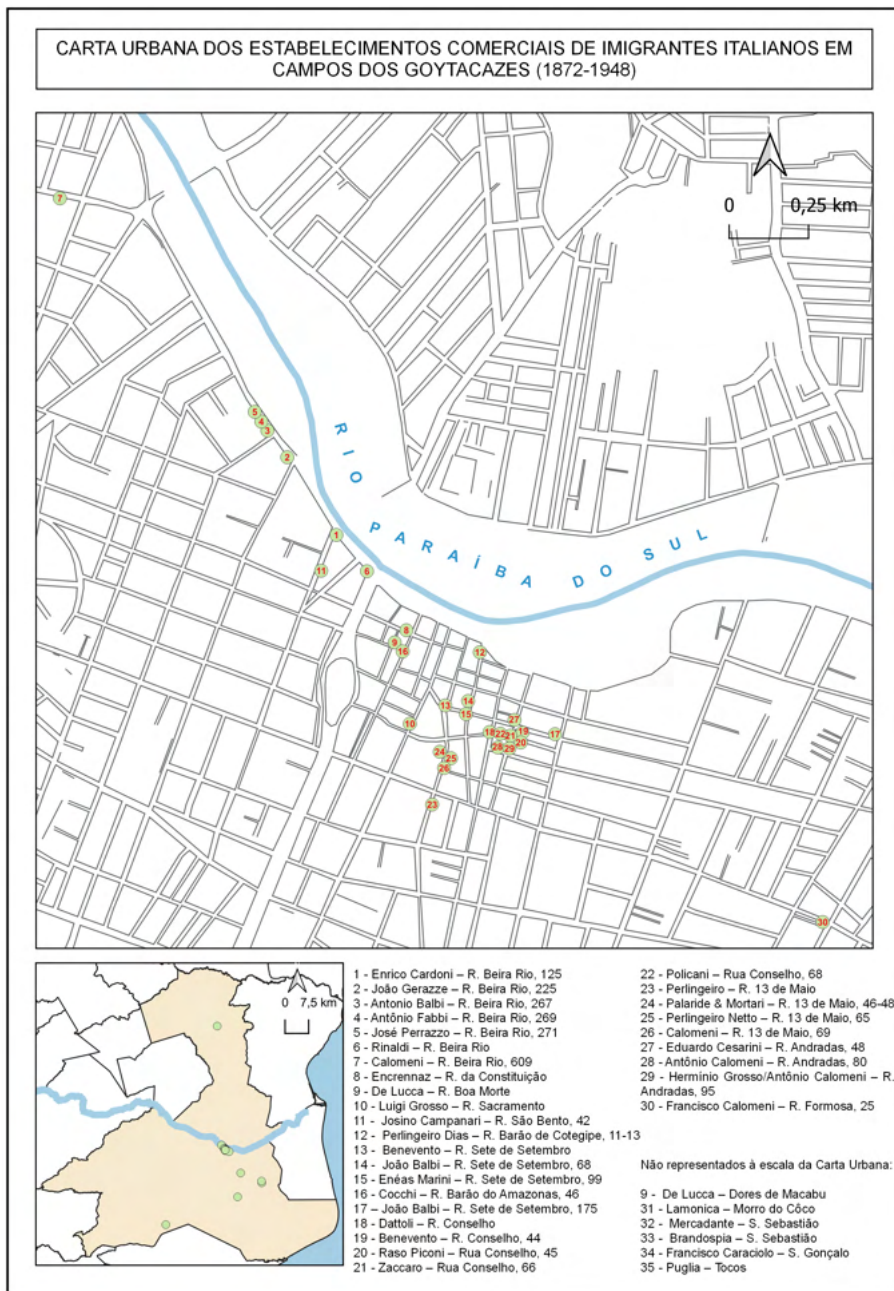


Figura 5 - Distribuição socio espacial de comerciantes italianos

Fonte: GODINHO, E.G. e PASSOS, W. S. Carta Urbana dos imigrantes italianos em Campos dos Goytacazes (1872-1948). Petrópolis-RJ: Acervo Pessoal, 2021.<sup>15</sup>

15 Dados Técnicos da Carta Urbana: Sistema de Referência de Coordenadas ESPG 31983. Sistema de Coordenadas

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo discorreu sobre a distribuição sócio espacial que o imigrante italiano ocupou no espaço urbano de Campos dos Goytacazes, RJ, no período de 1870 a 1940. Foi apresentada uma análise reduzida de atuação e participação econômica desses migrantes na cidade, com alguns exemplos, tendo em vista a diversificação laboral dos italianos neste espaço urbano. A carta urbana elaborada para este trabalho demonstrou todos os estabelecimentos de italianos registrados oficialmente na cidade, com base em informações dos jornais locais, O Monitor Campista e Folha do Comércio de Campos, também naquelas extraídas do Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do RJ do período de 1891 a 1940. Aplicamos conceitos da Geografia Cultural de autoria de Manuel Castells e Milton Santos. A historiografia, se baseou nas pesquisas dos pesquisadores italianos Angelo Trento, Emilio Fanzina, Franco Cenni, Vitorio Cappelli e das brasileiras Heloísa Manhães Alves e Teresa Peixoto Faria.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Heloísa Manhães. A Sultana do Paraíba. Reformas urbanas e poder político em Campos dos Goytacazes 1890 – 1930. Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.
- CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro/ São Paulo, 7ª. Edição, 2020.
- CAPPELLI, V., MASI, G. & SERGI, P. Calabria Migrante. Un secolo di partenze verso altri mondi e nuovi destini. Calabria, ICSAIC, 2013.
- CAPPELLI, Vittorio. A Belle Époque italiana no Rio de Janeiro. Niterói, Eduff, 2015.
- CENNI, Franco. Italianos no Brasil. São Paulo, edusp, 3ª. edição 2011.
- CORRÊA, Roberto. Lobato. (1995). Espaço: um conceito-chave da Geografia. *in* Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª. Edição, 2000.
- FRANZINA, Emilio. A Grande Emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015.
- SANTOS, Milton. A Natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª. ed. Edusp – SP, 2006.
- SOUSA, Horácio. Cyclo Aureo. História do 1º Centenário de Campos. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2014 [1935].

---

Geográficas SIRGAS 2000. Base de Faces de Logradouros 2019 do IBGE preliminar do Censo Demográfico 2022, produzidas a partir da Malha Municipal urbana e das imagens orbitais e aéreas ortorectificadas. Toponímia do Censo Demográfico 1872. Posicionamento dos pontos por estimacão baseada nas informações fornecidas pela pesquisa de Mestrado de Elaine Guimarães Godinho desenvolvida no Programa de Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF, Campos dos Goytacazes. Produção Cartográfica de William Souza Passos (licenciado em Geografia no Brasil e geógrafo em Portugal, registrado na APG - Associação Portuguesa de Geógrafos).

TRENTO, Angelo. Do outro lado do Atlântico – Um século de imigração italiana no Brasil. 1ª. ed. São Paulo, SP. En Nobel. 1989.

**Fontes da web:**

ALMANAK LAEMMERT: ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RJ DO PERÍODO DE 1891 A 1940. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=96963&url=http://memoria.bn.br/d\\_ocrader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=96963&url=http://memoria.bn.br/d_ocrader#) (a partir da p.803). acesso em 16/03/2020.

ALVES, Heloísa Manhães. A elite local e a modernização urbana em Campos dos Goytacazes: um projeto político 1930-50. Disponível em : <http://www.uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2013/03/Tese-Helo.pdf> acesso em 21/07/2021

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – IBGE. Laboratório de Estatística. Alguns dados sobre imigração italiana para o Brasil. 1958. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82798.pdf>> acesso em: 25/05/2020.

FARIA, Teresa Peixoto. Campos dos Goytacazes nos anos de 1870-1880: a modernização brasileira e o mundo citadino. Disponível em: [http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda\\_Social\\_6556\\_1238155665.pdf](http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_6556_1238155665.pdf) acesso em 01/11/2019.

INSTITUTO GIOVANI TRECCANI. Disponível em: <https://www.treccani.it/> acesso em 9/07/2021.

RECENSEAMENTO DO BRASIL EM 1872. Rio de Janeiro. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=225477> > acesso em 20/02/20.

Data de aceite: 01/11/2021

Data de submissão: 06/08/2021

### Valéria Carneiro de Mendonça

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS)  
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/9759108603612964>

### Regina Glória Nunes Andrade

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS)  
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/7464026573034856>

**RESUMO:** Parte da tese *Território e territorialidade*: do “sertão carioca” aos condomínios fechados da Barra da Tijuca, este artigo discute a transformação da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes, Zona Oeste do Rio de Janeiro, em territórios ímpares, mas não dissociados da antiga baixada de Jacarepaguá. Foram resgatadas as suas primeiras formações populacionais, com intuito de aprofundarem-se as significações sociais construídas, bem como de verificarem-se as características sociais e culturais emergentes, incluindo as dinâmicas organizacionais dos sujeitos que ali habitam. Daí a ênfase no conceito de espaço como intercessório e passível de ser atravessado por outras significações, que acabam por lhe conferir diferentes ângulos e

significados. A metodologia liga-se à vertente de pesquisa qualitativa e participativa, voltada às questões temáticas sobre o cotidiano social em seus desdobramentos culturais e identitários. Para isso, fez-se um mapeamento das potencialidades dos locais estudados e dos usuários que ali moram ou transitam, por meio da análise de entrevistas, como forma de incorporar a dimensão subjetiva ao território espacial, numa aproximação dos territórios vividos e construídos. Por serem bairros planejados para preservarem áreas públicas e manterem um distanciamento padrão entre as construções, a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes voltaram-se para a promoção de um estilo de vida que visa a um bem-estar e a uma qualidade de vida na integração Homem/Natureza. Sua geografia, com uma grande planície cercada por mar, lagoas e montanhas, favoreceu a construção de condomínios, de shoppings e de grandes vias de circulação de veículos; contudo, a maior particularidade dessa área é seu caráter de diversificação, unindo várias classes sociais que por ali moram/circulam/estudam/trabalham. Por ter sua história documentada, incluindo as povoações e a composição geográfica do início do século XVII, a área permite uma pesquisa direcionada à composição social e territorial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço; Território; Territorialidade; Significantes Sociais.

### TERRITORY E TERRITORIALITY

**ABSTRACT:** Part of the thesis *Territory and Territoriality*: from the “carioca backlands” to the private condominiums of Barra da Tijuca, this

article discusses the transformation of Barra da Tijuca and Recreio dos Bandeirantes, in Rio de Janeiro's West Zone, into unique territories, but not disassociated from the old "Jacarepaguá Lowland". Its first population formations were rescued, with the intention of deepening the social meanings built, as well as verifying the emerging social and cultural characteristics, including the organizational dynamics of the people who live there. From this, we emphasize the concept of space as intercessory and liable to be crossed by other meanings, which end up giving it different angles and meanings. The methodology is linked to the qualitative and participative research strand, concerned on thematic issues about social daily life in its cultural and identity unfoldings. To this end, a mapping of the potentialities of the places studied and of the users who live or transit there was made through the analysis of interviews, as a way to incorporate the subjective dimension to the spatial territory, in an approximation of the lived and built territories. Because they are neighborhoods planned to preserve public areas and maintain a standard distancing between constructions, Barra da Tijuca and Recreio dos Bandeirantes have turned to the promotion of a lifestyle that aims at well-being and quality of life in the integration Man/Nature. Its geography, with a large plain surrounded by sea, lagoons, and mountains, has favored the construction of condominiums, shopping malls, and large roads for the circulation of vehicles; however, the biggest particularity of this area is its diversification, uniting various social classes that live/study/work there. By having its history documented, including the peopling and the geographical composition of the early 17th century, the area allows research targeting at the social and territorial composition.

**KEYWORDS:** Space; Territory; Territoriality; Social Signifiers.

## 1 | INTRODUÇÃO

Estudar acerca dos territórios e da territorialidade implica adentrar os conceitos concernentes à Geografia (noção do espaço) e aos Estudos Sociais e Políticos, ancorados em geógrafos e em pesquisadores sociais que se apropriam de uma visão que transcende o conceito de território como local físico. Indo além, o tema passou a ser tratado pela Psicologia no que ela expandiu sua área de interesse do processo de individualização para o da coletividade humana, numa incorporação das relações interpessoais, em suas dinâmicas psicológicas. O mesmo processo de inserção no social diz, portanto, respeito às três áreas que por ora se encontram: geografia, psicologia social e estudos sociais e políticos pelo caráter comunitário que investigam, à luz do poder geopolítico subjacente.

Essa nova concepção político-social inicia-se quando os geógrafos começaram a atribuir o nome "território" a certos espaços delimitados, afirmando-os como de existências anteriores aos estágios de territórios e de territorialização.

Segundo Claval (1999), essa mudança conceitual deu-se em consonância com uma nova maneira de ver o mundo, tomado por transformações sociais, históricas e culturais que ocorreram naquele período; por consequência, as ciências passaram a ver seus objetos de pesquisa de outra maneira: "A partir do início do século, os geógrafos são levados a falar de território na medida em que se voltam para os problemas de geografia política e tratam do espaço destinado a uma nação e estruturado por um Estado" (CLAVAL, 1999, p. 7).

Partindo da premissa de que o aspecto político-social está implícito aos conceitos de território e territorialidade, faz-se necessário trazer luz às colocações de geógrafos sociais.

## 2 | ESPAÇO E TERRITÓRIO

Tomando por base que “a Geografia é o esclarecimento do conhecimento dos saberes e da prática que os homens têm de realidade material da Terra, o objeto da geografia é relacional e não material”. Raffestin (2013, p. 176) defende a ideia de território não pela dimensão material – construção e delimitação de fronteiras físicas –, mas, sim, pela sua afirmação e apropriação a partir de uma relação simbólica de poder. Segundo ele (1993), esse substantivo passa a verbo: “territorializar”, no sentido de manifestar um poder em uma área específica. Essa sua noção de espaço permite pensar o território como “construção conceitual”, ou seja, no nível da representação:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Claval (1999, p. 8), por sua vez, concebe território como resultante “da apropriação coletiva do espaço por um grupo”, remetendo, dessa forma, à ideia do controle e da soberania de um Estado, como se tais fronteiras não pudessem ser violadas. Dentro dessa concepção, o espaço territorial de uma nação é o *locus* do exercício de poder de um Estado ou formação política, o que pressupõe um poder de controle acima da dita propriedade. Tal controle deflagra ações como o estabelecimento de fronteiras (entre países, regiões, estados, municípios, bairros) e das áreas de influência de determinados grupos.

Mesmo conceito é preconizado por Souza (2000, p. 78), para quem o território é definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

O território comporta múltiplas escalas; ele pode ser muito amplo, como o território de uma nação, ou até muito específico, como os territórios de domínio dos traficantes em uma ou mais favelas e bairros – premissa que demanda a compreensão do ponto de vista com que estão sendo analisados os dados abordados.

O território a cada momento foi organizando-se de maneira diversa, muitas reorganizações do espaço se deram e continuam acontecendo, atendendo aos reclamos da produção da qual é arcabouço. Merecem destaque especial **as transformações ocorridas a partir de meados deste século**, que representaram muito mais do que uma simples mudança (SANTOS, 1988, p. 17, *grifo nosso*).

A observação de Santos transcende a pontuação sobre as características do território para expandir-se à história mundial dos meados do século XX, com o predomínio da *Belle Époque*, quando várias transformações urbanas ocorreram em diferentes capitais do mundo (Paris, Viena, Berlim, *Londres*), inclusive o Rio de Janeiro, capital do Brasil



na época, imprimindo um novo modo de vida urbano, impregnado pela dinâmica social e espacial. O fato é que, com a transformação das cidades em novos e mais modernos espaços, o modo de vida das pessoas também mudou.

Raffestin detalha o processo:

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

Às duas citações supracitadas pode somar-se o caso do Rio de Janeiro, como um todo. De terreno acidentado e com insalubridade, a cidade começou a crescer em termos urbanísticos com a chegada, em março de 1808, da família real portuguesa ao Brasil. Contudo, foi no período de 1902 a 1906 que tudo foi transformado com as figuras de Pereira Passos à frente da Prefeitura e de Rodrigo Alves, na Presidência (SOUZA, 2008).

Vinculada às formas de vida prática e social, a perspectiva histórica contribui diretamente para a compreensão do quanto interesses e necessidades de ordens variadas interferem na organização social de um espaço. Para o historiador Souza,

O Rio de Janeiro da Belle Époque, a então capital da recém-fundada república brasileira, foi uma das cidades latino-americanas onde a elite dirigente melhor incorporou a urbanização como uma necessidade urgente de uma sociedade que precisava 'civilizar-se'. As reformas, que em poucos anos redefiniram funções para as áreas centrais da cidade, criaram condições para um novo ordenamento espacial com o surgimento de novas zonas de elite na parte sul da cidade (SOUZA, 2008, p. 69-70).

Ruas foram destruídas e no lugar surgiram grandes avenidas (Presidente Vargas, Rio Branco, Beira-Mar), com vasta desapropriação de imóveis. Bairros como Botafogo, Gávea, Jardim Botânico, Laranjeiras ganharam grandes casarões, em meio à exuberância da natureza, “enquanto boa parcela da população precisou recompor sua vida nos subúrbios e morros, espaços onde efervescia a cultura popular” (SOUZA, 2008, p. 70).

Foi uma época de maior estabilidade política e econômica no Brasil, favorecendo a remodelação do centro da cidade e seus entornos. Percebe-se, com isso, o quanto a política de ocupação territorial foi determinada por um poder público instituído, que promoveu a “entrada” do Rio de Janeiro na era da modernidade. Transportando a observação de Raffestin (1993, p. 150) à realidade brasileira, pode-se dizer que houve, na cidade, a interação política, econômica, social e cultural, a qual adveio da iniciativa de Passos e de Alves e estendeu-se por outros grupos a eles ligados. Tal concretização do ato de “tomar conta” de um espaço e transformá-lo em um território de usufruto de muitos serve

de referência à promoção de um bem-estar social, seja em “termos espaciais, temporais, psicológicos ou econômicos” (ibidem).

Essa dinâmica de nascimento e constituição de um território abriga, igualmente, interesses coletivos, capazes de despertar sentimentos de pertencimento e de desejo de mobilização de forças plurais em torno de mudanças.

### 3 I TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Em seus aportes teóricos, o tema avançou com a percepção de que o espaço, como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p. 40), possibilita uma análise a partir de características próprias, que deem “conta da multiplicidade e da diversidade de situações e de processos” (Ibidem).

A questão da multiplicidade e da diversidade de situações, levantada por Santos, tem origem no objeto de análise e não na análise em si. Por isso, cada território, por agregar traços absolutamente próprios, possui uma natureza a ser investigada. Haesbaert explica o quanto essa natureza é complexa:

Enquanto ‘espaço-tempo vivido’, o território é sempre múltiplo, ‘diverso e complexo’, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite multiplicidade, sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades (HAESBAERT, 2007, p. 21).

Haesbart (idem) vê o espaço concebido, percebido e vivido (tripla dimensão) como socialmente produzido. Tal conceito distingue-se por privilegiar “a questão de foco, centralizado mais, aqui, nas relações de poder que distinguem aquele espaço” (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Santos (2006, p. 50) lembra que “a ação é um processo (...) no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo” – característica que transforma o território não apenas em “lugar físico onde se habita”, mas, sobretudo, numa experiência de comunicação entre sujeitos sociais, apontando para outro conceito subjacente ao tema: o da territorialidade, que, de acordo com Raffestin (2013, p. 177), pode ser definido como “o conjunto de relações que os homens mantêm com o meio físico e social, (...) usando mediadores para atender às suas necessidades, com o objetivo de adquirir a autonomia maior possível”.

Assim, dissertar sobre territorialidade assume dimensões múltiplas, passando, igualmente, pela abordagem de “conceitos irmãos”, como território, poder, lugar, sociabilidade, relações humanas. Em alguns aspectos, esses temas do entorno vinculam-se apenas de forma secundária, mas, em outros, aparecem de maneira direta, não podendo ser reduzidos, simplificados ou separados, pois estão unidos por um elo teórico complexo e

dinâmico (HEIDTMANN, 2008).

Em seu trabalho *A produção do espaço*, Lefebvre (2006) explica o espaço como um “produto” complexo advindo das relações estabelecidas em sociedade, ou seja, os dois conceitos (espaço social e espaço geográfico) são tomados como complementares dos mesmos elementos da realidade.

O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os ‘produtos’, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais (LEFEBVRE, 2006, p. 7).

Muitas concepções estão intrincadas na teorização de Lefebvre (2006). Quando o autor afirma um espaço como não passivo nem vazio, “à sua maneira produtivo e produtor”, ele aponta para o quanto a formação de um espaço é uma obra do homem, perpassada por uma política que se instaura na produção, reprodução ou exploração-dominação, contemplando, com isso, uma dinâmica de movimento que, em geral, altera a natureza.

Também Raffestin (1993) afirma ser o território resultante do produto dos atores sociais, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Do estreito vínculo entre o território e o poder dos atores que o “consomem” como “produto” emerge a “territorialidade”, ou seja, a territorialidade intervém, “permitindo verificar o caráter simétrico ou dissimétrico das relações de poder. A territorialidade reflete, com muita segurança, o poder que se dá ao consumo por intermédio de seus «produtos» (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8). Pode-se dizer que o autor compreende a territorialidade como inerente à vida em sociedade e, por isso mesmo, multidimensional.

De acordo com nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vívido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

## **4 | ESPAÇO SOCIAL COMO PONTO DE INTERCESSÃO**

Lefebvre (2006, p. 106) apresenta um dado a mais; para ele, somente o homem social é capaz de produzir, através do trabalho, com os recursos e valores de uso oferecidos. O autor explica que, sob a visão da estrita tradição marxista, o espaço social podia ser considerado como uma superestrutura, mas não é assim que acontece:

Ora, o espaço entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho; ele tem relações com a propriedade, isso é claro. Com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber. Ele se vende, se compra; ele tem valor de troca e valor de uso. Portanto, ele não se situa a tal ou tais 'níveis', 'planos' classicamente distinguidos e hierarquizados. O conceito do espaço (social) e o próprio espaço escapam, portanto, à classificação 'base-estrutura-superestrutura' (LEFEBVRE, 2006, p. 8).

O espaço social para Lefebvre contém três tipos de relações a partir das quais o homem interage com a natureza ou a modifica: a. “as relações sociais de reprodução, a saber, as relações biofisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização específica da família” (p. 57); b. “as relações de produção, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas (p. 57); c. “as relações sociais de exploração-dominação; sua linguagem de coisas, como toda linguagem, serve para mentir tanto quanto dizer verdade (a verdade) (p. 122). Na sequência, Lefebvre explica que “ao mentir a propósito de sua origem – o trabalho social –, ao dissimular-se, a coisa tornada mercadoria tende a se erigir em absoluto” (LEFEBVRE, 2006, p.122).

Lefebvre (2006, p. 75) retrata que a produção do espaço sofre a intervenção de três elementos: 1) a prática espacial (social) – espaço percebido pelos indivíduos; 2) as representações do espaço – espaço concebido por cientistas, engenheiros, planejadores etc.); e 3) os espaços de representação – espaço diretamente vivido pelos indivíduos.

Todos os espaços, para Lefebvre (2006), partem de uma delimitação geográfica, mas os movimentos de produção da sociedade, sejam superficiais, sejam de fundo, compõem um quadro onde formas, funções e sentidos se entrelaçam. “O espaço é a morfologia social; é, portanto ao ‘vivido’ isto que é ao organismo vivo sua própria forma, intimamente ligada às funções e estruturas” (LEFEBVRE, 2006, p. 139).

Considerando-se o processo contínuo pelo qual a sociedade transforma a natureza, por meio do trabalho, o espaço acaba sendo diretamente afetado nas estratégias de construção, reconstrução, habitação, abandono, a depender das inter-relações e dos mesmos ou de novos parâmetros.

Um tal espaço contém objetos muito diversos, naturais e sociais, redes e filões, veículos de trocas materiais e de informação. Ele não se reduz nem aos objetos que ele contém, nem à sua soma. Esses “objetos” não são apenas coisas, mas relações. Como objetos, eles possuem particularidades conhecíveis, contornos e formas. O trabalho social os transforma; ele os situa diferentemente nos conjuntos espaço-temporais, mesmo quando respeita sua materialidade, sua naturalidade: de uma ilha, de um golfo, de um rio, de uma colina etc. (LEFEBVRE, 2006, p. 118).

“Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço”, observa Santos (1996, p. 163); mas é no trabalho que ele adquire a experiência necessária para transformar o espaço, inová-lo e fazê-lo progredir. Paralelamente, cria novos sentidos e dá significados a

sua vida subjetiva, transformando suas inquietações em produção de toda ordem. A cidade é lugar de simbolizações, sempre na dependência do imaginário, conforme as classes, gêneros e etnias, em situação de abundância ou de escassez.

Santos (1996), além de reforçar a ligação espaço/trabalho, introduz, aqui, a figura da cidade e das simbolizações (representações) pertinentes, indicando um ponto importante: os espaços podem ser contínuos ou radicalmente distintos numa mesma área urbano, dependendo das diferentes funções que se sobressaem diante das suas formas preexistentes e dos elementos que o espaço agrega a partir das relações, ou seja, da “ação humana no ato de modelar a superfície terrestre” (CORRÊA, 1995, p. 15).

O conceito de cidade apresentado por Barbosa e Silva (2013) abrange uma extensão maior, de acordo com a perspectiva adotada nesta pesquisa:

A cidade é a construção coletiva do compartilhar de percepções, concepções e experiências de mundo. Resultado da ação de vínculos das relações sociais com a natureza, a cidade é um espaço de encontro e constituição das diferenças. Nesta perspectiva podemos afirmar que a cidade é uma criação humana territorialmente impressa. É a sociedade, ganhando conteúdo e forma, em uma dimensão concreto-simbólica particular. É por isso que, quando falamos na relação sociedade / cidade, devemos reportar à relação ator /território. Seja esse ator um indivíduo, um grupo, uma comunidade, uma classe, uma empresa ou instituição social, eles estarão envolvidos entre si por sua inscrição territorial (BARBOSA; SILVA, 2013, p. 117).

Tal como em qualquer fenômeno de urbanização, forma-se, na construção das cidades, um assentamento maior de populações em torno de bairros onde está facilitado o acesso a serviços básicos (água, esgoto, gás, eletricidade) e a serviços especializados (lazer, saúde, transporte, educação), igualmente necessários ao desenvolvimento humano, em sua inteireza.

Andrade (2003), ao discorrer sobre “Território do imaginário e produtos da cultura”, explica a ligação entre cotidiano e espaço, que vem a estabelecer a relação da cultura com a geografia onde se expressa. A necessidade de planejar-se o assentamento do solo nas partes de uma cidade fica evidente no exemplo concreto destacado pela autora:

As cidades foram criadas e se desenvolveram para atender às necessidades humanas, de forma que o homem pudesse viver junto, numa organização comunitária. [...] Ao observar uma cidade atentamente, compreendemos as razões lógicas que contribuíram para sua localização. Por exemplo, se o objetivo fosse a segurança da comunidade, escolhia-se para a fundação da cidade um local de difícil acesso e fácil defesa, geralmente o topo da colina (ANDRADE, 2003, p. 99-100).

O conceito de espaço tem sofrido mudanças expressivas ao longo dos anos. Por exemplo, em geral, os significados de espaço e de território foram frequentemente usados como sinônimos, quando deveriam ser concebidos distintivamente, uma vez que o primeiro é visto como local geograficamente demarcado, enquanto o segundo tem sua concepção ampliada, voltada para as trocas de socialidades.

Santos (2006) também trata do território relacional como somente concretizado a partir do momento em que a ele se juntam os atores que dele se utilizam, ou seja, a partir de seu uso, o território torna-se um conceito utilizável.

Porque a Barra da Tijuca foi marcada pela intervenção profunda do arquiteto e urbanista Lucio Costa, essa parte da cidade sofreu uma revolução quanto ao seu planejamento espacial e funcional; assim, a noção de larga escala foi privilegiada, numa interpretação do território que viria a ser. O bairro, por suas grandes vias e rotas de ligação, forma uma rede estrutural que conecta vários bairros entre si.

Dessa forma, pode-se dizer que o próprio território ganha uma identidade, originária no planejamento urbano público e na coletividade que nele vive e o produz, ou seja, não em si mesma. Quando Raffestin (1993, p. 162) afirma que “a identidade, se não pode ser posta em causa, não apresenta coerência fora da concepção ‘imaginária’ de um grupo constituído por meio de uma amostragem de indivíduos”, a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaciotemporal; enfim, não se pode perder de vista que a validade dessa análise, para não ser vazia de sentido, não prescinde da história concreta, cujos personagens constroem os enredos e os representam.

## 5 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Por serem bairros inicialmente planejados para preservarem áreas públicas e manterem um distanciamento padrão entre as construções, a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes voltaram-se para a promoção de um estilo de vida que visa a um bem-estar e a uma qualidade de vida na integração Homem/Natureza. Sua geografia, com uma grande planície cercada por mar, lagoas e montanhas, favoreceu a construção de condomínios, shoppings e grandes vias de circulação de veículos. Contudo, a maior particularidade dessa área é seu caráter de diversificação, unindo várias classes sociais que por ali moram/ circulam/estudam/trabalham e que, certamente, formam redes de relações.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Regina. **Personalidade e cultura: construções do imaginário**. Rio de Janeiro: Revan - FAPERJ, 2003.

BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, nº. 1, fev./2013.

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade**. GEOgraphia – Ano 1 – Nº. 2 – 1999 file:///E:/13349-Texto%20do%20Artigo-52697-1-10-20090909.pdf

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEographia**, Ano IX, Nº. 17, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>

HEIDTMANN, Henrique Carlos. **A sensibilidade territorial das políticas públicas**: um estudo em comunidades ribeirinhas na Amazônia Legal. 2008. 182f. Tese (Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006. Disponível em: <[https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri\\_lefevre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf](https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefevre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf)>. Acesso em: nov./2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. Entrevista feita com o geógrafo Claude Raffestin, em janeiro do ano de 2012. [Entrevista concedida a] Claudio Castilho. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, V. 02, N. 01, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Videos/Dialnet-EntrevistaFeitaComOGeografoClaudeRaffestinEmJaneir-5842564.pdf>. Acesso em: julho de 2021.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1988

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006. Disponível em: <[http://files.leadt-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton\\_Santos\\_A\\_Natureza\\_do\\_Espaco.pdf](http://files.leadt-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf)>. Acesso em set./2020.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **Geografia: conceitos e temas** (org.) CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Fernando Gralha de. **A Belle Époque carioca**: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900-1920). 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2008. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF\\_af6013da318fd989e75226a64f4ac2f9](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF_af6013da318fd989e75226a64f4ac2f9). Acesso em: abr./2021.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**ADILSON TADEU BASQUEROTE** - Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio de Doutorado Sanduíche no Instituto de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/UL). Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialista em Práticas pedagógicas interdisciplinares: Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Médio (UNIFACVEST). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) e em Estudos Sociais- Geografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professor no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Compõe o corpo editorial, científico e de pareceristas de editoras e revistas científicas na área de Ensino e de Educação Geográfica. Possui experiência na Educação Geográfica e Ambiental, dedicando-se em especial ao uso das TIC no Ensino e na aprendizagem, Ensino e Aprendizagem, Recursos didáticos. Paralelamente, pesquisa os seguintes temas: Agroecologia, Agricultura Familiar, Gênero em contextos rurais, Associações agrícolas familiares e Segurança alimentar. <http://orcid.org/0000-0002-6328-1714>



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agricultura 25, 28, 29, 30, 32, 35, 37, 44, 111, 114, 134

Aluno 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94

Ambiente 1, 2, 9, 11, 12, 13, 14, 23, 46, 48, 57, 61, 63, 64, 69, 72, 80, 84, 87, 102, 106

Análise 1, 2, 3, 4, 5, 8, 14, 16, 22, 23, 25, 26, 39, 43, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 61, 63, 70, 71, 72, 74, 75, 81, 96, 106, 109, 112, 122, 124, 128, 132

Aprender 61, 72, 74, 80, 84, 87, 92

Avaliação 12, 15, 16, 17, 20, 22, 23, 24, 30, 57

### C

Campo 1, 3, 16, 21, 22, 28, 33, 34, 59, 60, 61, 62, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 85, 89, 95, 96

Cidadania 86

Cidade 1, 9, 33, 37, 38, 45, 48, 55, 56, 57, 61, 66, 70, 74, 75, 85, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 109, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 122, 127, 131, 132

Conhecimento 61, 73, 74, 79, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 116, 126

### D

Dados 1, 3, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 29, 38, 39, 45, 48, 52, 59, 60, 72, 73, 75, 76, 77, 81, 93, 96, 97, 121, 123, 126

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 9, 13, 16, 22, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 61, 63, 71, 73, 74, 89, 116, 118, 131, 132, 133, 134

### E

Ensino 1, 38, 60, 61, 70, 72, 73, 75, 76, 78, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 93, 94, 134

Espacial 25, 26, 43, 45, 55, 57, 61, 67, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 88, 89, 93, 102, 106, 109, 112, 113, 121, 122, 124, 127, 130, 132

Espaço 3, 4, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 32, 36, 43, 56, 57, 58, 60, 61, 70, 71, 72, 75, 79, 81, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 109, 112, 114, 115, 116, 118, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

Estudo 1, 3, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 46, 47, 49, 51, 52, 55, 56, 59, 60, 61, 69, 74, 75, 76, 77, 94, 95, 96, 106, 109, 133

### F

Festa 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107

## **G**

Geografia 1, 12, 25, 45, 46, 48, 57, 59, 60, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 81, 83, 85, 87, 88, 89, 93, 95, 96, 107, 109, 116, 122, 124, 125, 126, 131, 132, 133, 134

Geotecnologias 70, 72, 73, 74, 80, 81

## **H**

História 11, 69, 73, 80, 96, 97, 99, 106, 107, 115, 117, 122, 124, 126, 132, 133

## **I**

Impactos 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 55, 70, 74, 75

Informação 13, 75, 76, 78, 81, 84, 114, 130

## **L**

Lugar 7, 61, 73, 74, 88, 93, 95, 96, 98, 102, 103, 105, 106, 107, 113, 114, 117, 127, 128, 131

## **M**

Memória 95, 96, 99, 103, 106, 107

Metodologia 3, 11, 16, 17, 21, 29, 47, 48, 49, 71, 75, 80, 124

Município 1, 2, 3, 4, 9, 12, 14, 16, 17, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 49, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 68, 76, 81, 97, 98, 102, 110

## **N**

Natureza 3, 13, 23, 62, 63, 68, 81, 84, 86, 90, 94, 113, 122, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

Necessidade 3, 25, 26, 39, 72, 86, 89, 127, 131

## **O**

Organização 13, 24, 25, 57, 76, 103, 107, 112, 118, 127, 129, 130, 131

## **P**

Paisagem 1, 3, 4, 9, 12, 17, 39, 55, 72, 75, 76, 77, 79, 97, 98, 102

Participação 23, 31, 39, 97, 101, 104, 105, 109, 122

Pesquisa 1, 2, 3, 4, 5, 9, 15, 23, 29, 30, 63, 81, 84, 89, 93, 95, 96, 109, 114, 122, 124, 125, 131, 134

Pessoas 1, 2, 4, 5, 7, 9, 12, 28, 33, 36, 37, 41, 56, 64, 80, 85, 87, 88, 89, 96, 99, 106, 110, 118, 127

Planejamento 25, 26, 30, 45, 46, 47, 48, 55, 56, 60, 65, 69, 75, 80, 132, 134

Poder 41, 56, 88, 97, 98, 112, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 133

Problema 79

Professor 60, 61, 68, 71, 74, 79, 80, 134

## **Q**

Questionário 3, 5, 7

## **S**

Social 1, 2, 3, 4, 8, 9, 45, 47, 71, 74, 82, 84, 85, 86, 99, 100, 101, 112, 119, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131

Sociedade 3, 13, 61, 62, 63, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 80, 83, 84, 85, 86, 88, 93, 113, 115, 118, 127, 129, 130, 131

Socioambientais 14, 15, 16, 21, 22

Sustentabilidade 23, 24

## **T**

Tecnologias 42, 73, 75, 76, 78, 80, 81, 86

Território 14, 57, 63, 66, 69, 71, 72, 75, 78, 97, 98, 102, 105, 107, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134

Trabalho 7, 9, 11, 12, 14, 17, 25, 27, 30, 37, 38, 39, 51, 56, 59, 60, 61, 62, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 85, 89, 106, 109, 110, 115, 120, 122, 129, 130, 131

Turismo 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 23, 24, 62, 63

## **U**

Urbanização 16, 17, 19, 20, 23, 38, 43, 48, 56, 58, 97, 98, 102, 114, 127, 131


## **V**


Vida 3, 12, 29, 38, 39, 45, 84, 86, 91, 95, 96, 97, 105, 106, 124, 127, 129, 131, 132


# GEOGRAFIA:


**A Terra como palco das relações  
entre sociedade e meio**

# 2

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)


 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)


 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)


# GEOGRAFIA:


**A Terra como palco das relações  
entre sociedade e meio**

# 2

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)